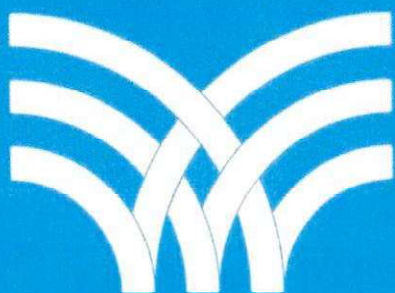




RELATÓRIO DE GESTÃO 2025



**TEJO
AMBIENTE**

Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo



ÍNDICE

1.	BREVE HISTÓRIA.....	5
2.	OPERAÇÃO TRANSMITIDA PELOS MUNICÍPIOS À TEJO AMBIENTE.....	7
3.	PERSPETIVAS FUTURAS.....	8
4.	ÂMBITO TERRITORIAL	9
5.	A EMPRESA	9
5.1	Missão, Visão, Objetivos e Princípios.....	10
5.2	Estrutura Organizacional da Tejo Ambiente	13
5.2.1	Regional.....	13
5.2.2	Funcional	16
6.	LINHAS ESTRATÉGICAS	16
6.1	Órgãos Sociais	19
7.	OS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS	20
8.	O REEQUILÍBRO DA OPERAÇÃO	25
9.	RECURSOS HUMANOS.....	27
10.	GOVERNAÇÃO.....	32
11.	PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO	33
12.	REGULAÇÃO	34
12.1	Regulação Económica	35
12.2	Regulação da Qualidade do Serviço	35
13.	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	36
14.	OS PROBLEMAS QUE AFETAM O SETOR E A PERFORMANCE DA EMPRESA	47
14.1	O setor de atividade – Algumas características	47
14.2	Os Problemas estruturais.....	48
14.3	O Regime Fiscal agravado.....	49
14.4	A sobrecarga tarifária das entidades gestoras em “Alta”	51
15.	INVESTIMENTOS ESTRUTURANTES EM CURSO.....	54
16.	ATIVIDADE OPERACIONAL DA EMPRESA	58
16.1	Indicadores de Atividade	58

16.1.1	Utilizadores	58
16.1.2	Volumes faturados.....	59
16.1.3	Substituição de contadores	60
16.2	<i>Abastecimento de Água</i>	62
16.2.1	Água aduzida ao sistema (água comprada e captada)	62
16.2.2	Água faturada	63
16.2.3	Balanço hídrico	64
16.2.4	Avarias da rede.....	65
16.2.5	Ramais novos de abastecimento de água	66
16.2.6	Deteção de fugas	67
16.2.7	Qualidade da água	67
16.3	<i>Saneamento de águas residuais</i>	67
16.3.1	Volumes recolhidos nas redes de saneamento	67
16.3.2	Saneamento faturado.....	70
16.3.3	Ramais novos de saneamento.....	71
16.3.4	Serviço recolha de lamas e de limpeza de fossas.....	72
16.3.5	Serviço de limpeza de fossas faturado	73
16.4	<i>Gestão de resíduos urbanos</i>	75
17.	EXECUÇÃO PPI - 2025	77
18.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	84
18.1	Balanço.....	84
18.2	Demonstração de Resultados por Natureza	85
18.3	Demonstração de Resultados por Atividade	86
18.4	Demonstração das Alterações no Capital Próprio.....	87
18.5	Demonstração dos Fluxos de Caixa	88
18.6	Análise Económica	89
18.7	Análise Financeira	90
18.8	Gestão dos Riscos e Incertezas.....	91
19.	PERSPETIVAS FUTURAS.....	92
20.	NEGÓCIO ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES	92
21.	AÇÕES PRÓPRIAS	92
22.	SUCURSAIS.....	92



23.	SITUAÇÃO FISCAL E CONTRIBUTIVA.....	92
24.	FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO.....	92
25.	IMPOSTO DIFERIDO SOBRE O RENDIMENTO	93
26.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	93
27.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
28.	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	94



1. BREVE HISTÓRIA

A Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, E.I.M., S.A., é uma sociedade anónima detida a 100% pelos municípios de Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Tomar e Vila Nova da Barquinha, e que, mediante Contrato de Gestão Delegada assinado no dia 1 de outubro de 2019, assumiu a missão e responsabilidade de gerir os serviços públicos de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e da recolha indiferenciada de resíduos sólidos urbanos, nestes seis municípios. Apenas o serviço de abastecimento de água do Concelho de Ourém se mantém, ainda, sob concessão à empresa *Be Water*, até 2027, ano a partir do qual este serviço passará a ser gerido pela Tejo Ambiente.

A atividade operacional iniciou-se no dia 1 de janeiro de 2020, nos municípios de Ourém e Tomar, estendendo-se, posteriormente, aos restantes quatro territórios, em 1 de junho do mesmo ano. A área geográfica de atuação abrange cerca de 1.500 km² e são assegurados os serviços públicos essenciais a, sensivelmente, 106.000 habitantes.

A criação da Tejo Ambiente foi muito impulsionada pelos critérios definidos pelo Governo Central, como requisito essencial para acesso aos fundos comunitários, no âmbito do Eixo Prioritário III, do POSEUR (Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos), tendo a sua constituição sido suportado pelo **“Estudo de fundamentação da racionalidade económica e financeira acrescentada decorrente da integração territorial dos sistemas municipais”**. Este **Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF)** era demonstrativo da mais-valia decorrente da alteração do modelo de gestão direta municipal, em vigor à data, para um modelo de gestão intermunicipal delegada.

Logo no arranque da atividade, em 2020, foi passível de perceber da insustentabilidade do Modelo criado e, em 2021, confirmou-se que o **EVEF Inicial era insustentável**.

Assentava em pressupostos não exequíveis na sua base, desajustamento da estrutura dos gastos e de rendimentos, com impacto nos resultados em milhões de euros. Iniciou-se assim, ainda em 2021, um processo de Revisão ao Estudo inicial. Este apenas foi aprovado pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) já em maio de 2022, com implementação a partir de agosto desse ano. Este novo EVEF fundamenta a necessidade de

uma nova trajetória Tarifária para o ano 2022 e seguintes, de forma a assegurar a sustentabilidade Económica e Financeira da empresa.

A Tejo Ambiente reveste a natureza de empresa intermunicipal, regulada pela Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local e, subsidiariamente, pelo código das sociedades comerciais. Obedece ao regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, por força da Lei nº 73/2013, de 13 de setembro e Lei nº 51/2018, de 16 de agosto, condicionando o regime de financiamento aos limites legais de endividamento municipal e demais regras aplicáveis.

Existem critérios de racionalidade e de eficiência que levaram os municípios à agregação dos serviços acima referenciados. Na implementação da operação, os órgãos de gestão pautaram a sua atuação com o objetivo de salvaguardar, de entre outras, as linhas de orientação a seguir preconizadas:

- ✓ Racionalidade e cultura empresarial focada nos resultados produzidos, na eficiência e na eficácia, permitindo assim a aplicação de um tarifário otimizado;
- ✓ Aumento dos ganhos de produtividade ao nível operacional, por via da otimização de processos;
- ✓ Possibilidade de se constituir como um *player* no sector, com dimensão relevante a nível nacional;
- ✓ Aumento de capacidade negocial junto dos principais fornecedores;
- ✓ Melhor gestão dos caudais contratados com a EPAL, AdVT e AdCL;
- ✓ Reforço da equidade tarifária junto das populações entre municípios da mesma região;
- ✓ Manutenção de estruturas operacionais e de atendimento ao Cliente em todos os Municípios;

- ✓ Garantia de melhores condições salariais e regalias para todos os trabalhadores, os quais, em grande parte, só aceitaram transitar para a Tejo Ambiente mediante o efetivo aumento das suas remunerações;
- ✓ Possibilidade de realizar investimentos significativos de uma forma sustentável e duradoura e sem dependência de constrangimentos orçamentais e financeiros dos municípios;
- ✓ Posicionar-se numa situação de elegibilidade para efeitos de atribuição de subsídios ao investimento não reembolsáveis;
- ✓ Aumento da capacidade de endividamento junto das entidades financiadoras tendo em vista a execução do plano de investimentos previstos no presente Estudo de Viabilidade Económica e Financeira;
- ✓ Consolidar um projeto, a curto e médio prazo, que seja económica e financeiramente viável, de modo que os empréstimos contraídos, assim como o endividamento líquido da empresa, não relevem para os limites do endividamento municipal.

2. OPERAÇÃO TRANSMITIDA PELOS MUNICÍPIOS À TEJO AMBIENTE

Os seis municípios que integram a Tejo Ambiente apresentam algumas características distintas, desde logo ao nível da população e área geográfica. Em termos populacionais, a população dos 4 municípios menos populosos somam 24,7 mil habitantes, enquanto nos 2 municípios mais populosos ascendem a 80,9 mil habitantes.

Em termos de densidade populacional obtêm-se variações entre os 16,5 hab./km² e os 146 hab./km².

A acessibilidade física e a taxa de atendimento do serviço de abastecimento de água (AA), do serviço de gestão de resíduos urbanos (RU) e a qualidade da água são globalmente boas, havendo, contudo, alguns municípios com baixas taxas de atendimento do serviço de

saneamento de águas residuais (AR). A manutenção e renovação de condutas e coletores era insuficiente. As perdas de água eram elevadas e as infiltrações muito expressivas.

O serviço de Abastecimento de Água de Ourém encontra-se concessionado a um operador privado, só transitando para a Empresa Intermunicipal após o término do contrato de concessão em 2027.

No conjunto dos municípios existiam 39 captações subterrâneas, 2.906 km de redes, 185 reservatórios e 33 estações elevatórias de abastecimento de água.

Nos sistemas de saneamento existiam 641 km de redes, 17 ETAR e 47 estações elevatórias.

Os resíduos urbanos contavam com 9 075 contentores.

3. PERSPETIVAS FUTURAS

O Estudo de Constituição da empresa preconiza algumas metas para a operação, só possíveis de alcançar, a médio e longo prazo, após o impacto dos investimentos, a saber:

- ✓ A taxa de atendimento de AA venha a aumentar dos atuais 79% para 85% em 5 anos, mantendo-se praticamente estabilizada nos anos seguintes;
- ✓ A taxa de cobertura do saneamento aumente dos 47% para cerca de 56% em 15 anos;
- ✓ As perdas de água venham a ser reduzidas dos iniciais 52% para 30%;
- ✓ As infiltrações de águas pluviais estabilizem nos 85% em 15 anos;
- ✓ Para a capitação de RU, de 1,01 kg/hab.dia, partiu-se do pressuposto de que esta se manteria nos próximos 30 anos, dado ter-se considerado que o efeito de subida plausível quando comparada com o valor médio do continente (1,29 kg/hab.dia)

poderá ser anulado em resultado da pressão exercida em torno da prevenção da produção de resíduos;

- ✓ A lavagem de contentores deverá aumentar para uma média de 6 vezes por ano;
- ✓ Perspetiva-se um decréscimo da população total de cerca de 15% face aos 105,8 mil habitantes indicados pelo INE em 2021;
- ✓ A capitação média de água da região, de 158 L/hab.dia, deverá registar um decréscimo de cerca de 15% em 5 anos, atingindo os 135 L/hab.dia de 2028 em diante.

4. ÂMBITO TERRITORIAL

O âmbito territorial de intervenção da Tejo Ambiente está evidenciado no quadro seguinte:

Quadro 1 - Caracterização Social e Territorial

Município	População	Alojamentos	Área (Km ²)
Ferreira do Zêzere	7 801	7 571	190
Mação	6 402	6 706	400
Ourém	44 538	30 202	417
Sardoal	3 518	2 903	92
Tomar	36 414	26 327	351
Vila Nova da Barquinha	7 019	4 139	50
TOTAL	105 692	77 848	1 500

Fonte: INE, Censos 2021

5. A EMPRESA

- ◆ **Designação Social:** Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo E.I.M., S.A.
- ◆ **Sede Social:** Edifício Paço do Conde, Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 2490 – 548 Ourém
- ◆ **Pessoa Coletiva:** 515 545 236
- ◆ **Capital Social:** € 600.000,00 (seiscentos mil euros)

🔥 N° Registo na Conservatória do Registo Comercial de Santarém: 515 545 236

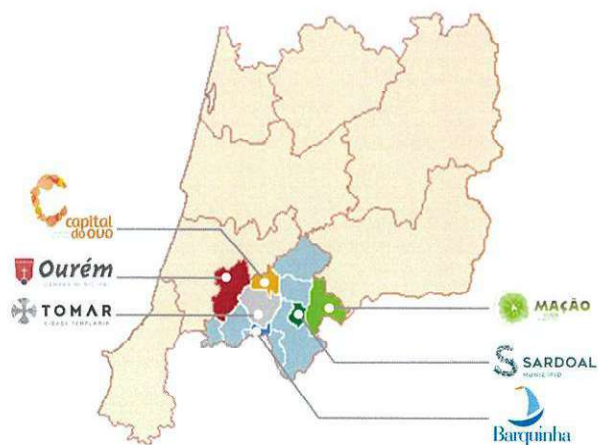
Quadro 2 - Estrutura Acionista

Município	Participação	
	%	€
Ferreira do Zêzere	7,94	47 610,00
Mação	10,85	65 128,00
Ourém	32,37	194 237,00
Sardoal	5,58	33 454,00
Tomar	35,63	213 792,00
Vila Nova da Barquinha	7,63	45 779,00
TOTAL	100,00	600 000,00

5.1 Missão, Visão, Objetivos e Princípios

MISSÃO

A empresa tem por missão a gestão integrada e partilhada dos sistemas intermunicipais de Abastecimento de Água, Resíduos Urbanos e de Saneamento Básico dos municípios de



Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Tomar e Vila Nova da Barquinha, num quadro de eficiência e sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida de um universo de 106 mil habitantes e quase 78 mil alojamentos, e para o desenvolvimento socioeconómico das regiões servidas.

Alinhada pelas orientações e princípios do PENSAARP 2030, e dando continuidade aos ciclos estratégicos anteriores, a estratégia definida procurará assegurar, na próxima década, um processo gradual de inclusão no seu âmbito de aplicação, para além do abastecimento de água e da gestão de águas residuais, a gestão de águas pluviais. A estratégia definida também procurará responder aos desafios que se colocam a médio prazo, por exemplo, por força das



alterações climáticas, dos poluentes de preocupação emergente, da evolução tecnológica e das alterações do mercado de trabalho. Também responderá à necessidade de alinhamento da política de investimentos com o período de programação dos fundos europeus. Por fim, manter-se-ão em execução medidas operacionais e de gestão que garantam os padrões de qualidade exigidos pela ERSAR, o aumento de taxas de cobertura e a garantia de que a acessibilidade económica das famílias seja salvaguardada pela prática de tarifário adequado aos rendimentos dos consumidores.

VISÃO

Numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, a Tejo Ambiente pretende assumir-se como uma Empresa Intermunicipal, de âmbito regional, mas de referência no setor da água, orientada para estabelecer tarifários justos e equilibrados, que sejam:

- Economicamente sustentáveis;
- Socialmente acessíveis;
- Protetores do Ambiente.

Garantindo níveis de excelência consentâneos com as melhores práticas do setor, no que se refere a:

- Rigor na Eficiência;
- Rigor na Gestão;
- Rigor nos Investimentos.

A visão passa por atingir serviços de águas de excelência para todos e com contas certas. A população necessita de serviços que assegurem eficácia, eficiência e sustentabilidade, e que criem valor económico, ambiental e territorial, no quadro do desenvolvimento sustentável e de uma crescente circularidade da economia e destes serviços. A área de abrangência da Tejo Ambiente necessita de serviços de águas para todos, sem deixar ninguém para trás, com contas certas com as gerações atuais e vindouras, com o ambiente e com a economia.



OBJETIVOS

O PENSAARP 2030 foi norteado com base em quatro objetivos estratégicos globais, que passam por atingir serviços: Eficazes; Eficientes; Sustentáveis e; com Mais valor acrescentado para a sociedade.

Estes são desdobrados em 20 objetivos específicos:

- A eficácia dos serviços passa por assegurar a acessibilidade física, a continuidade e fiabilidade, a qualidade das águas distribuídas e rejeitadas, a segurança, resiliência e ação climática, e a equidade e acessibilidade económica;
- A eficiência dos serviços passa por assegurar a governação e estruturação do setor, a organização das entidades gestoras, a alocação de recursos financeiros, a eficiência hídrica e a eficiência energética e descarbonização;
- A sustentabilidade dos serviços passa por assegurar a sustentabilidade económica e financeira, infraestrutural, da utilização de recursos, do capital humano e do conhecimento;
- A valorização dos serviços passa por assegurar a valorização empresarial e económica, ambiental e territorial, societal, da transparência e responsabilização e do desenvolvimento sustentável.

Neste enquadramento, estabelecem-se como objetivos da Tejo Ambiente:

- Assegurar a proteção da saúde pública e do ambiente;
- Promover a qualidade do serviço;
- Fomentar uma gestão integrada e inteligente da água;
- Contribuir para a promoção da solidariedade económica e social, do correto ordenamento do território e do desenvolvimento regional;
- Promover a universalidade dos serviços;

- Assegurar a garantia da igualdade no acesso e a proteção dos interesses dos utilizadores;
- Aumentar a eficiência no uso da água;
- Promover a melhoria contínua;
- Garantir transparência e acesso à informação.

PRINCÍPIOS

Os princípios de atuação da Tejo Ambiente devem procurar:

- Preservação e defesa do meio ambiente;
- Reforçar a sustentabilidade ambiental;
- Contribuir para o desenvolvimento sustentável da atividade;
- Abolição de qualquer prática discriminatória;
- Combate à corrupção;
- Respeito e proteção dos direitos humanos;
- Respeito pela igualdade de género.

5.2 Estrutura Organizacional da Tejo Ambiente

5.2.1 Regional

Para a persecução dos objetivos da Tejo Ambiente definiu-se uma estrutura organizacional otimizada, ou seja, que atende à especificidade regional, eficiente e com elevada capacidade de decisão e resposta.

Sob estes pressupostos, a Empresa Intermunicipal estrutura-se em 3 níveis de organização regional incluindo: uma Sede central instalada em Ourém; um Centro de Engenharia e Tecnologia, bem como o armazém da Empresa, ambos sediados em Tomar, que concentram a Engenharia, Qualidade e Planeamento; seis Centros Operacionais (um por Município) por forma a garantir a capacidade de resposta e de intervenção diária e proximidade aos municípios.

A Sede central concentra todos os serviços de suporte, nomeadamente:

- Administração;
- Primeiras linhas de Direção das funções de suporte: Comercial, Administrativa e Financeira;
- Gestão dos processos de Faturação e Cobrança;
- Gestão de Reclamações;
- Recursos Humanos;
- Contabilidade e Controlo de Gestão;
- Serviços Administrativos e Apoio Informático;
- Controlo Interno;
- Comunicação e Imagem;
- Desenvolvimento e Financiamento Estratégico.

O Centro de Engenharia e Tecnologia concentra os serviços operacionais transversais a todos os municípios, designadamente:

- Direções de Exploração e Manutenção, de Engenharia e Qualidade;
- Planeamento, Projetos e Obras, SIG, Segurança e Saúde no Trabalho;
- Gestão de produção de água e de tratamento e rejeição de efluentes (Operação, manutenção e exploração dos sistemas em “alta”);
- Compras, armazéns e oficinas;
- Parque de veículos especiais e de inertes;

[Handwritten signatures and initials]

- Manutenção preventiva.
- Certificação e Controlo de Qualidade.

Os Centros Operacionais asseguram o serviço de proximidade à população, concentrando concretamente:

- Operação de redes de água e saneamento em “baixa”;
- Manutenção curativa (roturas, colapsos, etc.) das redes de abastecimento de água e saneamento em “baixa”;
- Gestão das Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR’s);
- Leituras de contadores.

O Centro de Engenharia e Tecnologia e os Centros Operacionais garantem – a todos os Municípios – proximidade do serviço à população e capacidade de resposta descentralizada.

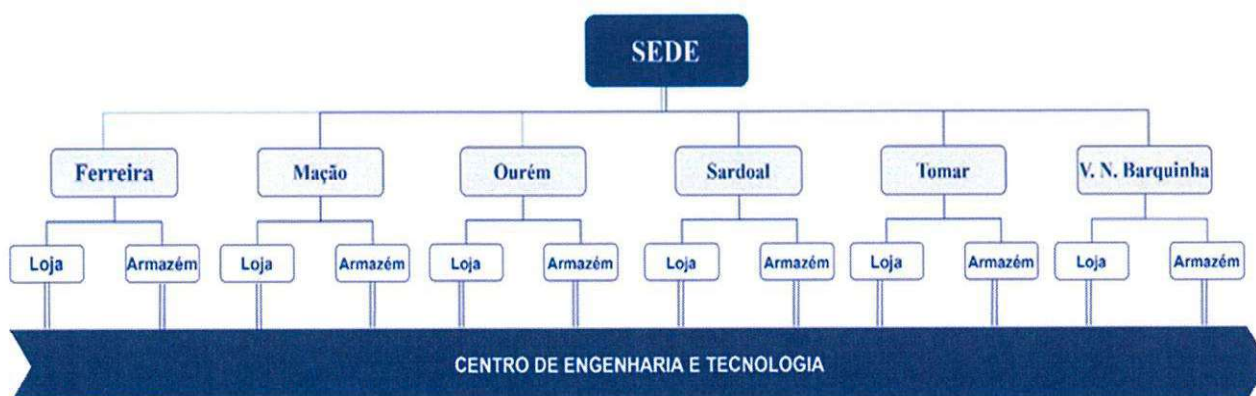


Figura 1 - Organização Regional

5.2.2 Funcional

Organograma funcional da Tejo Ambiente

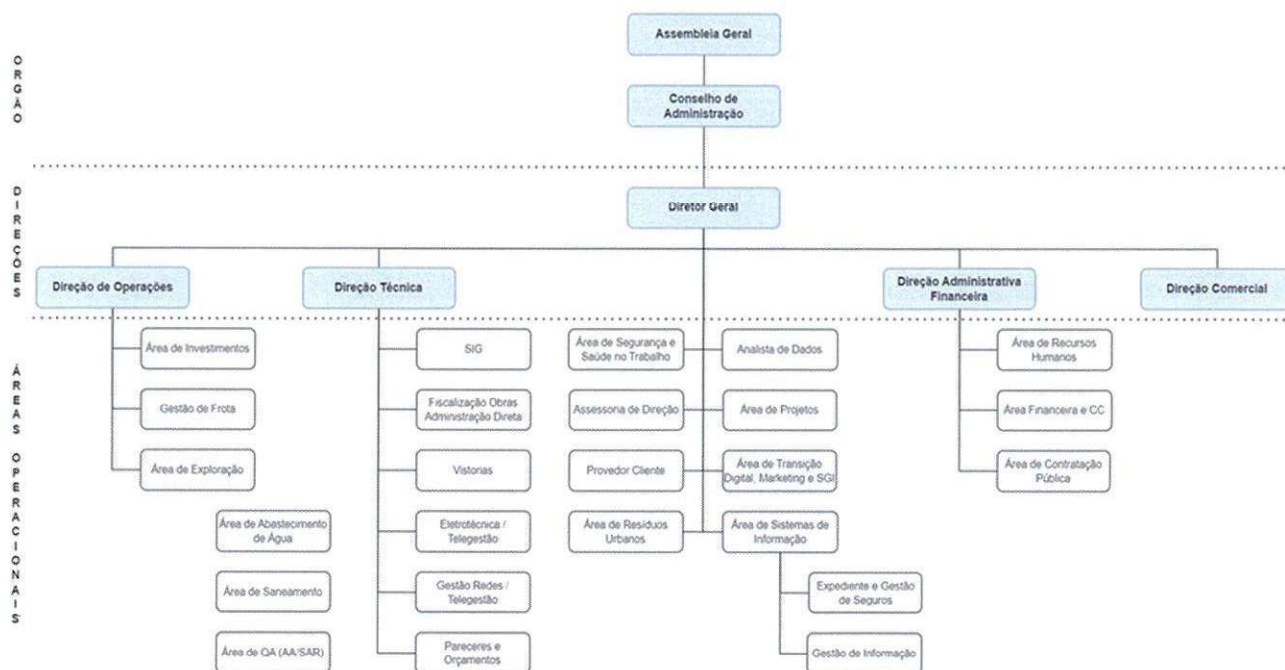


Figura 2 - Organograma

6. LINHAS ESTRATÉGICAS

Os serviços públicos de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de recolha de resíduos urbanos obedecem, em primeiro lugar, à legislação nacional, pelo que é fundamental atender em especial ao D.L. 194/2009, de 20 de agosto.

Neste contexto, os princípios pelos quais os mencionados serviços públicos se regem são os seguintes:

- A promoção tendencial da sua universalidade e a garantia da igualdade no acesso;
- A garantia da qualidade do serviço e da proteção dos interesses dos utilizadores;
- O desenvolvimento da transparência na prestação dos serviços;
- A proteção da saúde pública e do ambiente;



- A garantia da eficiência e melhoria contínua na utilização dos recursos afetos, respondendo à evolução das exigências técnicas e às melhores técnicas ambientais disponíveis;
- A promoção da solidariedade económica e social, do correto ordenamento do território e do desenvolvimento regional.

Adicionalmente, tais princípios devem ser prosseguidos eficazmente, de forma a oferecer, ao menor custo para os utilizadores, elevados níveis de qualidade de serviço.

Nesse sentido, a organização dos sistemas deve privilegiar:

1. A gestão integrada territorialmente mais adequada associada à prestação de cada um dos serviços, de forma a minimizar custos através da maximização de economias de escala;
2. A gestão integrada dos sistemas de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas, de forma a maximizar economias de gama;
3. A gestão integrada de todo o processo produtivo associado a cada um destes serviços, de forma a maximizar economias de processo através de um maior grau de integração vertical;
4. A gestão integrada do serviço de recolha de resíduos urbanos indiferenciados.

Sem perder de vista os pressupostos que conduziram à criação da empresa e que balizaram os objetivos definidos para um **horizonte móvel de 15 anos**, os órgãos executivos procurarão implementar medidas que irão contribuir para as “orientações estratégicas” assim definidas:

- Assegurar a prestação de um serviço sustentável e inovador, focalizado no cliente e nas demais partes interessadas, respeitando a comunidade envolvente e o ambiente, promovendo a colaboração e a partilha de informação e conhecimento;

- Garantir uma maior eficiência no uso de recursos, nomeadamente através da aposta nas energias renováveis e na promoção de outras práticas de otimização energética das instalações, da reutilização da água residual tratada e da procura de novas soluções para as lamas do processo, evitando a poluição dos meios recetores e minimizando os impactos ambientais associados à atividade;

- Estabelecer contratos de fornecimento de bens e serviços com fornecedores que partilham dos nossos princípios e ética empresarial, e adquirir produtos e serviços energeticamente eficientes;

- Garantir que os trabalhadores encontram todos os dias um local de trabalho cada vez mais seguro e saudável, integrando os aspetos da Segurança e Saúde no Trabalho na gestão dos nossos negócios, para que todas as atividades sejam consideradas sob a perspetiva da prevenção e da minimização dos respetivos riscos;

- Aumentar a taxa de cobertura da população servida por rede de saneamento de águas residuais, ETAR e limpeza de fossas, de forma a atingir tendencialmente, um valor de 80% nos Municípios servidos pela Tejo Ambiente;

- Reduzir as perdas de água, de 38%, para os 30% em menos de 5 anos e estabilizar abaixo dos 30% dentro de 12 anos, aumentando os níveis de eficiência na gestão do recurso ÁGUA;

- Diminuir as afluências indevidas à rede de saneamento, nomeadamente, das águas pluviais cujo peso é expressivo e afeta em demasia o custo do seu tratamento;

- Fornecer um serviço cada vez melhor, assente no estabelecimento de uma cultura de melhoria contínua que consolida a gestão dos processos e promove a eficiência do desempenho e modelo de gestão;

- Conferir responsabilidade e motivação dos trabalhadores para um desempenho de elevado nível, fomentando o trabalho em equipa, transversal à empresa e promovendo a formação contínua;

- Prestar um serviço de alta qualidade, assegurando o cumprimento da legislação nacional e comunitária;

- Gestão mais eficiente com implementação de um conjunto de ferramentas de gestão que vão permitir a otimização de circuitos, a gestão de frotas, a gestão de stocks e a gestão da caracterização de resíduos;

- Com a contratação externa dos serviços de recolha de resíduos urbanos e a renovação da atual frota automóvel (através do recurso ao *renting*), contribuir para a redução da idade média da frota de veículos, dos atuais 17 anos para 6 anos, o que levou à redução de emissões de CO₂, redução dos gastos com manutenções e do consumo de combustível, até porque uma parte dessa frota é 100% elétrica ou híbrida/plug-in;

- Renovação integral do parque de contentores em cada 10 anos, com um número médio de lavagens de 6 por ano (2 em 2 meses);

- Garantir a acessibilidade económica das famílias, através de prática de tarifário sustentável (tarifário social);

- Realizar investimentos de expansão e renovação de infraestruturas na ordem dos 34,7 milhões de euros, nos próximos 4 a 5 anos, condicionado à abertura e aprovação de candidaturas para a obtenção de subsídios no âmbito do PT2030 e PRR.

6.1 Órgãos Sociais

A composição dos Órgãos Sociais da Tejo Ambiente, E.I.M., S.A., a 31 de dezembro de 2025, era a seguinte:

ASSEMBLEIA GERAL:

- Presidente

Pedro Manuel dos Santos Rosa – Presidente do Município do Sardoal;

- Vice-presidente

Bruno José da Graça Gomes – Presidente do Município de Ferreira do Zêzere

- Secretário

José Fernando Mendes Martins – Presidente do Município de Mação

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

- Presidente

Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão – Presidente do Município de Tomar.

- Vogais Efetivos

Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque – Presidente do Município de Ourém;

Manuel José Coimbra Mourato – Presidente do Município de Vila Nova da Barquinha.

FISCAL ÚNICO:

- Empresa VL Santos & Associados- SROC, SA n. 265 - Vítor Luís Carrasqueira dos Santos ROC n.º 1527

7. OS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

No decurso do ano de 2025, ocorreu um acontecimento marcante que alertou a empresa para a necessidade de precaver-se e agilizar a forma como deve responder a contextos de forte exigência operacional. O apagão elétrico ocorrido em abril de 2025, e mais recentemente, os efeitos devastadores provocados pela tempestade Kristin, colocaram à prova, de forma súbita e muito concreta, a resiliência do sistema de abastecimento, obrigando a uma atuação reforçada em campo, com limitações severas de comunicação, constrangimentos no abastecimento de combustível e impactos na utilização de viaturas e equipamentos elétricos.

Estes eventos também desencadearam impactos diretos nos sistemas de captação, bombeamento e tratamento de água da entidade gestora (e também das entidades “em Alta”), uma vez que a energia elétrica é necessária para a operação contínua de estações elevatórias e unidades de tratamento e distribuição.

Paralelamente, houve efeitos indiretos na pressão da rede de abastecimento e na continuidade operacional de sistemas urbanos de saneamento, exigindo esforços logísticos extraordinários para mitigar a perda de níveis de serviço regulamentares e assegurar a proteção da saúde pública.

Estas experiências vieram confirmar a importância de adotar opções estratégicas que promovam:

- Um acelerar da autossustentabilidade energética;
- Diversificar fontes de energia renovável;
- Reforçar a redundância em infraestruturas críticas; e
- Aprofundar planos de contingência;

tudo para que seja possível responder, com maior autonomia e rapidez, a eventuais situações análogas no futuro. Isto porque as alterações climáticas evidenciam-se cada vez mais como um fator estrutural do enquadramento em que atuamos, com impacto direto na segurança hídrica e na gestão das infraestruturas.

Efetivamente, Portugal tem registado, nos últimos anos, uma combinação desafiante de períodos de seca prolongada com episódios de precipitação extrema e cheias rápidas, sobretudo em zonas urbanas e ribeirinhas, com efeitos relevantes em infraestruturas, mobilidade e segurança das populações.

Mediante esta realidade, é importante orientar parte do investimento para o reforço e resiliência dos sistemas, melhorar a redundância e a flexibilidade operacional, e adaptar o desenho e a operação das infraestruturas a um regime hidrológico mais variável e imprevisível.

Paralelamente, o ano de 2025 também demonstrou, de forma consistente, a capacidade da Tejo Ambiente em conjugar um serviço público responsável com um desempenho económico-financeiro apreciável. Num contexto desafiante, a empresa conseguiu garantir um abastecimento de água de elevada qualidade, reforçou a proximidade aos clientes e consolidou o seu papel na procura constante de soluções para a diminuição da perceção de degradação da qualidade do serviço de recolha de resíduos urbanos indiferenciados.

O crescimento do volume de negócios, a melhoria da rentabilidade, o reforço da solidez financeira e o relativo controlo das perdas de água, traduzem alguma maturidade do modelo de gestão e a assertividade da estratégia seguida.

Não obstante, existe ainda um longo caminho a percorrer para melhorar consideravelmente os indicadores de desempenho. Apesar de estarem perfeitamente identificados que investimentos são necessários realizar para atingir esta melhoria, a sua realização assenta na intervenção de fundo em infraestruturas críticas, o que requer um compromisso financeiro que a empresa ainda não é capaz de assegurar, por si só e de forma autónoma, sem colocar em causa o seu equilíbrio, a sua sobrevivência, ou sem proceder a um aumento expressivo do tarifário.

Por estes motivos, tem havido um incansável esforço, por parte dos responsáveis da empresa, na procura de fontes de financiamento enquadráveis no PRR ou outras medidas de apoio (prioritariamente de fundos não reembolsáveis), que possibilitem a mitigação do risco e um esforço financeiro menos gravoso, que não ponha em causa o plano de investimentos que está em curso.

Este será um trabalho que irá exigir resiliência e do qual não poderemos abdicar, sob pena de ficarem comprometidos os resultados positivos que a empresa tem vindo a alcançar.

Noutro quadrante, a Tejo Ambiente deu passos firmes para a implementação do Sistema de Gestão Integrado (SGI). Numa primeira fase, está apostada na conceção e desenvolvimento do Sistema de Gestão da Qualidade, com o objetivo da obtenção, até final de 2026, da certificação segundo o referencial normativo ISO 9001. Contudo, foram também dados os primeiros passos para a conceção dos Sistemas de Gestão Ambiental (ISO 14001) e de



Segurança e Saúde no Trabalho (ISO 45001), cuja implementação e obtenção das respetivas certificações, se perspetivam para os próximos anos.

Com isto, pretende-se:

- Estabelecer um quadro de referência formalizado, com os princípios de gestão e das boas práticas operacionais a serem adotadas por todos os colaboradores;
- Dispor de uma metodologia coerente para avaliação do grau de eficiência e eficácia da organização e do seu sistema de gestão;
- Aumentar o envolvimento de todos os colaboradores no desenvolvimento das estratégias estabelecidas, e o seu compromisso para alcançar os resultados planeados através dos objetivos estabelecidos;
- Criar uma dinâmica de melhoria contínua, com o propósito de otimização dos recursos disponíveis e da qualidade do serviço prestado;
- Contribuir para o autodesenvolvimento profissional de todos os colaboradores envolvidos no projeto.

Ao nível da Cibersegurança, e de forma a poder cumprir com o novo regime jurídico aprovado pelo decreto-Lei n.º 125/2025, que transpõe para Portugal a Diretiva (UE) 2022/2555, mais conhecida como NIS 2, a Tejo Ambiente deu os seus primeiros passos através de um procedimento para a realização de auditoria aos seus sistemas informáticos e de comunicações. Isto porque este normativo reforça a resiliência operacional digital, abrangendo mais setores de atividade e impondo obrigações rigorosas de gestão de risco e notificação de incidentes às, denominadas, “Entidades Essenciais” e “Entidades Importantes”, categorias estas onde a empresa se enquadra por gerir atividades (abastecimento de água, saneamento e gestão de resíduos urbanos) que são consideradas de importância crítica, à luz deste novo decreto-Lei.

Trata-se, na realidade, de um desafio de enorme importância, uma vez que, com o objetivo de responder à crescente digitalização das organizações, esta lei exige a implementação de políticas rigorosas de segurança, gestão de incidentes, continuidade de negócio e segurança na cadeia de abastecimento. Inclusive, prevê que, no caso de incumprimento destas medidas, a

responsabilidade por este incumprimento possa ser extensível aos respetivos órgãos de direção (para além dos seus operacionais), podendo incorrer em coimas de valor considerável.

No entanto, cumpridas todas as exigências associadas a esta norma, a Tejo Ambiente estará em condições de requerer a certificação segundo o referencial normativo EN 27001, o que representará uma mais-valia e uma certificação prestigiante.

O ano de 2025 foi também um marco ao nível da telemetria, na aposta em plataformas de monitorização em tempo real e em ferramentas como a inteligência artificial, as quais permitem elevar a eficiência operacional e reforçam a segurança da operação. Neste aspeto, merece destaque a instalação de mais de 5.800 contadores ultrassónicos, equipamentos estes que são dispositivos inteligentes de medição de caudal, sem partes móveis, que utilizam ondas de som para calcular o volume de água com altíssima precisão, que oferecem uma superior durabilidade (+/-13 anos), e que detetam caudais muito baixos e fugas, sendo compatível com tecnologias de leitura remota (IoT, LoRaWAN, rádio) o que facilita, também, a sua gestão remotamente.

A par destes acontecimentos, a Tejo Ambiente continua apostada no desígnio de ser, cada vez mais, uma empresa inovadora, aberta à experimentação e investigação, e à adoção de soluções que utilizem tecnologia de ponta. A aposta em projetos inovadores – quer ao nível do reaproveitamento de lamas, quer na implementação de instrumentos de medição de resíduos depositados, quer ainda, na relação com o cliente e nos modelos de serviço – será determinante para antecipar tendências, responder a novos desafios e oportunidades, e afirmar a Tejo Ambiente como uma empresa de referência no setor. Para atingir este desígnio, promoveu-se o reforço de parcerias com vários estabelecimentos de ensino superior, como sejam o Instituto Politécnico de Tomar (IPT), Instituto Politécnico de Leiria (IPL), a Universidade da Beira Interior (UBI) e o Instituto Superior de Engenharia de Coimbra (ISEC), a quem foram lançados vários desafios cujos resultados aguardamos nos próximos tempos.

Ao mesmo tempo, intensificámos junto dos mais jovens a educação ambiental, a sensibilização para o uso eficiente da água e para a correta deposição dos resíduos, através de vários projetos junto das comunidades e das escolas.



Nada disto seria possível sem o empenho, a qualificação e o sentido de missão dos nossos trabalhadores, os quais representam o verdadeiro alicerce dos resultados alcançados.



Em 2025, reforçámos equipas, investimos fortemente em formação, aprofundámos práticas de segurança e saúde no trabalho e reconhecemos o percurso de quem, ao longo da nossa existência, tem contribuído para o sucesso da empresa.

Pretendemos investir em infraestruturas, em energia renovável, em soluções de economia circular, em tecnologia e em projetos verdadeiramente inovadores e transformadores, com o objetivo de servir as populações com qualidade, transparência e responsabilidade, honrando a confiança que diariamente nos é depositada.

Em suma, toda esta miscelânea de tendências conjunturais, de inícios de procedimentos e de certezas quanto às pretensões futuras, que tenderão a perdurar, representarão um desafio extremamente exigente para a gestão da Tejo Ambiente. Será de primordial importância controlar com rigor o forte impacto com que a tesouraria da empresa se irá debater. Também o apertado controlo das dívidas de Clientes, os custos com recursos humanos, e o risco de poderem aumentar as imparidades no futuro, deverão ser alvo de especial atenção.

Como tal, podemos concluir que, no ano de 2025, foi possível dar continuidade ao bom trabalho que se vinha desenvolvendo, melhorando a eficiência e o desempenho em várias áreas, como adiante se verá.

8. O REEQUILÍBRO DA OPERAÇÃO

Logo no decorrer do ano de 2020 os órgãos sociais da Tejo Ambiente, designadamente o Conselho de Administração e a Assembleia Geral, através de relatórios circunstanciados da direção executiva, tiveram conhecimento da necessidade de adoção de medidas de reequilíbrio económico e financeiro da operação, num contexto de reavaliação das condições de exploração e dos pressupostos de base considerados no Estudo de Viabilidade Económico Financeira (EVEF) de Constituição da empresa.

A Tejo Ambiente apresentara um resultado líquido negativo de 2,3 milhões de euros em 2020, e na altura da decisão de avançar com a Revisão do EVEF, já se previa (em 2021) ter novamente resultados negativos, os quais acabaram por se confirmar num valor de 0,9 milhões de euros. Esta situação tinha como agravante o facto de que, de acordo com a alínea d) do artigo 62º da Lei n.º 50/2012 (que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais) a Tejo Ambiente seria obrigatoriamente objeto de deliberação de dissolução se se verificasse que, nos últimos três anos, o resultado líquido da sua atividade fosse negativo. Assim, para se evitar a dissolução da empresa intermunicipal, e todas as consequências adjacentes a essa mesma dissolução, os seus acionistas decidiram rever extraordinariamente a trajetória tarifária em vigor, de modo a tornar a empresa viável à luz do previsto no número 6 do artigo 29º do Decreto-Lei n.º 194/2009 e tal como previsto no artigo 27º do Regulamento de Procedimentos Regulatórios - Regulamento n.º 446/2018, de 23 de julho,) a proposta de revisão extraordinária da trajetória tarifária iniciou em 2021 para ser posteriormente sujeita a parecer vinculativo da ERSAR.

O resultado desta revisão teve um decisivo contributo na inversão dos resultados que se estavam a verificar até ao mês de setembro de 2022. Com isto, a Tejo Ambiente conseguiu apurar um Resultado Líquido positivo no valor de 62 m€ em 2022, de 833 m€ em 2023 e de 466 m€ em 2024, o que representava uma melhoria significativa e uma aproximação aos valores do EVEF revisto, confirmando o reequilíbrio da operação.

Numa altura em que está a ser elaborado o novo Estudo de Viabilidade Económico-Financeiro, o qual representa a revisão ordinária do EVEF atualmente em vigor e que orientará a atividade para o próximo quinquénio, a notória estabilização dos resultados positivos da empresa evidencia um melhor conhecimento das atividades sobre gestão e, como consequência, possibilitará uma projeção mais realista e assertiva.

Por outro lado, o início de um novo ciclo de investimentos, que já se iniciou em 2025, e como consequência, a necessidade de recorrer a fontes de financiamento externo (essencialmente bancário) para financiamento destes, obriga a uma maior robustez dos resultados e, por via destes, a um reforço dos Capitais Próprios, de modo a manter o equilíbrio financeiro que a empresa conseguiu alcançar nestes últimos anos.



9. RECURSOS HUMANOS

A Tejo Ambiente, no decurso da sua existência, tem procurado alicerçar a gestão dos seus recursos humanos seguindo princípios orientadores básicos que deverão estar sempre presentes nas relações e decisões do dia-a-dia. Estes princípios orientadores são:

- Promoção e valorização profissional;
- Respeito e cumprimento do Código de Ética e de Conduta;
- Rejeição de qualquer modo ou tipo de discriminação;
- Igualdade de tratamento e de oportunidades entre Homens e Mulheres;
- Respeito pela vida pessoal e familiar;
- Cumprimento da lei e da regulamentação interna da Empresa em vigor.

A estrutura dos Recursos Humanos da Tejo Ambiente foi pensada, no seu início, através da integração de trabalhadores do conjunto dos 6 Municípios, em regime de “Acordo de Cedência por Interesse Público”, e da contratação de técnicos especializados para reforço de competências dos núcleos operacionais e de suporte à Administração.

No entanto, no decurso do processo de transição dos trabalhadores, através da celebração de Acordos de Cedência por interesse público, foi perceptível que o número de aderentes seria muito inferior ao perspectivado. Por outro lado, também se verificou que alguns dos que transitaram para a Tejo Ambiente, após um período de tentativa de adaptação às novas exigências, acabaram por solicitar o seu regresso aos respetivos Municípios.

Mediante estas circunstâncias, procurou-se, em 2024 e 2025, colmatar essa menor adesão e saídas que, entretanto, se verificaram, através da contratação de candidatos de várias especialidades e categorias junto do mercado de trabalho. Paralelamente, a Tejo Ambiente procurou colmatar a saída de algumas posições-chave, através da promoção interna de trabalhadores que já evidenciavam capacidades para assumir novas responsabilidades.

Quadro 3 – Estrutura dos RH por Tipo de Vínculo

Vínculo	2023	2024	2025	Variação 2025/2024
Nº de Trabalhadores a 31 de dezembro	127	121	125	4
Vínculo Público	44	37	34	-3
Vínculo Privado	83	84	91	7

Apesar dos esforços desenvolvidos, e porque o mercado de trabalho está muito competitivo nalgumas especialidades e com falta de oferta de mão-de-obra noutras, não foi possível atingir o número de trabalhadores que prevíamos em orçamento e EVEF (134), e que possibilitariam colmatar necessidades que se têm vindo a sentir. Não obstante, conseguiu-se um crescimento líquido de 4 trabalhadores relativamente a 2024, mantendo-se a tendência de saída de trabalhadores com Vínculo Público, essencialmente por motivos de reforma.

Quadro 4 – Movimentação ocorrida

Movimentação	2023	2024	2025
Entradas	11	7	14
Saídas	19	13	10
Saldo Líquido	-8	-6	4

As atividades desenvolvidas pela Tejo Ambiente, com grande enfoque na sua componente operacional (que abrange quase 50% dos seus trabalhadores), e que é normalmente pouco atrativa para mão-de-obra do género feminino, são maioritariamente ocupadas por homens, que representaram, em 2025, cerca de 70% do total de trabalhadores. No entanto, a evolução recente tem vindo a evidenciar uma redução do seu peso relativo na empresa.

Quadro 5 – Estrutura dos RH por Género

Género	2023	2024	2025	Variação 2025/2024
Homens	96	87	88	1
Mulheres	31	34	37	3

[Handwritten signatures and initials]

Por categorias, é ainda mais evidente a quase nula atratividade das atividades operacionais para as mulheres. Já nas atividades administrativa e comercial (Técnicos Superiores e Assistentes Técnicos) a sua predominância é evidente, representando 66% do total destes trabalhadores.

Gráfico 1 – Estrutura dos RH por Categoria



Quanto à situação contratual, a Tejo Ambiente tem possibilitado estabilidade profissional aos seus funcionários, sendo muito poucos os casos em que estes, após um período de experiência e de contrato a termo certo, não são convidados a permanecer na empresa, agora com um contrato de efetividade. Isto porque, mediante a especificidade do setor de atividade em que a empresa se insere, acreditamos que a formação e conhecimento que é ministrada durante os primeiros anos é primordial e uma excelente mais-valia para podermos ter profissionais especializados e capazes para melhor responder aos desafios que um serviço público (como o nosso) proporciona diariamente.

Quadro 6 – Estrutura dos RH por Situação Contratual

Situação Contratual	2023	2024	2025	Variação 2025/2024
Efetivos	85	87	105	18
A Termo	42	34	20	-14

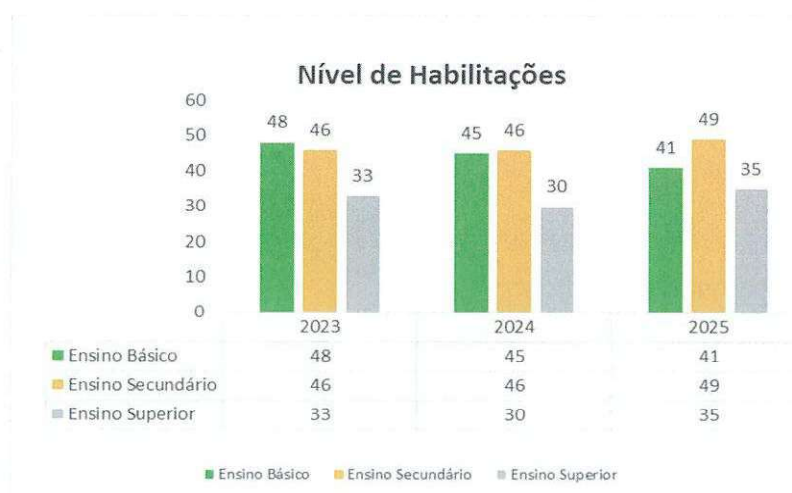
Relativamente à idade média dos nossos funcionários, esta baixou em 2024 para 45 anos, tendo estabilizado em 2025. Após um período em que foi necessário estabilizar os recursos humanos, os quais, mediante a habitual turbulência que caracteriza o início de atividade, evidenciavam alguma volatilidade, a tendência nos últimos 2 anos passou a ser a de contratar candidatos que, com alguma experiência já acumulada noutras áreas, pudessem vir para a Tejo Ambiente conciliar essa experiência com os novos desafios que este setor de atividade proporciona, ao mesmo tempo que iam absorvendo o conhecimento que é proporcionado por profissionais que trabalham neste ramo de atividade há mais anos. Por este motivo, a média de idades tem-se mantido algo elevada.

Quadro 7 - Estrutura dos RH por Idade

Idade	2023	2024	2025	Varição 2025/2024
Idade Média	47	45	45	0
Idade =< 25 anos	0	3	4	1
Idade > 25 e =< 34 anos	12	20	27	7
Idade > 35 e =< 44 anos	45	38	34	-4
Idade > 45 e =< 54 anos	36	27	29	2
Idade > 54 anos	34	33	31	-2

Não obstante, começou-se a verificar, nos últimos meses, uma tendência para a contratação de candidatos mais jovens e mais qualificados, pelo que se perspetiva que a idade média venha a sofrer novas reduções nos próximos anos.

Gráfico 2 - Estrutura dos RH por Nível de Habilitações





Na Tejo Ambiente, especialmente nos últimos 2 anos, a preocupação pela formação dos nossos funcionários tem sido uma constante. A frequente atualização de conceitos teóricos ou académicos, conciliado com a praticidade do trabalho do dia-a-dia, são as melhores ferramentas que poderemos proporcionar a um trabalhador para que este possa ser, cada vez mais, um melhor profissional na sua área. Por este motivo, e em função do seu orçamento para esta vertente, a empresa tem respondido positivamente às solicitações de quem pretende frequentar cursos de especialização, cursos avançados, pós-graduações e até mestrados.

Outro exemplo da preocupação que a empresa tem na formação, foi o protocolo celebrado com a INSIGNARE – Associação de Ensino e Formação, no sentido de dinamizar o processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) junto dos seus trabalhadores. Neste sentido, cerca de 40 colaboradores da Tejo Ambiente iniciaram, em 2025, as formações necessárias para obterem a certificação escolar equivalente ao 9.º e 12.º anos de escolaridade, reconhecendo formalmente as competências adquiridas ao longo da vida. Este representa mais um passo na valorização e desenvolvimento pessoal e profissional das nossas pessoas.

Quadro 8 – Volume de Formação Assistida

Formação	2023	2024	2025	Variação 2025/2024
Nº de Horas de Formação	1 979	3 440	3 536	97
Nº de Participantes	83	127	120	-7

No que diz respeito ao absentismo, tem-se mantido estável em termos relativos (3,26%), registando-se um decréscimo no número de horas de duração do mesmo.

Quadro 9 – Absentismo

Absentismo	2023	2024	2025	Variação 2025/2024
Taxa de Absentismo	3,41%	3,48%	3,26%	-0,22%
Horas de Absentismo	8 453,35	8 215,50	7 938,25	-277,25

Também os acidentes de trabalho com baixa, têm estabilizado.

Quadro 10 – Acidentes de Trabalho

Acidentes de Trabalho	2023	2024	2025	Variação 2025/2024
Total de Acidentes de Trabalho	3	5	4	-1
Acidentes de Trabalho com Baixa	3	3	3	0

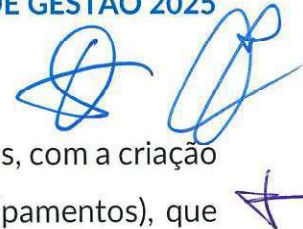
Estas são duas áreas que também merecem um cuidado especial por parte da empresa. Existe a preocupação constante de proporcionar aos nossos funcionários as melhores condições de trabalho para o exercício das suas funções, existindo um recorrente investimento em equipamentos de proteção individual (EPI's), equipamento informático adaptável às exigências de cada um (monitores com maiores dimensões ou mais do que um monitor por funcionário, ratos ergonómicos, entre outros), e são realizadas frequentes vistorias aos locais de trabalho, por parte da área de Higiene e Segurança no Trabalho, de modo a avaliar e propor a correção de eventuais anomalias detetadas.

10. GOVERNAÇÃO

De forma a planificar a sua atividade, foram definidos objetivos estratégicos que se repercutem, na atividade operacional, tendo sido fixados objetivos operacionais junto das unidades orgânicas.

Na *Carta de Missão* foram traçados os seguintes objetivos:

OE 1 – Assegurar serviços essenciais de abastecimento de água, de recolha e tratamento de esgotos, e de recolha de resíduos sólidos, com impactos positivos de grande relevância na saúde pública, na qualidade do ambiente, na coesão territorial e no desenvolvimento económico e social.



OE 2 – Garantir a excelência no desempenho das competências atribuídas, com a criação de sistemas integrados e equilibrados (recursos humanos, financeiros e equipamentos), que melhor permitam a satisfação de todos os parceiros.

OE 3 – Potenciar a implementação de soluções que visem a transformação digital e a inovação da empresa, com vista a facilitar os processos de tomada de decisão e a capacidade de resposta, na prossecução de um serviço de excelência no relacionamento com os diferentes parceiros.

OE 4 – Garantir a sustentabilidade económica e financeira da empresa a curto, médio e longo prazo. Assegurar o presente da empresa e prepará-la para o futuro de forma sólida, com as bases para uma gestão sustentável e proactiva.

OE 5 – Promover a responsabilização, motivação, dignificação, formação e valorização profissional dos seus trabalhadores.

11. PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO

Da análise das boas práticas de gestão de bens e recursos públicos, devem ter-se sempre presentes as condutas e atitudes, ativas e omissivas, de qualquer agente da organização e os desvios que podem ocorrer, face aos comportamentos padrões.

Com o objetivo de se tornar mais clara a identificação das atividades às quais estão inerentes potenciais riscos de gestão, corrupção e infrações conexas, foi criado o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, com foco na IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS DE ATIVIDADES, DOS RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS, DA QUALIFICAÇÃO DA FREQUENCIA DOS RISCOS, DAS MEDIDAS E DOS RESPONSÁVEIS.

As áreas que consideramos como mais suscetíveis de geração de riscos são as seguintes:

- ✓ CONTRATAÇÃO PÚBLICA
- ✓ ESTUDOS E PROJETOS

- ✓ RECURSOS HUMANOS
- ✓ GESTÃO DA ACTIVIDADE COMERCIAL
- ✓ GESTÃO FINANCEIRA

Para acompanhamento e avaliação do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, a Área de controlo Interno da Tejo Ambiente procederá:

1. À realização de auditorias que permitam aferir o cumprimento e adequação das medidas propostas no Plano;
2. À elaboração do Relatório Anual de Execução do Plano, até ao final de março do ano seguinte a que respeita, sustentado nos relatórios apresentados pelas unidades orgânicas e nos resultados das auditorias efetuadas no âmbito do Plano de Atividades da Área de Controlo Interno da Tejo Ambiente. O relatório deve ainda refletir sobre a necessidade de revisão e atualização do plano.

12. REGULAÇÃO

A atividade da Tejo Ambiente, em toda a sua extensão e problemática, está regulada e sujeita à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador, exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano. Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do carácter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos sectoriais nacionais.



12.1 Regulação Económica

A atividade da Tejo Ambiente está sujeita à regulação económica por parte da ERSAR e rege-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como pelo Contrato de Gestão Delegada. As disposições legais e estatutárias, assim como o Contrato de Gestão Delegada, estabelecem obrigações mínimas do serviço público, definem o plano de investimentos e a remuneração contratual.

A intervenção da ERSAR em matéria económica, vai desde a recomendação das tarifas, à verificação da conformidade com o regulamento tarifário.

Toda a atividade da Tejo Ambiente, de exploração de sistemas de titularidade municipal, obedece ao Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua redação atual.

12.2 Regulação da Qualidade do Serviço

A Tejo Ambiente está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço. A intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço resulta de uma avaliação anual tendo por base indicadores. Os resultados desta avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP). Em fevereiro do corrente ano foi divulgado o volume 1 do RASARP 2025 com os resultados do sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pela entidade gestora, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2024.

Desta regulação, resulta o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis. Nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, na redação atual, a Tejo Ambiente deve elaborar anualmente o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), e submeter para aprovação da ERSAR, cabendo a esta entidade coordenar e fiscalizar a respetiva implementação. No cumprimento da legislação, a Tejo Ambiente implementa o PCQA, sendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos comunicadas às entidades competentes.

No âmbito deste PCQA, em 2025 foram efetuadas 2675 determinações analíticas, das quais 17 ultrapassaram os valores paramétricos definidos na legislação, o que evidencia um bom desempenho da empresa, com uma percentagem de cumprimento de 99,36%. Os resultados do controlo da qualidade da água nos pontos de entrega são também incluídos no RASARP.

Quadro 11 – Resultados do controlo analítico

Rúbricas	Anual (acumulado)	
	Previstas	Efetuadas
Nº de análises	2675	2675
% de análises realizadas	100,00%	
Resultados conforme VP	2658	
Resultados não conforme VP	17	
% de resultados conformes	99,36%	

13. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

O Contexto da Economia Mundial

O ano de 2025 foi um ano que, na sua globalidade, foi caracterizado por um crescimento moderado. A economia mundial evitou a recessão, mas as restrições estruturais, a fragmentação do comércio e as incertezas políticas mantiveram o crescimento abaixo do seu potencial de longo prazo.

As tensões comerciais têm continuado a persistir, mantendo-se sujeitas a ocasionais conflitos. Os EUA aumentaram, em 2025, de forma significativa, os direitos aduaneiros sobre as suas importações. Este aumento foi particularmente acentuado para as importações provenientes da China, na sequência da intensificação da guerra comercial entre os dois países.

A taxa aduaneira efetiva média sobre as importações de bens da China, calculada como o rácio das receitas de direitos aduaneiros sobre o valor dos bens importados, aumentou 18,6 pp, de 10,6% em média em 2024 para 29,2% no final de 2025. Já em fevereiro de 2026, os direitos aduaneiros dos EUA diminuíram, na sequência da decisão do Supremo Tribunal que



invalidou parte desses direitos, mas mantiveram-se em níveis superiores aos observados em 2024.

Esta evolução dos direitos aduaneiros criou um diferencial significativo entre as taxas aplicadas pela UE e pelos EUA, suscitando a preocupação de que um potencial redireccionamento do comércio de bens da China para a UE implicasse uma maior pressão competitiva para as empresas europeias. Esta pressão já existia antes do aumento dos direitos aduaneiros por parte dos EUA em 2025, devido ao crescimento baixo, e mesmo negativo, do preço das importações de bens provenientes da China.

Uma primeira análise, com base em dados agregados de comércio internacional, mostra que, em 2025, o volume das importações de bens da UE provenientes da China cresceu mais do que o das restantes importações de bens da UE, tanto extra-UE como intra-UE, traduzindo-se num aumento do peso da China no total das importações de bens. Contudo, este crescimento mais elevado pode refletir diversos fatores, incluindo ganhos de competitividade, não traduzindo necessariamente um realinhamento do comércio induzido pelo aumento das barreiras comerciais dos EUA.

Com efeito, já antes do aumento das barreiras, o crescimento do volume de importações da UE provenientes da China era superior ao registado para as importações da UE do resto do mundo.

Analisando mais amiúde os dados de comércio de bens e de direitos aduaneiros mensais ao nível do produto, verifica-se que o aumento das tarifas contribuiu para uma contração de 6% do valor e da quantidade das importações dos EUA provenientes da China. Já o impacto estimado no valor ou na quantidade das importações da UE provenientes da China não é muito diferente de zero. Tal sugere que, até ao final de 2025, não terá havido um reencaminhamento das exportações chinesas para o mercado da UE, sistematicamente associado ao aumento dos direitos aduaneiros aplicados pelos EUA.

Embora não se observe esta evidência, o risco desse redireccionamento persiste, na medida em que estes ajustamentos tendem a materializar-se com algum desfasamento temporal, por exemplo, devido à existência de contratos pré-estabelecidos e de custos associados ao estabelecimento de novas relações comerciais.

Este risco de realinhamento poderá ser relativamente mais elevado para os países da UE com maior semelhança entre a sua estrutura total de importações e a estrutura de importações de bens da China por parte dos EUA.

A evolução futura dos direitos aduaneiros e de outras medidas de política comercial aplicados pelos EUA e pela UE às importações provenientes da China continuará a afetar os incentivos económicos subjacentes ao eventual redireccionamento desses fluxos comerciais.

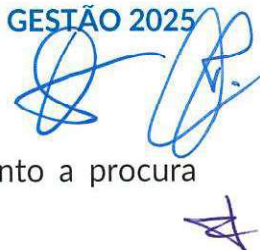
Adicionalmente, a crescente semelhança entre o perfil de especialização da China e o de economias europeias como a Alemanha, França e Itália, poderá intensificar a pressão competitiva sobre as empresas desses países, não só por via de um aumento das importações, como também por via de uma redução da sua quota de mercado das exportações.

Uma análise baseada nos índices publicados pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento mostra que, à medida que a China se posiciona progressivamente em segmentos de maior valor acrescentado, tem vindo a aumentar a proporção de bens em que apresenta vantagem comparativa revelada no conjunto de bens em que cada país europeu também apresenta tal vantagem. No caso de Portugal, embora esta sobreposição não tenha aumentado, é relativamente elevada, refletindo, por exemplo, a vantagem comparativa revelada das duas economias em setores como o vestuário, têxteis, calçado e mobiliário.

As autoridades americanas retiraram também, para todos os países, as tarifas sobre alguns produtos agrícolas, compensando as tarifas mais elevadas sobre determinados sectores que tinham sido anteriormente anunciadas e que estão agora em vigor.

De facto, a economia global surpreendeu em alta face às projeções no início de 2025. Esta evolução deveu-se a diversos fatores, nomeadamente ao dinamismo do investimento em tecnologia, com destaque para a inteligência artificial, à adoção de políticas orçamentais de cariz expansionista e às condições financeiras globalmente acomodáticas, que atenuaram os impactos adversos decorrentes das tensões comerciais.

Nos EUA, a aceleração do consumo privado e do investimento e a solidez das exportações continuaram a suportar a expansão da atividade.



Na China, o desempenho das exportações manteve-se robusto, enquanto a procura interna permaneceu fraca refletindo debilidades no setor imobiliário.

Perspetivas Futuras da Economia Mundial:

Numa primeira análise, o ponto de partida mais sólido da economia mundial, no início de 2026, permitiria absorver parte do impacto do choque energético. Assim, as perspetivas para a atividade mundial não se alterariam substancialmente face a dezembro, uma vez que as revisões em baixa, devidas ao impacto adverso da guerra, seriam compensadas pela divulgação de dados mais positivos do que o esperado.

O comércio mundial, após um crescimento de 4,7% em 2025, perspetivava desacelerar em 2026 para 2,4% e recuperar para 3% em 2027-28.

Contudo, o ataque dos EUA e de Israel ao Irão no final de fevereiro, cuja intervenção se anunciava como “rápida”, desencadeou uma subida significativa dos preços do petróleo e do gás, bem como movimentos de aversão ao risco e aumento da volatilidade nos mercados financeiros.

A economia mundial está dependente dos fluxos de petróleo e gás natural do Médio Oriente que são, em grande medida, exportados através do Estreito de Ormuz. A paralisação do tráfego comercial neste estreito, a par da redução da capacidade produtiva e outros constrangimentos operacionais provocados pela guerra, contribuiu para a pressão sobre os preços destas matérias-primas. O preço do petróleo, que já vinha a aumentar desde o início do ano num contexto de tensões crescentes na região, registou uma subida abrupta com o início da ofensiva militar, atingindo valores superiores a 100 dólares por barril, que compara com valores em dezembro de 2025 de 63 dólares.

O impacto no preço do gás europeu foi ainda mais pronunciado, tendo atingido 51 euros por megawatt/hora, face a 28 euros em dezembro, mas, ainda assim, ficou muito aquém do valor atingido em março de 2022 com a invasão da Ucrânia pela Rússia (227 euros). Embora os envios de gás natural liquefeito através do Estreito e provenientes do Qatar — que suspendeu

a produção — se destinem principalmente à Ásia, estas perturbações contribuíram para um aperto das condições no mercado global de gás.

Nos mercados financeiros, o aumento do risco geopolítico e os receios de pressões inflacionistas traduziram-se numa subida das taxas de rendibilidade da dívida das principais economias e numa apreciação do dólar norte-americano face a um conjunto de moedas beneficiando do seu estatuto de ativo de refúgio (tal como o ouro, cujo preço também aumentou).

Os índices acionistas também desvalorizaram a nível global.

Existe agora elevada incerteza quanto à evolução do conflito, o que condiciona a magnitude e a duração dos seus efeitos sobre os preços das matérias-primas, os mercados financeiros, a confiança dos agentes económicos e, em última instância, a economia global.

Por outro lado, persistem ainda um conjunto de outros conflitos que impactam e agravam, de forma muito acentuada, toda a economia mundial, agravando um quadro de crise geopolítica e energética, em termos globais.

O conflito na Europa Oriental (conflito Ucrânia/Rússia), que também perturba e condiciona o mercado mundial da energia, mantém-se, agravando ainda mais a crise energética e o aumento do preço do petróleo, do gás natural, do preço dos transportes e atrasos nas encomendas.

Zona do Euro

O crescimento da atividade na área do euro em 2025 (1,5%) ficou acima do projetado pelo BCE/Eurosistema ao longo do ano.

No entanto, já em 2026, as projeções do BCE para o crescimento na zona euro foram revistas 0,3 pp em baixa, para 0,9%, e 0,1 pp em alta em 2027, para 1,3%, mantendo-se inalteradas em 2028 em 1,4%. Isto porque o impacto da guerra no Médio Oriente aconselha a esta revisão em baixa, refletindo, assim, a dependência da economia europeia em relação à

energia importada. A subida dos preços destas matérias-primas deverá refletir-se nos custos de produção — em particular, nos transportes e na indústria — e nas despesas em energia das famílias. O impacto negativo sobre o poder de compra das famílias limita a evolução do consumo privado, com a projeção do BCE a assumir também efeitos de confiança negativos sobre este agregado e no investimento.

Por seu turno, as hipóteses para as taxas EURIBOR foram revistas em alta face a dezembro e apresentam um perfil de subida. Em termos médios anuais, as taxas de juro de curto prazo na zona euro deverão subir para 2,3% em 2026 (revisão de 0,3 pp face a dezembro) e posteriormente para 2,6% em 2027 e 2,7% em 2028. A taxa de juro implícita da dívida pública portuguesa também aumentará gradualmente, de 2,2% em 2025 para 2,6% em 2028. Em média anual, o euro apreciou cerca de 3% em termos nominais efetivos em 2025 e, de acordo com as hipóteses técnicas, deverá apreciar 0,8% em 2026 e deprecicar 0,2% em 2027.

Em Portugal

No caso de Portugal, a situação que se vive não é muito diferente da conjuntura económica que assola a economia mundial.

A procura externa dirigida à economia portuguesa havia aumentado 4,3% em 2025, próximo do crescimento do comércio global. O perfil desta procura externa está alinhado com o do comércio mundial, com crescimentos de 2,1% em 2026, 2,6% em 2027 e 3,1% em 2028, já incorporando um cenário de taxas aduaneiras inferiores devido ao efeito conjugado de dois fatores: a decisão do Supremo Tribunal de Justiça que determinou a ilegalidade das tarifas anteriormente impostas pelos EUA e a recente introdução de uma taxa aduaneira comum de 10% pela Administração norte-americana sobre os produtos importados de todos os parceiros comerciais.

Quanto ao mercado de trabalho, este tem-se mantido resiliente, com o emprego em níveis máximos e uma taxa de desemprego historicamente baixa. No entanto, o menor crescimento da população, associado à redução dos fluxos migratórios, limitará a evolução do emprego e da atividade. Efetivamente, nos últimos anos, o crescimento do emprego tem sido

sustentado, em larga medida, pelos trabalhadores de nacionalidade estrangeira. Contudo, o seu contributo tem vindo a diminuir e as projeções apresentadas assumem que os fluxos de imigração continuarão numa tendência descendente.

Neste contexto, e tendo em consideração que a estrutura etária da população permanece desfavorável, torna-se essencial que o crescimento económico esteja progressivamente mais ancorado em ganhos de produtividade e menos na expansão do emprego. Tal implica reforçar a aposta na qualificação da população, bem como no investimento e na inovação, tirando partido dos progressos na automatização, na digitalização e na inteligência artificial. A sustentabilidade de aumentos duradouros dos salários reais e do bem-estar depende, em última instância, de um crescimento suficientemente robusto da produtividade por trabalhador.

O rendimento disponível das famílias será mais contido em 2026–2028, refletindo-se num abrandamento do consumo privado e numa redução da taxa de poupança.

Em termos de finanças públicas, as projeções apontam para um saldo orçamental de déficit de 0,4% do PIB em 2026, 0,9% em 2027 e 1% em 2028. Esta trajetória traduz uma deterioração significativa no período recente, explicada sobretudo pelas medidas de redução de impostos e pelo aumento permanente da despesa. A taxa de juro implícita na dívida pública portuguesa aumenta gradualmente, de 2,3% em 2025 para 2,6% em 2028. Esta evolução reflete a evolução esperada das taxas de juro de longo prazo

Perspetivas Futuras para Portugal:

Projeta-se uma deterioração do enquadramento externo, na sequência do ataque lançado pelos Estados Unidos e Israel ao Irão no final de fevereiro. A subida abrupta e significativa dos preços das matérias-primas energéticas tem um impacto negativo na atividade e positivo na inflação, sobretudo em 2026.

A expectativa de agravamento das condições de financiamento condiciona também a atividade.



As hipóteses quanto à evolução do conflito refletem as expectativas implícitas nos mercados financeiros, pressupondo uma duração relativamente limitada e efeitos contidos sobre a confiança dos agentes e as cadeias de abastecimento globais. No entanto, existe uma elevada incerteza, e uma intensificação ou prolongamento do conflito implicam riscos acentuados.

Relativamente à evolução dos preços, a dissipação do choque sobre o preço dos bens energéticos e a manutenção de expectativas de inflação de longo prazo ancoradas deverão contribuir para a estabilidade de preços no consumidor no final do horizonte, tanto em Portugal como na área do euro.

O preço do petróleo constitui um canal de transmissão relevante do choque geopolítico à economia, sendo a sua evolução futura uma fonte de incerteza. O conflito no Médio Oriente tem afetado os fluxos comerciais de petróleo, gás natural e fertilizantes provenientes do Golfo Pérsico, devido aos constrangimentos no Estreito de Ormuz. Após o ataque ao Irão, o preço do petróleo aumentou muito significativamente, com os mercados a não indicarem um fim para este aumento.

Um aumento mais pronunciado ou permanente do preço do petróleo acentuará os impactos adversos sobre a atividade — reduzindo o poder de compra das famílias e aumentando os custos de produção das empresas, com efeitos negativos sobre o consumo e o investimento — e reforçará as pressões inflacionistas.

Neste contexto de elevada incerteza, projetam-se variações em cadeia do PIB de 0,0% no primeiro trimestre e 0,4% nos trimestres seguintes, após 0,9% no quarto trimestre de 2025. Este perfil encontra-se marcado pelo impacto das condições meteorológicas extremas observadas no início do ano e pelos efeitos adversos associados ao conflito no Médio Oriente.

As condições meteorológicas extremas registadas no início do ano afetam também a evolução da atividade em 2026. Entre o final de janeiro e a primeira quinzena de fevereiro, o território nacional foi afetado pela tempestade *Kristin* e por episódios de precipitação intensa e persistente. Estes fenómenos — com maior incidência na região Centro — causaram danos em edifícios residenciais e empresariais, terrenos agrícolas e infraestruturas, incluindo redes de

distribuição de eletricidade, transporte e comunicação. Os indicadores de alta frequência sugerem um impacto negativo temporário na atividade, em particular nas regiões mais afetadas.

O abrandamento da atividade no início do ano reflete também a dissipação do impacto positivo no consumo privado associado às medidas governamentais que reforçaram o rendimento das famílias na segunda metade de 2025.

Neste quadro globalmente adverso, existem, ainda assim, fatores que continuam a manter algum ténue otimismo, como a solidez do mercado de trabalho, o ímpeto associado ao PRR e a orientação expansionista da política orçamental.

Prevê-se uma recuperação da atividade em março e um efeito positivo ao longo do horizonte associado aos trabalhos de reconstrução dos estragos causados, essencialmente via investimento. Esta estimativa, no entanto, encontra-se rodeada de grande incerteza, dada a informação ainda limitada sobre a dimensão dos prejuízos e o impacto das medidas de apoio anunciadas pelo Governo.

Em sentido contrário, o aumento da inflação e o agravamento das condições de financiamento deverão condicionar as decisões de consumo e investimento dos agentes, em particular ao longo de 2026.

A procura externa dirigida à economia portuguesa também deverá apresentar um menor dinamismo neste período, tendo em conta a natureza global do choque.

INFLAÇÃO

A inflação deverá aumentar de 2,2% no primeiro trimestre de 2026 para 3,1% no segundo trimestre, e permanecer elevada durante um ano, antes de regressar a valores em torno de 2%.

O aumento rápido do preço dos bens energéticos e a sua transmissão desfasada aos preços dos outros bens e serviços determinam esta trajetória. O preço dos bens energéticos deverá aumentar em março e acelerar no segundo trimestre, desacelerando na segunda metade



do ano. A partir do segundo trimestre de 2027, o preço destes bens deverá cair, apresentando variações contidas em 2028.



Este perfil reflete a evolução implícita nas hipóteses para o preço do petróleo, encontrando-se rodeado de elevada incerteza. A inflação excluindo energéticos deverá aumentar mais gradualmente, de 2,4% no primeiro trimestre de 2026 até 2,9% no primeiro trimestre de 2027, regressando a valores próximos de 2% apenas no final desse ano.

PROCURA INTERNA

Prevê-se que a procura interna se mantenha como o principal motor de crescimento da economia. Os ganhos reais de rendimento disponível — num quadro de crescimento de emprego e salários, e medidas orçamentais de apoio ao rendimento das famílias — sustentaram o consumo privado em 2024 e 2025. O contributo deste agregado explicou cerca de metade da variação do PIB neste período, esperando-se contributos progressivamente menores em 2026–28.

Efetivamente, prevê-se que a procura interna desacelere, refletindo um crescimento mais moderado do rendimento disponível e a manutenção da poupança em níveis elevados. Após um aumento de 3,5% em 2025, o consumo privado deverá abrandar para 2,0% em 2026, 1,8% em 2027 e 1,6% em 2028.

O rendimento disponível real deverá crescer 1,5%, em média, no período (3,4% em 2025), num contexto de desaceleração do emprego e dos salários reais por trabalhador, e de ausência de medidas adicionais de apoio ao rendimento das famílias.

O agravamento das tensões geopolíticas e a subida temporária da inflação em 2026 deverão ter um impacto negativo sobre o poder de compra e implicar uma deterioração da confiança dos consumidores. Adicionalmente, o aumento das taxas de juro implícito deverá condicionar o acesso das famílias ao crédito para consumo em 2026–27.

A nível interno, o perfil assumido para a absorção dos fundos do PRR poderá não se materializar, implicando riscos descendentes para o investimento. Em sentido contrário, o novo

programa nacional de recuperação e resiliência em resposta à catástrofe climática (PTRR — Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência), ainda em preparação, comporta riscos ascendentes para a atividade.

A economia portuguesa poderá também beneficiar caso o aumento do investimento em defesa e infraestruturas na UE se traduza, direta ou indiretamente, num maior dinamismo da procura externa; ou caso os investimentos em novas tecnologias se materializem em ganhos de produtividade mais significativos.

Conclusão

Num contexto de aumento das tensões geopolíticas, reconfiguração do comércio internacional e evolução demográfica desfavorável, torna-se crucial promover um crescimento sustentado da economia, incentivando o investimento e a adoção de novas tecnologias. Tal é determinante para reduzir o diferencial de produtividade face aos parceiros europeus, assegurando ganhos duradouros de bem-estar.

Neste processo, a manutenção da trajetória de redução do endividamento público e privado, o reforço das qualificações da população e o incentivo ao aumento do capital físico e intangível — em particular, através da aposta em tecnologias digitais e inteligência artificial — constituem dimensões relevantes.

A criação de condições para que as empresas mais produtivas possam crescer é também condição necessária para um maior crescimento potencial da economia portuguesa.



14. OS PROBLEMAS QUE AFETAM O SETOR E A PERFORMANCE DA EMPRESA

14.1 O setor de atividade – Algumas características

Em Portugal, o setor das águas caracteriza-se pela existência de um grande número de intervenientes: ao nível da administração, a entidade reguladora e as entidades da Administração Central; e na gestão dos sistemas incluem-se os Municípios, as associações de municípios, as empresas municipais e intermunicipais, as empresas públicas (nomeadamente as concessionárias), as empresas privadas concessionárias e as empresas privadas prestadoras de serviços de gestão.

Os modelos de gestão e de organização dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais encontram-se previstos em diplomas legais que consagram os regimes jurídicos da gestão e exploração dos sistemas de base municipal, multimunicipal e de parceria entre o Estado e as Autarquias locais.

O grau de maturidade do setor garante a cada vez maior disponibilidade destes serviços em todo o território, acompanhada da melhoria da qualidade a preços acessíveis para as populações.

Caracteriza-se também por ser de capital-intensivo e com períodos longos de recuperação do investimento. O elevado investimento necessário, numa fase inicial, apenas permite o respetivo retorno através da suavização das tarifas praticadas ao longo do período de vida útil das infraestruturas. Para além da fase inicial de investimento na infraestruturização dos sistemas, mantém-se a necessidade de realização de níveis muito relevantes de investimento e, neste sentido, a manutenção de longos períodos de recuperação dos mesmos.

O PENSAARP 2030, aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2024, de 5 de fevereiro, estabeleceu o quadro de desenvolvimento do setor dos serviços de águas (abastecimento de água e saneamento de águas residuais), atualizando o PENSAAR 2020 e introduzindo uma nova componente: a gestão de águas pluviais.

Partindo da avaliação da situação atual do setor e tendo presentes, designadamente, os desafios emergentes das alterações climáticas, o PENSAARP 2030 identifica as grandes prioridades estratégicas de investimento e financiamento dos serviços de águas para a presente década. Em março de 2025 foi apresentada a Estratégia Nacional para a gestão da água “Água que Une”, a qual preconiza uma gestão integrada da água, assumindo as seguintes orientações:

- Contribuir para uma governança ágil e eficaz da água;
- Diminuir a vulnerabilidade à escassez hídrica;
- Reforçar a sustentabilidade ambiental;
- Promover a coesão territorial

Esta Estratégia pretende dar suporte à revisão do Plano Nacional de Água (2026).

14.2 Os Problemas estruturais

Para além dos casos especificamente relacionados com a dimensão dos sistemas, há um conjunto de dificuldades estruturais que são transversais a todo o setor, já que as perdas de água são, em média, ainda muito elevadas, o tratamento e a gestão de lamas, especialmente das provenientes de ETAR, não tem soluções sustentadas e só se pode contar com serviços externos em limitadíssima concorrência.

Também o ritmo de reabilitação e renovação das infraestruturas, em geral, está claramente muito abaixo do desejável, não permitindo compensar o envelhecimento das redes ou, até, as carências progressivas de sistemas de grande dimensão, sobretudo após o reequilíbrio dos sistemas multimunicipais, que consumiram verbas antes alocadas à reabilitação.

Acresce ainda às necessidades de reabilitação e renovação, o esforço de cobertura de saneamento, com os inerentes custos de inovação para soluções práticas de pequenos sistemas

de saneamento e soluções baseadas na natureza, bem como o investimento e os gastos de operação.

Não se deve perder de vista, também, que a cobertura de abastecimento de água não é total, especialmente se se considerar a fiabilidade de vários sistemas em período de seca. O setor sofreu ainda tensões decorrentes da crise da década passada, com redução de financiamento disponível e de investimento, e está sujeito a vetores que agravam as suas circunstâncias, como a emergência climática (quer pelos seus efeitos nas disponibilidades hídricas, quer pelo esforço que imporá aos serviços na racionalização da sua prestação), a necessária revisão da dimensão energética, para obter maior eficiência, e a pressão regulamentar europeia, sobretudo perante a instabilidade de algumas soluções nacionais, como o acima mencionado tratamento de lamas.

14.3 O Regime Fiscal agravado

O regime tarifário é agravado, num outro plano, pela disparidade do regime fiscal entre as várias entidades gestoras, o que é um fator de crónica desigualdade para as próprias, em matéria de aplicabilidade de IRC e de IVA, e inerentemente para os consumidores.

Efetivamente, as entidades gestoras de natureza empresarial estão sujeitas ao pagamento de IRC, enquanto as demais entidades que operam em modelo de gestão direta não estão. Por outro lado, a incidência de IRC é agravada pela especificidade do regime das IFRS para as concessionárias, municipais ou multimunicipais.

Também no IVA há diferentes regimes e instabilidade de interpretações, havendo várias situações em que uma rua separa um consumidor a quem é cobrado IVA de outro a quem não é, por ser distinta a natureza jurídica da entidade que o serve. Esta disparidade conduz a casos preocupantes: por exemplo, enquanto o Regulador sempre sustentou, e a própria Autoridade Tributária também, que as empresas municipais deveriam cobrar IVA pela prestação do serviço de saneamento, a Autoridade Tributária entende agora que esse serviço, quando prestado por empresas municipais, se encontra fora do âmbito de incidência do imposto. As consequências são gravosas: por um lado, os serviços “em alta” cobram IVA a essas empresas, pelo que estas

deixam de poder repercuti-lo nos seus consumidores; por outro lado, a cobrança aos consumidores fez parte dos seus estudos de viabilidade que sustentam a respetiva gestão e a ausência de cobrança corresponde a um emagrecimento pelo valor do IVA pago e não cobrado, sem vantagem para os consumidores, porque haverá, naturalmente, repercussão tarifária.

Neste caso, uma das consequências é a geração de riscos económicos muito sérios para as empresas municipais mais antigas que, de acordo com orientações - antes uniformes - recebidas, cobraram IVA ao longo dos anos.

Outra consequência é diminuir ou anular o equilíbrio de empresas municipais resultantes do esforço de agregação, exatamente quando estas estão a iniciar a sua operação e a procurar afirmar-se. Na essência da questão, convergem duas situações estranhas. Por um lado, tem havido variação da interpretação da Autoridade Tributária, com sérios riscos de graves repercussões para as entidades gestoras em causa. Por outro, a Autoridade Tributária, ao entender que não deve ser cobrado IVA, não está, agora, a tirar consequências do facto de que, havendo personalidade jurídica autónoma das empresas municipais, há também a delegação dos serviços de saneamento a uma entidade terceira, juridicamente distinta do município que delega os serviços, ou seja, uma atribuição a terceiros, tal como acontece nas concessões. O que é ainda reforçado pelo facto de as empresas municipais serem pessoas coletivas de direito privado. Reconhece-se a dificuldade de harmonização, tendo em conta a natureza jurídica dos municípios com gestão direta: mas já não é aceitável e compreensível a extensão automática do mesmo regime de IVA em casos em que os serviços são atribuídos a empresas com personalidade jurídica própria.

As empresas intermunicipais executavam as empreitadas com a taxa de IVA de 23% sobre investimentos das atividades de saneamento e de resíduos urbanos, sem a possibilidade de dedução. Os Municípios executam os mesmos investimentos à taxa reduzida de 6%.

A este propósito, a Tejo Ambiente efetuou três Reclamações Graciosas, junto da Autoridade Tributária, no sentido de serem corrigidas as taxas de IVA (de 23% para 6%) das empreitadas que representavam investimentos na atividade de saneamento. Em todas as reclamações, a Autoridade Tributária deu razão à Tejo Ambiente e efetuou as respetivas




correções. Assim, já desde o ano de 2024, a Tejo Ambiente passou a sujeitar-se a uma taxa de IVA de 6%.



14.4 A sobrecarga tarifária das entidades gestoras em “Alta”

As entidades gestoras estão sujeitas a tensões económicas crescentes, que resultam:

- Do esforço díspar que lhes é exigido em relação a outros intervenientes na captação de água e de rejeição de águas residuais;
- Dos vários vetores de dificuldades estruturais que impõem ainda grandes investimentos e gastos de exploração complementares;
- Do agravamento conjuntural atual, emergente dos conflitos entre a Rússia e a Ucrânia e no Médio Oriente;
- e, especialmente nos Resíduos, da falta de dimensão e estrutura adequadas para dar resposta às solicitações.

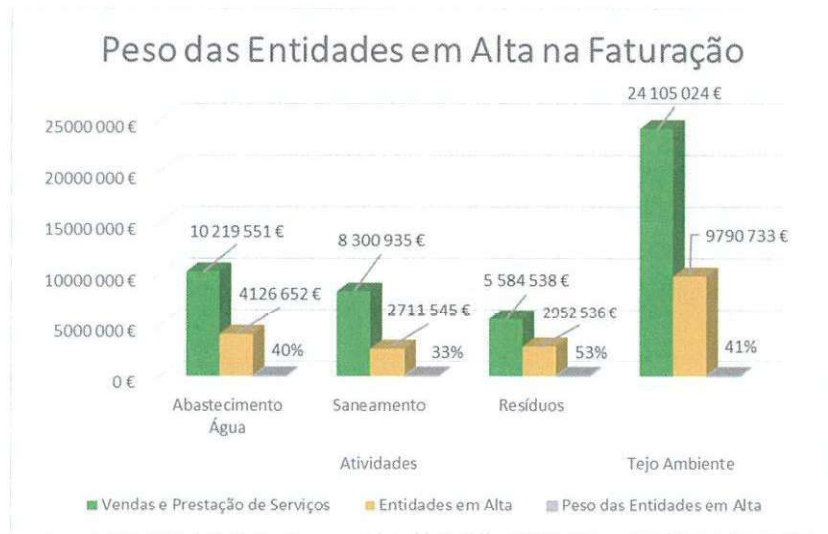
A disparidade de regimes também contribui para o agravamento da situação.

No quadro e gráfico abaixo é visível o peso dos Gastos com as Entidades em Alta na Faturação da Tejo Ambiente, sendo de destacar um aumento desse peso (para 41%) face aos valores registados em 2024 (40%), consequência direta do crescimento dos gastos na atividade dos Resíduos.

Quadro 12 - Representatividade dos Gastos das Entidade em “Alta” - 2025

Peso das Entidades em Alta	Atividades			Tejo Ambiente
	Abastecimento Água	Saneamento	Resíduos	
Vendas e Prestação de Serviços	10 219 551 €	8 300 935 €	5 584 538 €	24 105 024 €
Entidades em Alta	4 126 652 €	2 711 545 €	2 952 536 €	9 790 733 €
Peso das Entidades em Alta	40%	33%	53%	41%

Gráfico 3 - Representatividade dos Gastos das Entidade em "Alta"



Rendimentos

A evolução dos rendimentos, no ano de 2025, foi mais significativa que a ocorrida em 2024. Não porque tenha havido um crescimento assinalável no volume de atividade, mas porque os dados de 2024 estavam contidos devido à necessidade que houve de contabilizar notas de crédito, de valor significativo, respeitantes a correções na faturação de saneamento e resíduos em sistemas de rega de jardins e espaços públicos. Por outro lado, também esses dados estavam contraídos devido à correção ocorrida no deferimento de benefícios sociais assumidos em exercícios anteriores.

A faturação distribuída por Municípios e por Atividades teve a seguinte composição:

Quadro 13 - Resumo Faturação 2025

Resumo da Faturação por Atividades e Municípios							
Atividades	Ferreira do Zêzere	Mação	Ourém	Sardoal	Tomar	Vila Nova da Barquinha	TOTAL
Abastecimento Água	1 496 466 €	1 239 511 €	0 €	582 366 €	5 889 767 €	1 011 292 €	10 219 401 €
Saneamento	486 788 €	633 263 €	3 373 802 €	392 030 €	2 818 827 €	594 367 €	8 299 078 €
Resíduos	468 457 €	419 684 €	2 328 288 €	195 051 €	1 844 360 €	330 707 €	5 586 546 €
Total	2 451 710 €	2 292 457 €	5 702 091 €	1 169 447 €	10 552 953 €	1 936 365 €	24 105 024 €
	10%	10%	24%	5%	44%	8%	

[Handwritten signatures]

Vendas e Prestação de Serviços por Município

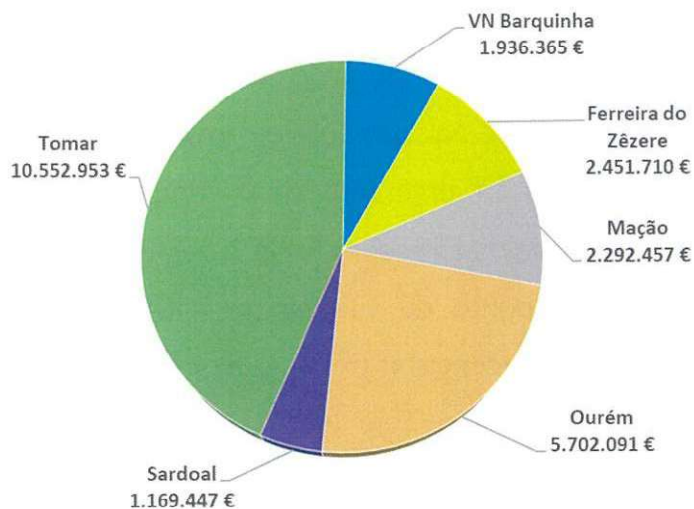


Gráfico 4 - Resumo Faturação 2025

Evolução mensal da Faturação versus Resultado 2025



Gráfico 5 - Evolução Peso/mês faturação

15. INVESTIMENTOS ESTRUTURANTES EM CURSO

Após um ano de 2024 cujo objetivo foi o de concluir todas as empreitadas aprovadas no âmbito do POSEUR, nomeadamente aquelas cuja prorrogação de prazo havia sido permitida, ainda, em 2023, e cuja conclusão urgia assegurar inequivocamente, de modo a evitar penalizações ou cortes nos subsídios a receber (objetivo este que foi plenamente atingido), o ano de 2025 representou um ponto de viragem no ciclo de investimentos. Isto porque recentrou-se nas intenções de investimentos (ITI's) que os municípios viram aprovadas junto da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT), bem como em outros investimentos considerados estratégicos, que contribuam para o aumento da taxa de cobertura de infraestruturas de saneamento ou melhorem a eficiência hídrica, e que se enquadram em avisos de apoio comunitário no âmbito do PT 2030 e PRR, entretanto emitidos.

Neste seguimento, no decurso do ano de 2025 houve necessidade de rever e elaborar projetos, solicitar pareceres a entidades oficiais (REN, RAN, APA, IP, entre outras), negociar servidões administrativas com proprietários de terrenos e, por fim, elaborar as respetivas candidaturas que foram sendo submetidas à medida que iam surgindo os avisos para enquadramento.

O quadro 14 (em baixo), evidencia a totalidade dos investimentos estruturantes que a Tejo Ambiente está a desenvolver, dando-se a conhecer o seu ponto de situação à data de 31-12-2025:



Quadros 14 - Projetos Comparticipados pelos Fundos Comunitários 31/12/2025

AVISO CENTRO 2030-2024-54 - Ciclo urbano da água em baixa ITI CIMT							
Municípios	Fundo ITI CIMT	Empreitadas	Estado	Investimento Total Previsto	Comparticipação do Fundo ITI CIMT	Valor do Contrato (S/IVA)	Valor Executado
Ferreira do Zêzere	750 000,00 €	RDAR na União de Freguesias de Areias e Pias - Cidral, Areias e Boucha	Em aprovação	1 324 168,54 €	750 000,00 €	989 167,91 €	- €
		Acompanhamento Arqueológico					
Mação	1 125 000,00 €	Investimento em Telemetria	Aguarda definição de investimentos	78 853,50 €	67 025,48 €	- €	- €
		Empreitada para execução de reservatório para anulação de 4 reservatórios em Estrada da Capela		708 612,33 €	602 320,48 €	- €	- €
Ourém	1 901 378,57 €	RDAR na Freguesia da Urqueira	Em execução	1 591 992,01 €	859 003,45 €	1 374 742,74 €	487 006,43 €
		RDAR de N. Sra. Da Piedade - Alqueidão, Caridade, Casais da Caridade, Casal do Gago, Corredoura e Rua do Cruzeiro	Aprovada	1 773 459,33 €	1 042 375,12 €	1 538 000,00 €	- €
Sardoal	1 100 000,00 €	Abastecimento de S. Simão e Valhascos	Em aprovação	461 863,10 €	392 583,64 €	267 011,45 €	- €
		Investimento em Telemetria				- €	- €
Tomar	2 299 428,02 €	RDAR da Freguesia de Paialvo	Em aprovação	1 730 342,02 €	1 070 554,62 €	942 903,69 €	- €
		Investimento em telemetria					
		RAA na Freguesia de Asseiceira - Santa Cita	Aguarda definição de valores	2 443 204,33 €	1 228 873,41 €	- €	- €
V. N. da Barquinha	652 500,00 €	RDAR de Atalaia Este	Em aprovação	1 058 839,64 €	900 013,69 €	886 000,00 €	- €
		Investimento em Telemetria					
TOTAL	7 828 306,59 €			11 171 334,80 €	6 912 749,88 €	5 997 825,79 €	487 006,43 €

AVISO CENTRO 2030-2024-29 - Ciclo urbano da água em alta						
Municípios	Empreitadas	Estado	Investimento Total Previsto	Comparticipação do Fundo	Valor do Contrato (S/IVA)	Valor Executado
Ourém	Emissário do Olival E2.1 - Parte B (Zona Industrial)	Em execução	1 435 116,50 €	1 211 434,02 €	1 250 000,00 €	67 588,73 €
Mação	Construção da ETAR Ortiga	Em audiência prévia Decisão de não aprovação. Pretendemos submeter a novo aviso Sustentável 2030	641 788,46 €	545 520,19 €	- €	- €
	Construção da ETAR de Vale de Vacas e Rosmaninhal	Em audiência prévia Decisão de não aprovação. Pretendemos submeter a novo aviso Sustentável 2030	579 898,54 €	492 913,76 €	- €	- €
Área Territorial de Abrangência da TA	Remodelação da ETAR do Alto Nabão	A submeter Aviso/Convite Sustentável 2030	4 944 042,45 €	4 202 436,08 €	- €	- €
TOTAL			7 600 845,95 €	6 452 304,05 €	1 250 000,00 €	67 588,73 €

- No Município de Ferreira do Zêzere

- Empreitada de execução da Rede de Drenagem de Águas Residuais na União de Freguesias de Areias e Pias - Cidral, Areias e Boucha, a qual tem previsto um custo total de 1.324.168,54 € + IVA. - Trata-se de intenção de investimento sinalizada pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com uma comparticipação até 750.000,00 € e cuja candidatura se encontra submetida para aprovação. Acresce acompanhamento arqueológico por atravessar zona suscetível de possuir achados com interesse histórico;

- Município de Mação:

- Empreitada de execução de reservatório para anulação de 4 infraestruturas localizadas em Estrada da Capela, cujo valor previsto para a sua execução atinge os 708.612,33 € + IVA. Trata-se de intenção de investimento sinalizada pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com uma comparticipação até 85% e cuja candidatura se encontra em elaboração para ser submetida. Acresce investimento em telemetria, cujo orçamento aponta para os 78.853,50 €, também com uma comparticipação de até 85%;

- Reabilitação/Construção das ETAR's de Rosmaninhal e Vale de Vacas: - Candidatura que foi submetida através AVISO CENTRO 2030-2024-29 - Ciclo urbano da água em alta, para investimento estruturante com uma comparticipação de 85%. Tem um valor total previsto de 579.898,54 € + IVA. Esta candidatura encontra-se em fase de audiência prévia por Decisão de Não Aprovação. Iremos submeter a novo aviso no âmbito do Sustentável 2030;

- Reabilitação/Construção das ETAR de Ortiga: - Candidatura que foi submetida através AVISO CENTRO 2030-2024-29 - Ciclo urbano da água em alta, para investimento estruturante com uma comparticipação de 85%. Tem um valor total previsto de 641.788,46 € + IVA. Esta candidatura encontra-se, também, em fase de audiência prévia por Decisão de Não Aprovação. Iremos submeter a novo aviso no âmbito do Sustentável 2030;

- No Município do Ourém

- Empreitada de construção de Redes de Drenagem de Águas Residuais na Freguesia da Urqueira: - Encontra-se em fase de execução com um custo total previsto de 1.591.992,01 € +

IVA. Trata-se de intenção de investimento aprovada pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com uma comparticipação de 859.003,45 €. Obra que foi adjudicada em 2025 ao empreiteiro Delfim de Jesus Martins & Irmão, Lda., pelo valor de 1.374.742,74 € + IVA, registando uma execução de 35%;

- Empreitada de construção de Redes de Drenagem de Águas Residuais na Freguesia de Nossa Sra.^a da Piedade – Alqueidão, Caridade, Casais da Caridade, Casal do Gago, Corredoura e Rua do Cruzeiro: - Intenção de investimento já aprovada pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (em fase de formalização contratual), com uma comparticipação previsível de 1.042.375,12 €. Tem um valor total previsto de 1.773.459,33 € + IVA.;

- Empreitada de execução do emissário do Olival - Parte B - Zona industrial: - Encontra-se em fase de execução com um custo total previsto de 1.435.116,50 € + IVA. Candidatura apoiada através AVISO CENTRO 2030-2024-29 - Ciclo urbano da água em alta, com uma comparticipação de 1.211.434,02 €. Obra que foi adjudicada em finais de 2025 ao empreiteiro Desarfate – Desaterros de Fátima, Lda., pelo valor de 1.250.000,00 € + IVA, registando uma execução de apenas 5%;

- No Município do Sardoal:

- Execução de rede de Abastecimento de Água para alterar o ponto de adução – S. Simão e Valhascos: - Empreitada com um custo total previsível de 461.863,10 € + IVA. – Trata-se de intenção de investimento sinalizada pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com uma comparticipação até 85% e cuja candidatura se encontra submetida para aprovação. Acresce investimento em telemetria;

- No Município de Tomar

- Execução da Rede de Drenagem de Águas Residuais na Freguesia de Paialvo: - Empreitada com um custo total previsível de 1.730.342,00 € + IVA. – Trata-se de intenção de investimento sinalizada pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com uma comparticipação até 1.070.554,62 € e cuja candidatura se encontra submetida para aprovação. Acresce investimento em telemetria;

- Execução de Rede de Abastecimento de Água na Freguesia de Asseiceira – Santa Cita:

✦ - Empreitada cujo valor previsto para a sua execução atinge os 2.443.204,33 € + IVA. Trata-se de intenção de investimento sinalizada pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com uma comparticipação até 1.228.873,41 € e cuja candidatura se encontra em elaboração para ser submetida;

- No Município de Vila Nova da Barquinha:

- Extensão da Rede de Drenagem de Águas Residuais da Atalaia Este: - Empreitada com um custo total previsível de 1.058.839,64 € + IVA. – Trata-se de intenção de investimento sinalizada pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com uma comparticipação até 85% e cuja candidatura se encontra submetida para aprovação. Acresce investimento em telemetria;

- Área de intervenção da Tejo Ambiente:

- Remodelação da ETAR do Alto do Nabão: - Candidatura que será submetida através do Sustentável 2030 como investimento estruturante, com uma comparticipação de até 85%. Tem um valor total previsto de 4.944.042,45 € + IVA, estando a candidatura em fase de elaboração para submissão.

16. ATIVIDADE OPERACIONAL DA EMPRESA

16.1 Indicadores de Atividade

16.1.1 Utilizadores

O número de utilizadores ligados aos vários serviços que a Tejo Ambiente gere determina-se pelo número de contratos que estão em condições de faturar.

A 31 de dezembro dos anos em análise (2023, 2024 e 2025), o número de utilizadores, por atividade, encontrava-se distribuído conforme o quadro em baixo:



Quadro 15- Evolução do nº de clientes por atividade

Município/Atividade	Variação do Número de Clientes								
	2023			2024			2025		
	AA	AR	RU	AA	AR	RU	AA	AR	RU
Ferreira do Zêzere	6 268	2 116	6 155	6 364	2 634	6 242	6 452	2 859	6 336
Mação	6 182	4 062	6 020	6 252	4 209	6 082	6 295	4 310	6 114
Ourém	0	18 392	28 222	0	17 907	27 948	0	17 577	27 711
Sardoal	2 660	2 602	2 607	2 667	2 614	2 618	2 711	2 651	2 656
Tomar	23 442	15 238	23 317	23 643	16 549	23 502	23 872	17 001	23 725
Vila Nova da Barquinha	4 249	3 661	4 157	4 271	3 869	4 182	4 364	3 982	4 272
Total	42 801	46 071	70 478	43 197	47 782	70 574	43 694	48 380	70 814
Variação (%)	--	--	--	0,9%	3,7%	0,1%	1,2%	1,3%	0,3%

No decurso deste triénio, observou-se na Tejo Ambiente um crescimento líquido de 893 utilizadores no abastecimento de água, de 2.309 utilizadores no saneamento de águas residuais e 336 nos resíduos urbanos, correspondendo a taxas de crescimento de 2%, 5% e 0,5%, respetivamente.

O maior crescimento líquido verificou-se no serviço de saneamento de águas residuais. À exceção do Município de Ourém, onde ocorreu uma diminuição no número de utilizadores (- 815), que optaram por passar a pagar em função da utilização da rede móvel de saneamento, o crescimento foi transversal a todos os restantes municípios, merecendo especial destaque as evoluções registadas em Tomar (+ 1763 utilizadores) e Ferreira do Zêzere (+ 743 utilizadores).

16.1.2 Volumes faturados

Os volumes faturados nos 3 anos em análise, em cada um dos serviços, estão representados no quadro seguinte, com a respetiva distribuição por município. Os volumes referentes ao município de Ourém foram cedidos pela empresa Be Water.

Quadro 16 -Histórico dos volumes faturados por atividade

Município/Atividade	Volumes faturados (m³)								
	2023			2024			2025		
	AA	AR	RU	AA	AR	RU	AA	AR	RU
Ferreira do Zêzere	491 502	175 829	464 872	511 032	216 637	482 502	526 784	229 216	499 119
Mação	390 577	293 143	375 709	405 271	316 523	389 989	415 767	319 208	394 086
Ourém	0	1 903 613	2 122 040	0	1 942 032	2 143 799	0	2 011 343	2 277 488
Sardoal	216 576	203 230	204 205	201 149	194 818	191 599	213 445	218 778	219 458
Tomar	2 123 071	1 368 733	2 005 038	2 070 067	1 402 830	1 990 107	2 257 451	1 489 615	2 001 891
Vila Nova da Barquinha	381 343	330 090	370 851	368 155	328 333	361 090	414 043	368 455	394 068
Total	3 603 069	4 274 637	5 542 715	3 555 674	4 401 173	5 559 086	3 827 490	4 636 615	5 786 110
Variação (%)	--	--	--	-1,3%	3,0%	0,3%	7,6%	5,3%	4,1%

No acumulado dos três anos em análise, constata-se um crescimento nos volumes de abastecimento de água de cerca de 6% (+ 224.421 m³). No mesmo sentido, também se registam crescimentos de 8% e de 4% nos volumes faturados de saneamento e resíduos urbanos, respetivamente.

A Tejo Ambiente manteve o foco na melhoria da eficiência hídrica, através da colocação de contadores em locais onde se constatou existirem ligações diretas à rede, como foi o caso de fontanários, bebedouros, jardins e rotundas existentes nos vários municípios. Por outro lado, a instalação de contadores ultrassónicos, com um maior rigor na leitura e com menor margem de erro, também foi fundamental para este crescimento.

16.1.3 Substituição de contadores

Com o propósito de modernizar o parque de contadores, substituindo ou atualizando aqueles que já registam maior antiguidade (alguns com mais de 20 anos) e que, por falta de manutenção, originam leituras deficientes ou não coincidentes com a realidade, a Tejo Ambiente tem vindo a desenvolver, desde 2021, campanhas de substituição cujos efeitos, ao nível do volume de água faturada, já começam a ser sentidos.

Para além disto, em 2025 iniciou-se a instalação de contadores ultrassónicos, os quais, apesar de representarem um esforço de investimento mais significativo, oferecem uma elevada precisão e um erro de medição muito próximo de 0%. Por outro lado, possibilitam uma medição sem desgaste, que pode ser realizado em tempo real, sendo uma ferramenta fundamental para a realização do balanço hídrico da rede, facilitando a deteção de fugas no sistema de distribuição de água e de forma precisa, através da integração de um módulo de leitura remota.





Quadro 17 – Substituição de contadores

Município	Nº contadores substituídos por antiguidade, e em campanha			
	2023	2024	2025	2025 (ultras.)
Ferreira do Zêzere	703	937	176	0
Mação	206	499	548	721
Ourém	0	0	0	0
Sardoal	162	491	114	226
Tomar	2 939	1 138	1 189	4 914
Vila Nova da Barquinha	523	302	217	0
Total	4 533	3 367	2 244	5 861
Investimento realizado (€)	158 202 €	117 508 €	71 359 €	500 940 €
Retorno do investimento (meses)	17			

Desde 2022 que a substituição tem sido feita a um ritmo que ascende os 4.000 contadores por ano. Apenas em 2024, devido a um atraso no concurso público para a escolha do prestador deste serviço, aquele volume não foi atingido, tendo-se registado a substituição de apenas 3.367 contadores.

Em 2025, considerando adicionalmente os contadores ultrassónicos, aquele ritmo de substituição foi amplamente ultrapassado, representando mais de 8.100 contadores substituídos, num esforço de investimento de 572.000 €. Estes contadores de última geração foram essencialmente colocados em zonas urbanas, de forma a permitir uma melhor análise e gestão da telemetria.

Para 2026, o grande objetivo será o de recolher dados que permitam estudar e avaliar a cobertura conseguida com esta recente instalação/substituição, conducente à deteção de eventuais situações de perdas de água que ponham em causa a eficiência hídrica. Neste sentido, será previsível a manutenção de campanhas de substituição de contadores com antiguidade significativa, reduzindo-se, por enquanto, o investimento em contadores ultrassónicos.

O investimento realizado nestas substituições, desde 2023, rondou os 848.000 €, calculando-se um retorno deste investimento em cerca de 17 meses. A este propósito, é de salientar que o período médio de vida útil de um contador convencional é de 8 anos, e um ultrassónico ronda os 13 anos.

16.2 Abastecimento de Água

16.2.1 Água aduzida ao sistema (água comprada e captada)

No ano de 2025, o volume de água introduzido nos sistemas de abastecimento público de águas, dos municípios geridos pela Tejo Ambiente, foi de **6 221 776 m³**, dos quais, **6 211 418 m³** resultaram da compra de água em “alta” (79% fornecidos pela AdVT e 21% pela EPAL, esta última apenas no Município de Tomar) e os restantes **10 358 m³** através de captações próprias (captados quase exclusivamente no Sardoal).

Este volume, apesar de tido uma diminuição em 2024, registou em 2025 um crescimento expressivo acima de 9%, o que representou mais 520.699 m³ de água aduzida do que aquela que se registou no ano anterior (mais 195.976 m³ que em 2023).

Quadro 18 – Evolução do volume de água aduzida ao sistema público

m ³ de água aduzida ao sistema público de abastecimento de água			
Município	2023	2024	2025
<i>Ferreira do Zêzere</i>	891 979	846 532	864 257
<i>Mação</i>	696 239	632 697	698 095
<i>Sardoal</i>	339 168	303 485	330 187
<i>Tomar</i>	3 614 996	3 425 603	3 842 298
<i>Vila Nova da Barquinha</i>	483 418	492 760	486 939
Total	6 025 800	5 701 077	6 221 776
Variação (%)	---	-5,39%	9,13%

A principal razão para esta evolução está centrada no Município de Tomar, onde o volume de água aduzida aumentou mais de 12% face a 2024, correspondendo a um acréscimo total de 416.695 m³. Não é alheia a este crescimento, a degradação crescente que se tem vindo a verificar no denominado “sistema da Mendacha”, zona onde as ruturas na rede de abastecimento têm sido frequentes e que carece de um investimento avultado necessário para substituir cerca de 253 km rede em deficientes condições.





16.2.2 Água faturada

Em relação ao volume de água faturada em 2025, registou também um crescimento face ao ano anterior, neste caso, de mais 8%, correspondente a um acréscimo de 271.816 m³ de água vendida.

Mesmo considerando as correções que foram necessárias realizar em 2024 e que afetaram negativamente, nesse ano, a faturação aos Municípios, conforme já referido anteriormente, destaca-se que a evolução positiva da água faturada já perdura desde 2023. Neste caso, regista-se em 2025 um crescimento superior a 6% face a 2023, correspondente a mais 224.421 m³, o que é de assinalar.

Com esta conjugação de tendências (maior crescimento do volume de água aduzida comparativamente com o crescimento do volume de água faturada), foi ainda assim possível manter a percentagem de água não faturada nos 38%, tal como em 2024 (em 2023 este rácio foi de 40% e em 2022 de 45%).

Também o quadro em baixo permite evidenciar essa evolução por município:

Quadro 19- Evolução do volume de água faturada

m ³ de água faturada no sistema público de abastecimento de água			
Município	2023	2024	2025
<i>Ferreira do Zêzere</i>	491 502	511 032	526 784
<i>Mação</i>	390 577	405 271	415 767
<i>Sardoal</i>	216 576	201 149	213 445
<i>Tomar</i>	2 123 071	2 070 067	2 257 451
<i>Vila Nova da Barquinha</i>	381 343	368 155	414 043
Total	3 603 069	3 555 674	3 827 490
Água não faturada (%)	40%	38%	38%

16.2.3 Balanço hídrico

O resultado das tendências evidenciadas nos dois pontos anteriores, demonstram uma evolução positiva ao nível da faturação, mas uma certa estagnação ao nível da eficiência hídrica, aqui espelhada no quadro e gráfico abaixo:

Quadro 20 – Balanço hídrico

Balanço hídrico			
	2023	2024	2025
Água entrada no sistema (m ³)	6 025 800	5 701 077	6 221 776
Água Faturada (m ³)	3 603 069	3 555 674	3 827 490
Água não Faturada (m ³)	2 422 731	2 145 403	2 394 286
Tejo Ambiente	60%	62%	62%

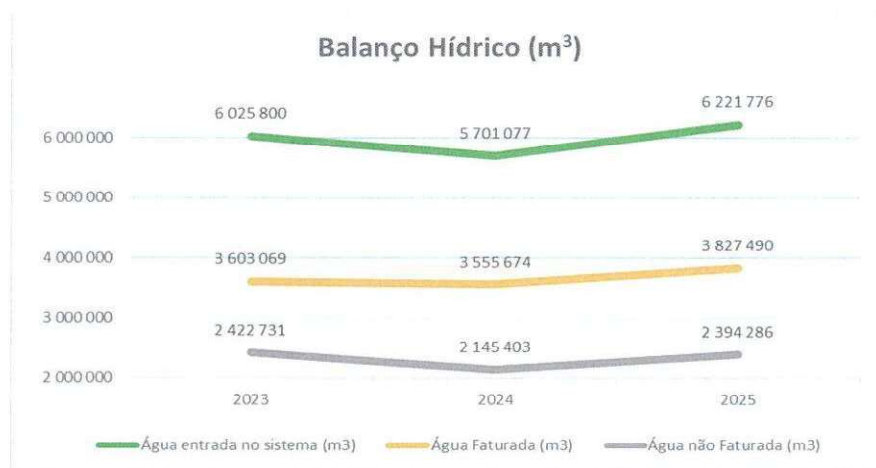


Gráfico 6 – Balanço Hídrico



Gráfico 7 – Evolução eficiência hídrica





16.2.4 Avarias da rede

No ano 2025, foram rececionadas diversas ocorrências, sendo as mais determinantes as roturas de rede e de ramal. Foram reparadas 1453 avarias no total, distribuídas por 875 avarias de rede (60%) e 578 avarias de ramal (40%). Aquele valor representa mais 48% de roturas do que aquelas que foram reparadas em 2024.

O trabalho que tem vindo a ser desenvolvido nos últimos anos, através da georreferenciação das zonas onde ocorrem as avarias e, através disto, identificação dos “pontos negros” das redes de abastecimento de água, tem permitido que haja um reconhecimento dos locais onde são necessárias intervenções mais estruturais.

Neste seguimento, e de forma proativa, têm sido realizadas intervenções na manutenção e substituição de redes que têm maior evidência de avarias.

Quadro 21 – Número de roturas por município

Nº de roturas reparadas (total de ramais e redes)									
Município	2023			2024			2025		
	Ramal	Rede	total	Ramal	Rede	total	Ramal	Rede	total
Ferreira do Zêzere	48	247	295	27	167	194	45	213	258
Mação	62	159	221	54	122	176	99	161	260
Sardoal	58	27	85	72	28	100	69	38	107
Tomar	404	403	807	155	314	469	360	439	799
Vila Nova da Barquinha	28	31	59	12	28	40	5	24	29
			1 467			979			1 453

Na análise por município, verifica-se uma maior incidência em Tomar, representando 55% das avarias totais, tendo sido neste município onde ocorreu o maior aumento de intervenções (mais 330 que em 2024).

Por fim, no sentido de promover uma melhoria do serviço prestado às populações, tem-se promovido uma maior eficiência na resposta às intervenções solicitadas, isto através da diminuição do tempo de reparação das avarias.

16.2.5 Ramais novos de abastecimento de água

No sistema de abastecimento de água foram executados 145 ramais novos, com a seguinte distribuição por município:

Quadro 22 - Número de novos ramais executados de abastecimento de água

N.º de ramais de AA executados.			
Município	2023	2024	2025
Ferreira do Zêzere	26	32	39
Mação	16	19	16
Sardoal	5	8	8
Tomar	64	96	74
Vila Nova da Barquinha	16	20	8
	127	175	145

Há uma diminuição em relação ao verificado em 2024 (-17%), mantendo ainda assim um ritmo que se considera aceitável (+ de 12 por mês), de forma a incrementar a base de clientes e, naturalmente, a faturação.

No total do triénio em análise foram executados 447 novos ramais de AA, o que se considera bastante relevante. Para este crescimento, não é alheio o trabalho desenvolvido pela Tejo Ambiente na demonstração de obrigatoriedade de ligação à rede por parte utilizadores, que usufruíam de captações sem controlo.

O Município de Tomar continua a ser aquele onde foram executados o maior número de ramais de abastecimento de água (74 em 2025), representando 51% do total.

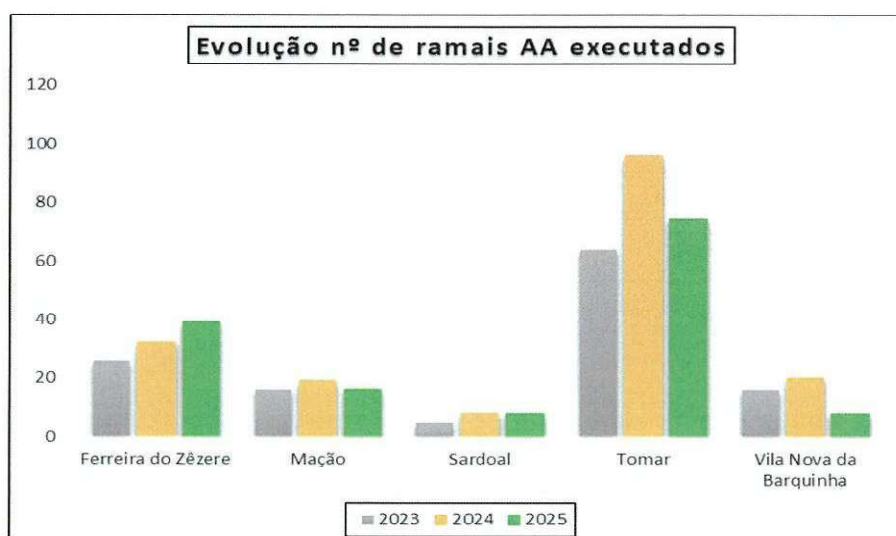




Gráfico 8 – Evolução por Município

16.2.6 Detecção de fugas

Em 2025, foram detetadas 145 avarias pela equipa de deteção de fugas (mais 95 que em 2024), representando 10% do total de avarias de rede e ramal. Das avarias detetadas, 55% ocorreram no concelho de Tomar.

Este aumento no número de deteções resultou da ultrapassagem das limitações operacionais verificadas em 2024, nomeadamente, ao nível de recursos humanos qualificados para esta área. Esta situação foi colmatada através da contratação de um trabalhador que, após algum período de formação, passou a dedicar-se a tempo inteiro e em exclusivo à deteção de fugas.

16.2.7 Qualidade da água

Durante o ano de 2025, foram realizadas 2.675 análises em várias torneiras de utilizadores do sistema de abastecimento público dos cinco Municípios, tendo-se efetuado a totalidade das análises regulamentares impostas pelo Decreto-Lei 306/2007 de 27 agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017 de 7 de dezembro.

No que se refere à conformidade legal, face aos valores paramétricos estabelecidos, foi alcançada uma taxa de cumprimento de 99,36%, tendo-se verificado 17 incumprimentos.

16.3 Saneamento de águas residuais

16.3.1 Volumes recolhidos nas redes de saneamento

No universo das operações de saneamento de águas residuais, foram recolhidos e enviados para tratamento em “alta” **4 781 614 m³** de efluente e tratados em ETAR próprias **1 775 202 m³** de efluente. As entidades em alta responsáveis por este tratamento são a *Águas do Centro Litoral (AdCL)*, em relação ao município de Ourém, e a *Águas do Vale do Tejo (AdVT)*, para os restantes 5 municípios da Tejo Ambiente.

No quadro seguinte, distribuem-se os volumes de água residual por Município:

Quadro 23 – Distribuição dos volumes de efluente recolhido na rede de saneamento

m ³ de saneamento tratado no sistema (ETARs próprias e nas ETARs da Alta);						
Município	2023		2024		2025	
	Próprias	Alta	Próprias	Alta	Próprias	Alta
Ferreira do Zêzere	576	238 022	5 000	297 671	6 312	335 082
Mação	2 508	172 079	2 299	196 572	55 115	252 707
Ourém	1 305 664	968 487	1 206 101	1 074 548	1 636 017	1 178 271
Sardoal	29 083	110 005	45 214	178 919	77 758	261 058
Tomar	0	1 654 447	0	1 850 660	0	2 238 226
Vila Nova da Barquinha	0	377 687	0	484 955	0	516 270
	4 858 558		5 341 939		6 556 816	

No triénio em análise, verificou-se um aumento significativo dos efluentes tratados, crescimento este que é transversal quer para aqueles que são tratados em ETAR próprias (mais 437.371 m³), quer para os efluentes que são enviados para tratamento em entidades em alta (mais 1.260.887 m³). Este incremento foi também transversal a todos os municípios, destacando-se, no entanto, Tomar, onde o aumento foi de 583.779 m³, e Ourém, com um crescimento de 540.137 m³.

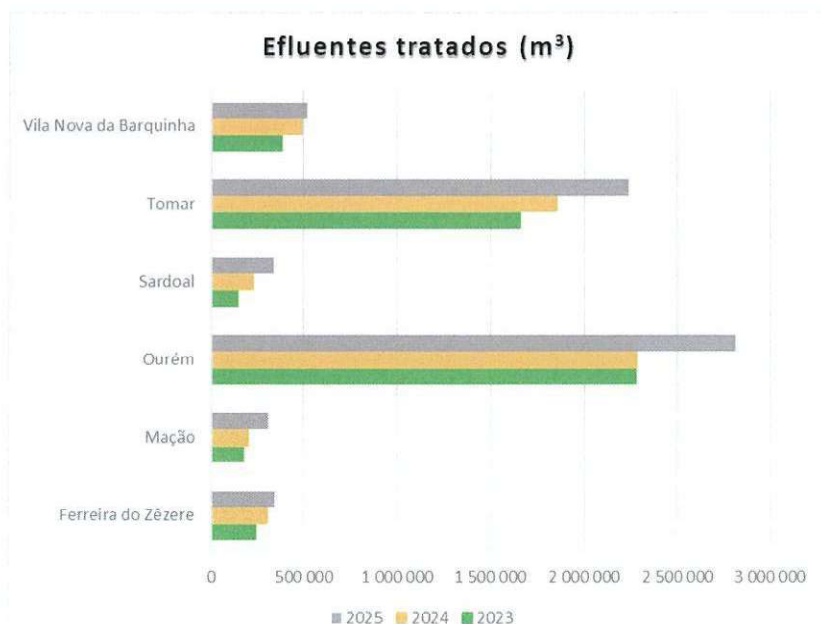


Gráfico 9 – Evolução do saneamento tratado por Município

[Handwritten signature]

O aumento de afluente às ETAR está diretamente correlacionado com o ano extremamente chuvoso registado em Portugal Continental (que atingiu cerca de 130% da média histórica).

[Handwritten signature]

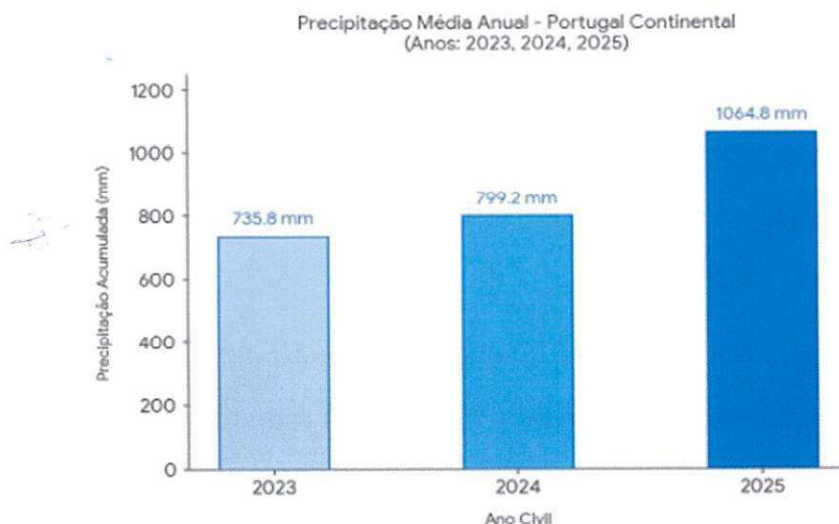


Gráfico 10 - Precipitação média anual em Portugal Continental

Devido à antiguidade de algumas das nossas redes, e aos níveis de degradação consideráveis que evidenciam, as mesmas ficam demasiado expostas a estas afluências indevidas, de tal forma que, sempre que ocorrem períodos de maior pluviosidade, registam-se elevadas taxas de infiltração de águas pluviais nos sistemas. Já em anos secos, a tendência é exatamente oposta.

Este volume excessivo de águas sobrecarrega a rede de drenagem e de tratamento, fazendo com que os custos operacionais aumentem, sendo que este aumento nem sempre é refletido na faturação aos utilizadores, como veremos em seguida.

Os planos de autocontrolo e de monitorização do meio recetor foram cumpridos na íntegra e de acordo com o imposto nas frequências específicas das licenças de descarga, tanto da ETAR de Seiça como do Alto Nabão. Em ambas, os controlos à água residual tiveram uma frequência quinzenal e as amostras foram enviadas para laboratório externo acreditado.

Embora as ETAR da ZIO e do Sardoal não tenham plano de monitorização do meio recetor, foram cumpridos os programas de autocontrolo impostos nas respetivas licenças.

16.3.2 Saneamento faturado

O volume faturado de saneamento voltou a evoluir positivamente, mas num ritmo mais modesto do que o registado no volume de saneamento tratado. Atingiu os 4 637 417 m³ (mais 5% que em 2024). Este crescimento representou mais 236.244 m³ de águas residuais faturadas relativamente ao ano anterior.

O crescimento foi transversal a todos os municípios, merecendo destaque o efeito assertivo que as cartas de obrigatoriedade de ligação à rede têm tido nos municípios de Ourém e Tomar.

Quadro 24- Volumes de efluente faturados

m ³ de águas residuais faturadas no sistema público de saneamento			
Município	2023	2024	2025
Ferreira do Zêzere	175 829	216 637	229 216
Mação	293 143	316 523	319 208
Ourém	1 903 613	1 942 032	2 012 145
Sardoal	203 230	194 818	218 778
Tomar	1 368 733	1 402 830	1 489 615
Vila Nova da Barquinha	330 090	328 333	368 455
Total	4 274 637	4 401 173	4 637 417
Variação (%)	---	2,96%	5,37%
Afluências indevidas (%)	113,7%	121,4%	141,4%

Não obstante este crescimento nos volumes faturados, como este se revelou inferior ao aumento do volume dos efluentes tratados, a percentagem de afluências indevidas aumentou igualmente, neste caso para 141% (121% em 2024).

(Handwritten signatures and initials)

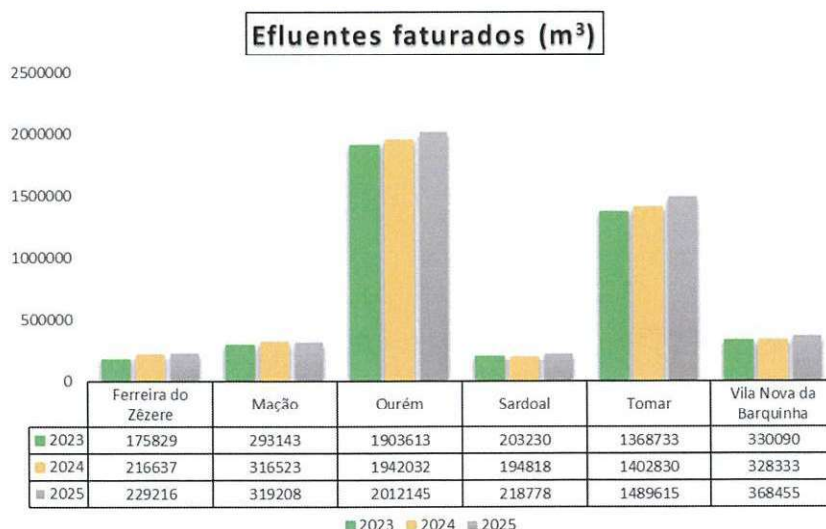


Gráfico 11 – Evolução por Município

Apurada a diferença entre o volume de águas residuais tratado, por município, e o volume faturado, conforme quadro abaixo, conclui-se que o diferencial se agravou significativamente, em grande parte, devido à evolução registada nos municípios de Ourém e Tomar, o que é explicado, em grande parte, pelo efeito das afluições indevidas, já anteriormente referido.

Quadro 25- Diferencial entre volumes de efluente tratados e faturados

m³ de águas residuais tratadas mas não faturadas			
Município	2023	2024	2025
Ferreira do Zêzere	62 769	86 034	112 178
Mação	-118 556	-117 652	-11 386
Ourém	370 538	338 617	802 143
Sardoal	-64 142	29 315	120 038
Tomar	285 714	447 830	748 611
Vila Nova da Barquinha	47 597	156 622	147 815
Total	583 921	940 766	1 919 399
Variação (%)	---	61,11%	104,03%

16.3.3 Ramais novos de saneamento

No sistema de saneamento de águas residuais foram executados 87 novos ramais, menos 22 (-20%) relativamente ao ano de 2024, com a seguinte distribuição por município:

Quadro 26 - Número de novos ramais executados de saneamento de águas residuais

N.º de novos ramais de AR executados			
	2023	2024	2025
Ferreira do Zêzere	4	6	7
Mação	8	10	5
Ourém	38	46	32
Sardoal	5	8	5
Tomar	17	23	28
Vila Nova da Barquinha	25	16	10
Total	97	109	87
Variação (%)	---	12,37%	-20,18%

De salientar que, nestes valores, não constam os cerca de 4.000 novos ramais de AR que foram executados e colocados à disponibilização dos municípios dos vários concelhos que constituem a Tejo Ambiente. Isto porque foram considerados nos investimentos incluídos nas empreitadas realizadas.

16.3.4 Serviço recolha de lamas e de limpeza de fossas

A Tejo Ambiente realizou no ano de 2025 um total de 2.847 limpezas de fossas, tendo recolhido 27.697 m³ de lamas. Em ambos os casos, registaram-se decréscimos de -19% e -21%, respetivamente, invertendo-se uma tendência de crescimento que já se registava desde 2022.

Quadro 27 - Fossas limpas e lamas recolhidas

N.º de fossas limpas e m ³ de lamas recolhidas						
Município	2023		2024		2025	
	nº limpezas	m ³	nº limpezas	m ³	nº limpezas	m ³
Ferreira do Zêzere	283	2 534	287	2 637	232	1 902
Mação	413	3 776	212	1 113	232	1 639
Ourém	1 118	12 932	1 272	15 249	912	10 850
Sardoal	186	1 422	162	1 153	209	1 351
Tomar	1 288	11 921	1 496	14 662	1 204	11 560
Vila Nova da Barquinha	55	295	73	426	58	396
Total	3 343	32 880	3 502	35 240	2 847	27 697
Variação (%)	---	---	4,8%	7,2%	-18,7%	-21,4%

[Handwritten signatures and a star symbol]

Os municípios de Ourém e Tomar são os que têm maior contribuição nestes serviços, constatando-se, em ambos, uma diminuição expressiva da atividade.

Esta evolução é justificada pelo facto de, no decurso de 2025, se terem registado vários constrangimentos na utilização dos meios móveis de recolha disponíveis (viaturas), o que obrigou a deslocações frequentes às respetivas oficinas (para reparação e manutenção), resultando em algumas semanas de indisponibilidade e, conseqüentemente, menor atividade. Por este motivo, foi decidido investir na aquisição de uma nova viatura pesada para a desobstrução e limpeza de fossas, a qual permitirá aumentar a capacidade instalada e colmatar a maior indisponibilidade verificada em viaturas com alguma antiguidade.

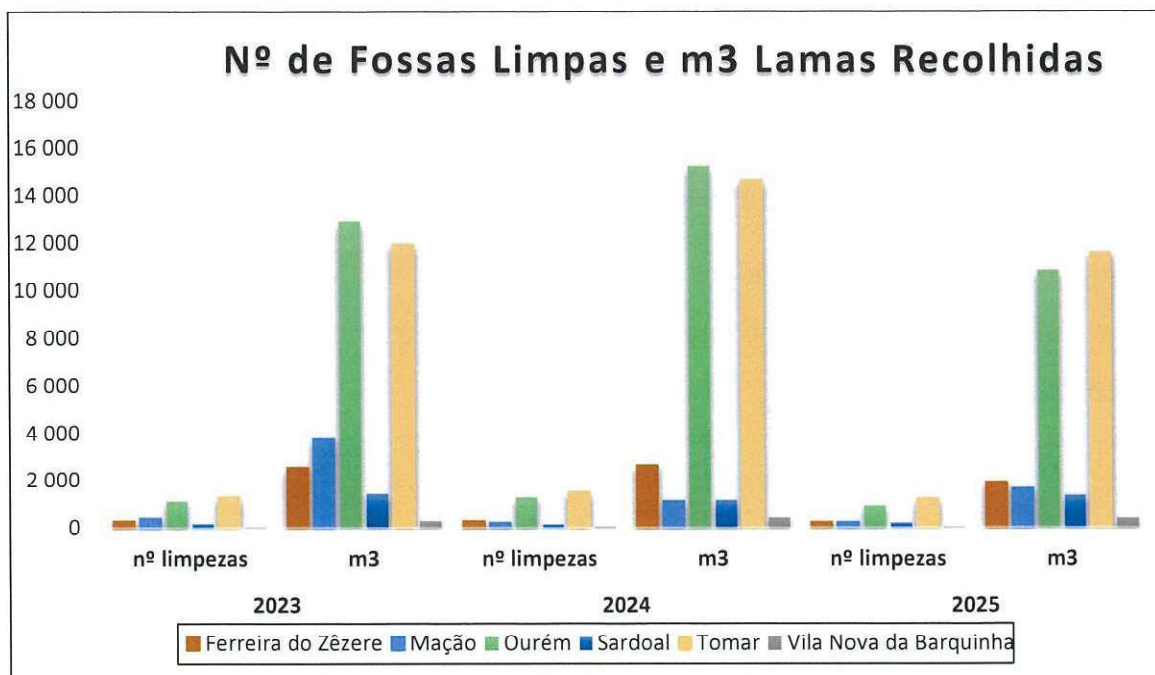


Gráfico 12 - Evolução do nº de fossas limpas e lamas recolhidas

16.3.5 Serviço de limpeza de fossas faturado

Do total de limpezas de fossas que são realizadas ao longo de todo o ano, apenas uma parte é faturada individualmente e após solicitação, tendo em 2025 correspondido a cerca de 27% (23% em 2024).

Os números do quadro abaixo evidenciam que, em 2025, houve uma nova redução no número de fossas faturadas. No total, foram faturadas cerca de 763 fossas, o que corresponde a uma evolução negativa de -5% face a 2024.

Quadro 28 - Número de fossas faturadas

N.º de Fossas Faturadas			
	2023	2024	2025
Ferreira do Zêzere	142	138	83
Mação	87	79	60
Ourém	209	245	231
Sardoal	3	0	4
Tomar	397	336	368
Vila Nova da Barquinha	18	9	17
Total	856	807	763
Variação (%)	---	-5,72%	-5,45%

Mais uma vez, são os municípios de Tomar e Ourém que mais contribuem para esta receita, representando 79% da quantidade de serviços prestados.

Não obstante, esta redução ocorrida no número de fossas faturadas não foi tão acentuada como a que ocorreu no número de limpezas, o que resultou numa melhoria de eficiência do serviço.

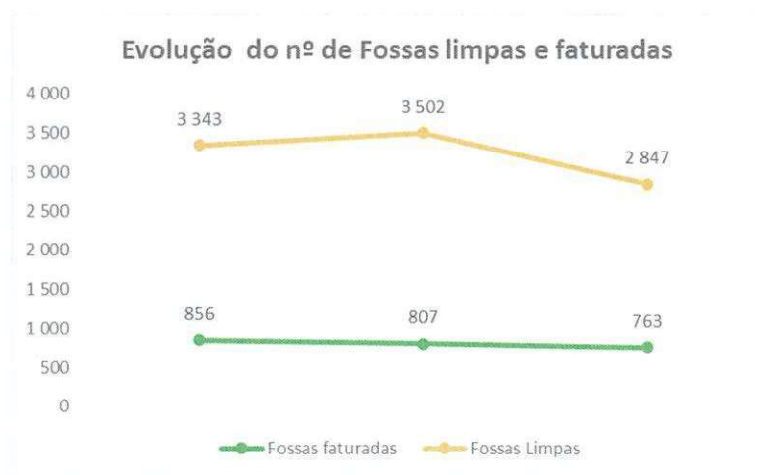


Gráfico 13 - Evolução do nº de fossas limpas e faturadas



16.4 Gestão de resíduos urbanos

O parque de contentores gerido pela Tejo Ambiente dispõe de, aproximadamente, 8.958 contentores, distribuídos pelos seis municípios. O serviço de recolha de resíduos está subcontratado à SUMA, que conta com 16 viaturas de recolha compactador, 4 viaturas de lavagem de contentorização e 4 viaturas ligeiras de mercadorias.

Em 2025, foram entregues 40.451 toneladas de resíduos às entidades em alta responsáveis pela gestão, valorização e tratamento dos resíduos (RSTJ, no caso dos municípios de Ferreira do Zêzere, Tomar e Vila Nova da Barquinha; VALNOR nos casos de Mação e Sardoal; e VALORLIS no caso de Ourém), com a seguinte distribuição por municípios:

Quadro 29 – Número de toneladas entregues para valorização e tratamento

Município	Resíduos Urbanos recolhidos e tratados (ton)		
	2023	2024	2025
Ferreira do Zêzere	2 830	3 036	3 015
Mação	2 264	2 388	2 434
Ourém	15 047	15 894	16 476
Sardoal	1 173	1 224	1 247
Tomar	13 527	14 020	14 187
Vila Nova da Barquinha	2 792	2 928	3 093
Total	37 633	39 490	40 451
Variação (%)	---	4,9%	2,4%

Desde o ano de início de atividade da Tejo Ambiente (em 2020) até 2023, o nível de resíduos urbanos recolhidos e tratados manteve-se relativamente estabilizado a rondar as 37.000 toneladas, sendo que as variações, de ano para ano, eram praticamente residuais. No entanto, em 2024 e 2025 registaram-se crescimentos mais significativos, que levaram, inclusive, à ultrapassagem daquela tonelagem para mais de 40.450 toneladas (em 2025), o que confirma as perceções existentes de que a população está a produzir cada vez mais resíduos urbanos indiferenciados.

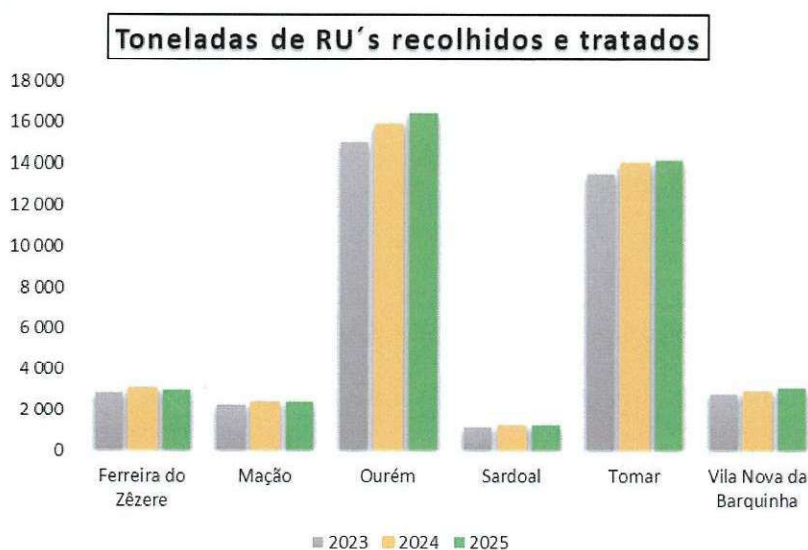


Gráfico 14 – Evolução da quantidade (ton) de RU's recolhidos e tratados

Este crescimento é coincidente com o aumento que se tem registado nos gastos diretamente ligados à deposição e recolha destes resíduos urbanos, de tal forma que estes, por si só, já são superiores à receita apurada (evidência na Demonstração de Resultados por Atividade a seguir identificada pelo quadro 17.3). Acresce que a atual exigência de diferenciação para o tratamento dos biorresíduos está a implicar, já por si só, um acréscimo nos gastos diretos e uma receita que é nula.

Com isto, tornou-se ainda mais evidente o impacto financeiro negativo que esta atividade representa na Tejo Ambiente.

No que se refere à lavagem e higienização dos contentores, em 2025 o prestador de serviços realizou 53.651 lavagens completas a contentores de superfície subterrâneos.



17. EXECUÇÃO PPI - 2025

Execução do PPI - 2025

Número Projeto	Elemento PEP	Descrição	Económica	Montante Previsto			Montante Executado			Nível Exec. OBR. (%)	Nível Exec. PAG. (%)
				Dotação Corrigida	Anos Seguintes	Total	Obrigações	Pagamentos em N	Pagamentos Anos Anteriores		
		Município Tomar		3 174 688,69	148 960,24	3 323 648,93	232 532,36	229 302,36	5 736 037,03	7,32	7,22
PPI2021.0003		Abastecimento Água		1 647 018,69	88 145,77	1 735 164,46	102 851,32	99 621,32	292 174,05	6,24	6,05
	2021.0003	Renovação da Zona Abastecimento - ZA.01 Mendacha		233 000,00	67 934,00	300 934,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Renovação da Zona Abastecimento - ZA.01 Mendacha									
		Captação e distribuição de água	07010407	233 000,00	67 934,00	300 934,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPI2021.0005		Renovação e ampliação das redes AA		83 146,49	0,00	83 146,49	43 823,61	40 593,61	95 318,32	48,82	76,16
	2021.0005	Renovação e ampliação das redes AA									
		Captação e distribuição de água	07010407	83 146,49	0,00	83 146,49	43 823,61	40 593,61	95 318,32	48,82	76,16
PPI2021.0009		Renovação / beneficiação de reservatórios de AA		200 000,00	8 983,01	208 983,01	0,00	0,00	79 060,00	0,00	27,45
	2021.0009	Renovação / beneficiação de reservatórios de AA									
		Captação e distribuição de água	07010407	200 000,00	8 983,01	208 983,01	0,00	0,00	79 060,00	0,00	27,45
PPI2021.0010		Substituição e beneficiação de equipamentos eletromecânicos e afins		36 900,00	11 228,76	48 128,76	0,00	0,00	117 795,73	0,00	70,99
	2021.0010	Substituição e beneficiação de equipamentos eletromecânicos e afins									
		Outro	07011002	36 900,00	11 228,76	48 128,76	0,00	0,00	117 795,73	0,00	70,99
PPI2021.0011		Elaboração de estudos e projetos de beneficiação do sistema de AA		190 500,00	0,00	190 500,00	59 027,71	59 027,71	0,00	30,99	30,99
	2021.0011	Elaboração de estudos e projetos de beneficiação do sistema de AA									
		Investimentos incorpóreos	070113	190 500,00	0,00	190 500,00	59 027,71	59 027,71	0,00	30,99	30,99
PPI2024.0001		Construção de Tanque e Estações de Recirculação para Rede AA		60 000,00	0,00	60 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2024.0001	Construção de Tanque e Estações de Recirculação para Rede AA									
		Outro	07011002	60 000,00	0,00	60 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPI2024.0002		Analisadores de Energia		14 300,23	0,00	14 300,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2024.0002	Analisadores de Energia									
		Outro	07011002	14 300,23	0,00	14 300,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPI2024.0003		Subst. de 4500m de conduta e ramais em Santa Cta, Asseiceira		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2024.0003	Subst. de 4500m de conduta e ramais em Santa Cta, Asseiceira									
		Captação e distribuição de água	07010407	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPI2024.0004		Subst. 2000m conduta e ramais em Cerejeira e Figueiro, Asseiceira		140 000,00	0,00	140 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2024.0004	Subst. 2000m conduta e ramais em Cerejeira e Figueiro, Asseiceira									
		Captação e distribuição de água	07010407	140 000,00	0,00	140 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Número Projeto	Elemento PEP	Descrição	Económica	Montante Previsto			Montante Executado			Nível Exec. OBR. (%)	Nível Exec. PAG. (%)
				Dotação Corrigida	Anos Seguintes	Total	Obrigações	Pagamentos em N	Pagamentos Anos Anteriores		
PPI2024.0005		Subst. de 2000m de conduta e ramais em Curvaceiras, Asseiceira		140 000,00	0,00	140 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2024.0005	Subst. de 2000m de conduta e ramais em Curvaceiras, Asseiceira									
		Captação e distribuição de água	07010407	140 000,00	0,00	140 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPI2025.0001		Substituição de 2000 m de conduta e ramais em Linhacera, Asseiceira		140 000,00	0,00	140 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2025.0001	Substituição de 2000 m de conduta e ramais em Linhacera, Asseiceira									
		Captação e distribuição de água	07010407	140 000,00	0,00	140 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPI2025.0002		Requalificação da Rua Dr. José Tamagnini		75 731,47	0,00	75 731,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2025.0002	Requalificação da Rua Dr. José Tamagnini									
		Captação e distribuição de água	07010407	75 731,47	0,00	75 731,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPI2025.0003		Reabilitação da EN110 entre São Lourenço e a Rotunda da Zona Ind.		100 000,00	0,00	100 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2025.0003	Reabilitação da EN110 entre São Lourenço e a Rotunda da Zona Ind.									
		Captação e distribuição de água	07010407	100 000,00	0,00	100 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPI2025.0004		Reabilitação da Av. Melo e Castro		231 940,50	0,00	231 940,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2025.0004	Reabilitação da Av. Melo e Castro									
		Captação e distribuição de água	07010407	231 940,50	0,00	231 940,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPI2025.0027		Execução de Redes de Abastecimento de Água na Freguesia de Paialvo		1 500,00	0,00	1 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2025.0027	Execução de Redes de Abastecimento de Água na Freguesia de Paialvo									
		Captação e distribuição de água	07010407	1 500,00	0,00	1 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPI2021.0012		Águas Residuais		1 527 670,00	60 814,47	1 588 484,47	129 681,04	129 681,04	5 443 862,98	8,49	8,49
		Ligação à ETAR de Santa Cta		7 000,00	0,00	7 000,00	0,00	0,00	5 440 846,42	0,00	99,87
	2021.0012.0	Beneficiação do SAR do Substema de Maxial									
		Sistema de drenagem de águas residuais	07010402	3 000,00	0,00	3 000,00	0,00	0,00	2 932 197,53	0,00	99,90
	2021.0012.0	Beneficiação do SAR do Substema de Valdonas									
		Sistema de drenagem de águas residuais	07010402	4 000,00	0,00	4 000,00	0,00	0,00	2 508 648,89	0,00	99,84
PPI2021.0014		Renovação e ampliação das redes AR		145 000,00	52 812,57	197 812,57	100 900,00	100 900,00	0,00	69,59	51,01
	2021.0014	Renovação e ampliação das redes AR									
		Sistema de drenagem de águas residuais	07010402	145 000,00	52 812,57	197 812,57	100 900,00	100 900,00	0,00	69,59	51,01

Número Projeto	Elemento PEP	Descrição	Económica	Montante Previsto			Montante Executado			Nível Exec. OBR. (%)	Nível Exec. PAG. (%)
				Dotação Corrigida	Anos Seguintes	Total	Obrigações	Pagamentos em N	Pagamentos Anos Anteriores		
PPL2021.0017		Substituição Equipamento Eletromecânico		67 650,00	8 001,90	75 651,90	392,62	392,62	3 016,56	0,58	4,33
	2021.0017	Substituição Equipamento Eletromecânico Outro	07011002	67 650,00	8 001,90	75 651,90	392,62	392,62	3 016,56	0,58	4,33
PPL2023.0004		Reabilitação do Largo da Serra (Mini ETAR)		255 000,00	0,00	255 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2023.0004	Reabilitação do Largo da Serra (Mini ETAR) Estações de tratamento de águas residuais	07010403	255 000,00	0,00	255 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPL2023.0005		Plano de Pormenor de Vão Nova (ETAR)		5 000,00	0,00	5 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2023.0005	Plano de Pormenor de Vão Nova (ETAR) Estações de tratamento de águas residuais	07010403	5 000,00	0,00	5 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPL2023.0006		Infraestruturas de betão armado		100 000,00	0,00	100 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2023.0006	Infraestruturas de betão armado Sistema de drenagem de águas residuais	07010402	100 000,00	0,00	100 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPL2024.0007		Constr.EE e rede c/700m para anular fossa comunitária Carrascal		125 000,00	0,00	125 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2024.0007	Constr.EE e rede c/700m para anular fossa comunitária Carrascal Sistema de drenagem de águas residuais	07010402	125 000,00	0,00	125 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPL2024.0008		Constr.4 EE e rede c/ 2000m p/ anular fossas comunitárias em Casal Estrada		289 500,00	0,00	289 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2024.0008	Constr.4 EE e rede c/ 2000m p/ anular fossas comunitárias em Casal Estrada Sistema de drenagem de águas residuais	07010402	289 500,00	0,00	289 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPL2024.0009		Elaboração de estudos e projetos de beneficiação do sistema de SAR		61 500,00	0,00	61 500,00	28 388,42	28 388,42	0,00	46,16	46,16
	2024.0009	Elaboração de estudos e projetos de beneficiação do sistema de SAR Investimentos incorpóreos	070113	61 500,00	0,00	61 500,00	28 388,42	28 388,42	0,00	46,16	46,16
PPL2025.0005		Reabilitação da EN110 entre São Lourenço e a Rotunda da Zona Ind.		175 000,00	0,00	175 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2025.0005	Reabilitação da EN110 entre São Lourenço e a Rotunda da Zona Ind. Sistema de drenagem de águas residuais	07010402	175 000,00	0,00	175 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPL2025.0006		Ampliação rede AR na localidade de Paialvo (abjamentos concentrados)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2025.0006	Ampliação rede AR na localidade de Paialvo (abjamentos concentrados) Sistema de drenagem de águas residuais	07010402	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPL2025.0007		Instalação de Telegestão nas elevatórias das empreitadas novas		29 520,00	0,00	29 520,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2025.0007	Instalação de Telegestão nas elevatórias das empreitadas novas Outro	07011002	29 520,00	0,00	29 520,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Número Projeto	Elemento PEP	Descrição	Económica	Montante Previsto			Montante Executado			Nível Exec. OBR. (%)	Nível Exec. PAG. (%)
				Dotação Corrigida	Anos Seguintes	Total	Obrigações	Pagamentos em N	Pagamentos Anos Anteriores		
PPL2025.0008		Renovação rede em Vale dos Ovos, Sabacheira, Suíno, Serras e Estremadouro, Chã		165 000,00	0,00	165 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2025.0008	Renovação rede em Vale dos Ovos, Sabacheira, Suíno, Serras e Estremadouro, Chã Sistema de drenagem de águas residuais	07010402	165 000,00	0,00	165 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPL2025.0028		Execução de Redes de Águas Residuais na Freguesia de Paialvo		102 500,00	0,00	102 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2025.0028	Execução de Redes de Águas Residuais na Freguesia de Paialvo Sistema de drenagem de águas residuais	07010402	102 500,00	0,00	102 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Município Barquinha				340 593,44	29 057,29	369 650,73	77 955,26	77 955,26	15 685,57	22,89	22,89
		Abastecimento Água		190 562,50	13 610,30	204 172,80	43 484,68	43 484,68	11 011,57	22,82	22,82
PPL2021.0018		Renovação e ampliação das redes AA		140 000,00	11 679,76	151 679,76	43 144,27	43 144,27	4 545,00	30,82	30,53
	2021.0018	Renovação e ampliação das redes AA Captação e distribuição de água	07010407	140 000,00	11 679,76	151 679,76	43 144,27	43 144,27	4 545,00	30,82	30,53
PPL2021.0022		Substituição e beneficiação de equipamentos eletromecânicos e afins		2 500,00	1 930,54	4 430,54	340,41	340,41	6 466,57	13,62	62,47
	2021.0022	Substituição e beneficiação de equipamentos eletromecânicos e afins Outro	07011002	2 500,00	1 930,54	4 430,54	340,41	340,41	6 466,57	13,62	62,47
PPL2025.0009		Elaboração de estudos e projetos de beneficiação do sistema de AA		23 062,50	0,00	23 062,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2025.0009	Elaboração de estudos e projetos de beneficiação do sistema de AA Investimentos incorpóreos	070113	23 062,50	0,00	23 062,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPL2025.0029		Extensão de Rede de Água da Atalaia		25 000,00	0,00	25 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2025.0029	Extensão de Rede de Água da Atalaia Captação e distribuição de água	07010407	25 000,00	0,00	25 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Águas Residuais				150 030,94	15 446,99	165 477,93	34 470,58	34 470,58	4 674,00	22,98	22,98
PPL2021.0025		Despoluição integrada SAR's Médio Tejo - Barquinha		55 000,00	0,00	55 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2021.0025.0	Extensão do SAR da Atalaia Sistema de drenagem de águas residuais	07010402	55 000,00	0,00	55 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPL2021.0026		Renovação e ampliação das redes AR		30 760,34	13 414,49	44 174,83	3 450,00	3 450,00	0,00	11,22	7,81
	2021.0026	Renovação e ampliação das redes AR Sistema de drenagem de águas residuais	07010402	30 760,34	13 414,49	44 174,83	3 450,00	3 450,00	0,00	11,22	7,81
PPL2021.0029		Substituição Equipamento Eletromecânico		2 500,00	2 032,50	4 532,50	0,00	0,00	4 674,00	0,00	50,77
	2021.0029	Substituição Equipamento Eletromecânico Outro	07011002	2 500,00	2 032,50	4 532,50	0,00	0,00	4 674,00	0,00	50,77
PPL2024.0010		Elaboração de estudos e projetos de beneficiação do sistema de SAR		61 770,60	0,00	61 770,60	31 020,58	31 020,58	0,00	50,22	50,22
	2024.0010	Elaboração de estudos e projetos de beneficiação do sistema de SAR Investimentos incorpóreos	070113	61 770,60	0,00	61 770,60	31 020,58	31 020,58	0,00	50,22	50,22



Número Projeto	Elemento PEP	Descrição	Económica	Montante Previsto			Montante Executado			Nível Exec. OBR. (%)	Nível Exec. PAG. (%)
				Dotação Corrigida	Anos Seguintes	Total	Obrigações	Pagamentos em N	Pagamentos Anos Anteriores		
PPL2025.0010	2025.0010	Ampliação Rede SAR Caneiro Ampliação Rede SAR Caneiro Sistema de drenagem de águas residuais	07010402	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Município Sardoal		773 204,89	40 158,15	813 363,04	32 233,19	37 055,68	159 765,65	4,17	4,79
		Abastecimento Água		676 704,89	24 989,75	701 694,64	31 199,99	36 022,48	148 470,14	4,61	5,32
PPL2021.0030	2021.0030	Renovação e ampliação das redes AA Renovação e ampliação das redes AA Captação e distribuição de água	07010407	25 000,00	21 753,67	46 753,67	17 755,52	17 755,52	141 472,18	71,02	84,59
PPL2021.0033	2021.0033	Renovação / beneficiação de reservatórios de AA Renovação / beneficiação de reservatórios de AA Captação e distribuição de água	07010407	105 000,00	1 438,26	106 438,26	12 816,60	12 816,60	0,00	12,21	12,04
PPL2021.0034	2021.0034	Substituição e beneficiação de equipamentos eletromecânicos e afins Substituição e beneficiação de equipamentos eletromecânicos e afins Outro	07011002	8 822,49	1 797,82	10 620,31	627,87	5 450,36	6 997,96	61,78	70,66
PPL2021.0035	2021.0035	Elaboração de estudos e projetos de beneficiação do sistema de AA Elaboração de estudos e projetos de beneficiação do sistema de AA Investimentos incorpóreos	070113	130 872,40	0,00	130 872,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPL2023.0010	2023.0010	Novas Estações de Tratamento de Água Novas Estações de Tratamento de Água Captação e distribuição de água	07010407	50 000,00	0,00	50 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPL2024.0011	2024.0011	Exec.1500m rede AA em Valhascos p/ desativar reservatório Exec.1500m rede AA em Valhascos p/ desativar reservatório Captação e distribuição de água	07010407	19 677,00	0,00	19 677,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPL2024.0012	2024.0012	Exec.de rede AA para alterar o ponto de adução em S. Simão Exec.de rede AA para alterar o ponto de adução em S. Simão Captação e distribuição de água	07010407	27 333,00	0,00	27 333,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPL2024.0015	2024.0015	Exec./subst.rede AA em Cabeça das Mós, Andreus e Zona Histórica Exec./subst.rede AA em Cabeça das Mós, Andreus e Zona Histórica Captação e distribuição de água	07010407	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPL2025.0011	2025.0011	Execução de captação de água em São Simão Execução de captação de água em São Simão Captação e distribuição de água	07010407	70 000,00	0,00	70 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Número Projeto	Elemento PEP	Descrição	Económica	Montante Previsto			Montante Executado			Nível Exec. OBR. (%)	Nível Exec. PAG. (%)
				Dotação Corrigida	Anos Seguintes	Total	Obrigações	Pagamentos em N	Pagamentos Anos Anteriores		
PPL2025.0012	2025.0012	Execução de captação de água em Codes Execução de captação de água em Codes Captação e distribuição de água	07010407	70 000,00	0,00	70 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPL2025.0013	2025.0013	Avaliação do estado da captação da Tojeira Avaliação do estado da captação da Tojeira Investimentos incorpóreos	070113	70 000,00	0,00	70 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPL2025.0014	2025.0014	Substituição de rede abastecimento de água Via do Sardoal Substituição de rede abastecimento de água Via do Sardoal Captação e distribuição de água	07010407	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPL2025.0015	2025.0015	Eficiência Hídrica de Sardoal Eficiência Hídrica de Sardoal Captação e distribuição de água	07010407	100 000,00	0,00	100 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPL2021.0037	2021.0037.0	Águas Residuais Despoluição integrada SAR's Médio Tejo - Sardoal Ampliação e Beneficiação da ETAR de Vale das Onegas Estações de tratamento de águas residuais	07010403	96 500,00	15 168,40	111 668,40	1 033,20	1 033,20	11 295,51	1,07	1,07
PPL2021.0038	2021.0038	Renovação e ampliação das redes AR Renovação e ampliação das redes AR Sistema de drenagem de águas residuais	07010402	10 000,00	13 172,56	23 172,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPL2021.0041	2021.0041	Substituição Equipamento Eletromecânico Substituição Equipamento Eletromecânico Outro	07011002	43 450,00	1 995,84	45 445,84	1 033,20	1 033,20	11 295,51	2,38	21,73
PPL2025.0016	2025.0016	Elaboração de estudos e projetos de beneficiação do sistema de SAR Elaboração de estudos e projetos de beneficiação do sistema de SAR Investimentos incorpóreos	070113	43 050,00	0,00	43 050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Município Ferreira Zêzere		935 309,59	47 054,74	982 364,33	170 633,96	161 783,96	83 935,36	18,24	17,30
PPL2021.0042	2021.0042	Abastecimento Água Renovação e ampliação das redes AA Renovação e ampliação das redes AA Captação e distribuição de água	07010407	510 920,76	30 600,58	541 521,34	10 990,41	10 990,41	28 705,23	2,15	2,15

Número Projeto	Elemento PEP	Descrição	Económica	Montante Previsto			Montante Executado			Nível Exec. OBR. (%)	Nível Exec. PAG. (%)
				Dotação Corrigida	Anos Seguintes	Total	Obrigaçao	Pagamentos em N	Pagamentos Anos Anteriores		
PPL2021.0045		Renovação / beneficiação de reservatórios de AA		140 000,00	3 118,53	143 118,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2021.0045	Renovação / beneficiação de reservatórios de AA									
		Captação e distribuição de água	07010407	140 000,00	3 118,53	143 118,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPL2021.0046		Substituição e beneficiação de equipamentos eletromecânicos e afins		44 280,00	3 898,16	48 178,16	340,41	340,41	16 098,33	0,77	25,58
	2021.0046	Substituição e beneficiação de equipamentos eletromecânicos e afins									
		Outro	07011002	44 280,00	3 898,16	48 178,16	340,41	340,41	16 098,33	0,77	25,58
PPL2021.0047		Elaboração de estudos e projetos de beneficiação do sistema de AA		43 050,00	0,00	43 050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2021.0047	Elaboração de estudos e projetos de beneficiação do sistema de AA									
		Investimentos incorpóreos	070113	43 050,00	0,00	43 050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPL2023.0011		Construção de Tanque e Estações de Recirculação para rede abastecimento		125 000,00	0,00	125 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2023.0011	Construção de Tanque e Estações de Recirculação para rede abastecimento									
		Captação e distribuição de água	07010407	125 000,00	0,00	125 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPL2024.0016		Const. de 1500m rede AA entre a Zona Ind. e Ferreira do Zêzere		75 000,00	0,00	75 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2024.0016	Const. de 1500m rede AA entre a Zona Ind. e Ferreira do Zêzere									
		Captação e distribuição de água	07010407	75 000,00	0,00	75 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPL2025.0030		Rede Águas na União Freguesias de Areias e Pias - lugares de Areias, Cidral e Boucha		52 000,00	0,00	52 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2025.0030	Rede Águas na União Freguesias de Areias e Pias - lugares de Areias, Cidral e Boucha									
		Captação e distribuição de água	07010407	52 000,00	0,00	52 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPL2021.0050		Águas Residuais		424 386,83	16 454,16	440 842,99	159 643,55	150 793,55	55 230,13	37,62	35,53
	2021.0050	Renovação e ampliação das redes AR		15 000,00	14 289,14	29 289,14	11 030,00	2 180,00	0,00	14,53	7,44
		Renovação e ampliação das redes AR									
		Sistema de drenagem de águas residuais	07010402	15 000,00	14 289,14	29 289,14	11 030,00	2 180,00	0,00	14,53	7,44
PPL2021.0053		Substituição Equipamento Eletromecânico		24 600,00	2 165,02	26 765,02	641,16	641,16	23 619,13	2,61	48,15
	2021.0053	Substituição Equipamento Eletromecânico									
		Outro	07011002	24 600,00	2 165,02	26 765,02	641,16	641,16	23 619,13	2,61	48,15
PPL2023.0013		Infraestruturas de betão armado		100 000,00	0,00	100 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2023.0013	Infraestruturas de betão armado									
		Sistema de drenagem de águas residuais	07010402	100 000,00	0,00	100 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPL2024.0017		Const. de 2000m de rede e 130 ramais na localidade de Areias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2024.0017	Const. de 2000m de rede e 130 ramais na localidade de Areias									
		Sistema de drenagem de águas residuais	07010402	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPL2024.0018		Rede de Saneamento de Chão da Serra		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2024.0018	Rede de Saneamento de Chão da Serra									
		Sistema de drenagem de águas residuais	07010402	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Número Projeto	Elemento PEP	Descrição	Económica	Montante Previsto			Montante Executado			Nível Exec. OBR. (%)	Nível Exec. PAG. (%)
				Dotação Corrigida	Anos Seguintes	Total	Obrigaçao	Pagamentos em N	Pagamentos Anos Anteriores		
PPL2024.0019		RDAR na União das Freg. de Areias e Pias - lugares de Areias, Cidral e Boucha		52 000,00	0,00	52 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2024.0019	RDAR na União das Freg. de Areias e Pias - lugares de Areias, Cidral e Boucha									
		Sistema de drenagem de águas residuais	07010402	52 000,00	0,00	52 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPL2024.0020		Rede de Esgotos Sistema de Pinheiro, Jamprstes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2024.0020	Rede de Esgotos Sistema de Pinheiro, Jamprstes									
		Sistema de drenagem de águas residuais	07010402	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPL2024.0021		Elaboração de estudos e proj. beneficiação do sistema SAR		126 788,83	0,00	126 788,83	42 804,00	42 804,00	31 611,00	33,76	46,98
	2024.0021	Elaboração de estudos e proj. beneficiação do sistema SAR									
		Investimentos incorpóreos	070113	126 788,83	0,00	126 788,83	42 804,00	42 804,00	31 611,00	33,76	46,98
PPL2025.0023		Construção de Estações Elevatórias de Águas Residuais Domésticas na Varela		106 000,00	0,00	106 000,00	105 168,39	105 168,39	0,00	99,22	99,22
	2025.0023	Construção de Estações Elevatórias de Águas Residuais Domésticas na Varela									
		Sistema de drenagem de águas residuais	07010402	106 000,00	0,00	106 000,00	105 168,39	105 168,39	0,00	99,22	99,22
Município Ourém				2 870 863,32	476 884,64	3 347 747,96	891 959,70	890 594,70	2 239 322,43	31,07	31,02
		Águas Residuais		2 870 863,32	476 884,64	3 347 747,96	891 959,70	890 594,70	2 239 322,43	31,07	31,02
PPL2021.0055		Ligação à ETAR de Seça		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 443 027,56	0,00	100,00
	2021.0055.0	Rede de drenagem de águas residuais Ourém									
		Sistema de drenagem de águas residuais	07010402	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 443 027,56	0,00	100,00
PPL2021.0057		Despoluição integrada SAR's Médio Tejo - Ourém		1 099 129,77	395 915,90	1 495 045,67	487 006,43	487 006,43	0,00	44,31	32,57
	2021.0057.0	RDAR na Freguesia de Urqueira									
		Sistema de drenagem de águas residuais	07010402	1 099 129,77	166 249,23	1 265 379,00	487 006,43	487 006,43	0,00	44,31	38,49
	2021.0057.0	Beneficiação SAR Cova de Jria									
		Sistema de drenagem de águas residuais	07010402	0,00	279 666,67	279 666,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPL2021.0058		Renovação e ampliação das redes AR		459 600,03	62 138,80	521 738,83	285 826,35	285 826,35	682 527,71	62,19	80,41
	2021.0058	Renovação e ampliação das redes AR									
		Sistema de drenagem de águas residuais	07010402	459 600,03	62 138,80	521 738,83	285 826,35	285 826,35	682 527,71	62,19	80,41
PPL2021.0060		Beneficiação ETAR 's		11 000,00	9 414,97	20 414,97	3 099,60	3 099,60	0,00	28,18	15,18
	2021.0060	Beneficiação ETAR 's									
		Estações de tratamento de águas residuais	07010403	11 000,00	9 414,97	20 414,97	3 099,60	3 099,60	0,00	28,18	15,18
PPL2021.0061		Substituição Equipamento Eletromecânico		52 500,00	9 414,97	61 914,97	680,84	680,84	93 748,91	1,30	60,66
	2021.0061	Substituição Equipamento Eletromecânico									
		Outro	07011002	52 500,00	9 414,97	61 914,97	680,84	680,84	93 748,91	1,30	60,66
PPL2022.0022		Filagem, limpeza e reabilitação de coletores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2022.0022	Filagem, limpeza e reabilitação de coletores									
		Sistema de drenagem de águas residuais	07010402	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Número Projeto	Elemento PEP	Descrição	Económica	Montante Previsto			Montante Executado			Nível Exec. OBR. (%)	Nível Exec. PAG. (%)
				Dotação Corrigida	Anos Seguintes	Total	Obrigações	Pagamentos em N	Pagamentos Anos Anteriores		
PPI2023.0014	2023.0014	Rede Saneamento de Ligação da ZI de Ourém (ETAR) à rede em alta		24 000,00	0,00	24 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Rede Saneamento de Ligação da ZI de Ourém (ETAR) à rede em alta	07010402	24 000,00	0,00	24 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPI2023.0016	2023.0016	Sistema de drenagem de águas residuais		20 000,00	0,00	20 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Projeto da Reabilitação do Emissário do Nabão	070113	20 000,00	0,00	20 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Projeto da Reabilitação do Emissário do Nabão									
		Investimentos incorpóreos									
PPI2023.0017	2023.0017	Investimentos incorpóreos	070113	20 000,00	0,00	20 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPI2024.0022	2024.0022	Projeto de Construção e Reabilitação do Emissário de Seça		10 000,00	0,00	10 000,00	4 800,00	4 800,00	0,00	48,00	48,00
		Projeto de Construção e Reabilitação do Emissário de Seça	07010402	10 000,00	0,00	10 000,00	4 800,00	4 800,00	0,00	48,00	48,00
		Investimentos incorpóreos									
PPI2024.0024	2024.0024	Infraestruturas de betão armado		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Infraestruturas de betão armado	07010402	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Sistema de drenagem de águas residuais									
PPI2024.0025	2024.0025	Redes de Drenagem de AR UFGO-Aldeia Nova e Olival		735 556,77	0,00	735 556,77	67 588,73	66 223,73	0,00	9,00	9,00
		Redes de Drenagem de AR UFGO-Aldeia Nova e Olival	07010402	735 556,77	0,00	735 556,77	67 588,73	66 223,73	0,00	9,00	9,00
		Sistema de drenagem de águas residuais									
PPI2024.0029	2024.0029	Emissário do Olival parte B Zona Industrial		43 076,75	0,00	43 076,75	42 957,75	42 957,75	20 018,25	99,72	99,81
		Emissário do Olival parte B Zona Industrial	070113	43 076,75	0,00	43 076,75	42 957,75	42 957,75	20 018,25	99,72	99,81
		Sistema de drenagem de águas residuais									
PPI2025.0017	2025.0017	Elaboração de estudos e proj. beneficiação do sistema de SAR		386 000,00	0,00	386 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Elaboração de estudos e proj. beneficiação do sistema de SAR	07010402	386 000,00	0,00	386 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Investimentos incorpóreos									
PPI2025.0031	2025.0031	Redes drenagem AR da freguesia de Nossa Senhora da Piedade - Alqueidão, Caridade		10 000,00	0,00	10 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Redes drenagem AR da freguesia de Nossa Senhora da Piedade - Alqueidão, Caridade	07010402	10 000,00	0,00	10 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Sistema de drenagem de águas residuais									
PPI2025.0031	2025.0031	Construção de EE de Águas Residuais Domésticas em Casal dos Crespos		10 000,00	0,00	10 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Construção de EE de Águas Residuais Domésticas em Casal dos Crespos	07010402	10 000,00	0,00	10 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Sistema de drenagem de águas residuais									
Município Mação				1 757 754,37	125 027,44	1 882 781,81	164 027,16	163 389,66	430 876,64	9,33	9,30
		Abastecimento Água		961 941,50	85 411,51	1 047 353,01	129 839,25	129 839,25	422 090,05	13,50	13,50
PPI2021.0065	2021.0065	Renovação e ampliação das redes AA		83 286,62	74 351,03	157 637,65	65 085,00	65 085,00	0,00	78,15	41,29
		Renovação e ampliação das redes AA	07010407	83 286,62	74 351,03	157 637,65	65 085,00	65 085,00	0,00	78,15	41,29
		Captação e distribuição de água									
PPI2021.0068	2021.0068	Renovação / beneficiação de reservatórios de AA		200 000,00	4 915,77	204 915,77	19 224,90	19 224,90	417 197,17	9,61	70,15
		Renovação / beneficiação de reservatórios de AA	07010407	200 000,00	4 915,77	204 915,77	19 224,90	19 224,90	417 197,17	9,61	70,15
		Captação e distribuição de água									

Número Projeto	Elemento PEP	Descrição	Económica	Montante Previsto			Montante Executado			Nível Exec. OBR. (%)	Nível Exec. PAG. (%)
				Dotação Corrigida	Anos Seguintes	Total	Obrigações	Pagamentos em N	Pagamentos Anos Anteriores		
PPI2021.0069	2021.0069	Substituição e beneficiação de equipamentos eletromecânicos e afins		36 900,00	6 144,71	43 044,71	5 691,99	5 691,99	4 892,88	15,43	22,08
		Substituição e beneficiação de equipamentos eletromecânicos e afins	07011002	36 900,00	6 144,71	43 044,71	5 691,99	5 691,99	4 892,88	15,43	22,08
		Outro									
PPI2023.0022	2023.0022	Novas Estações de Tratamento de Água		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Novas Estações de Tratamento de Água	07010407	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Captação e distribuição de água									
PPI2024.0030	2024.0030	Subst. de Redes de AA c/ vista a eficiência hídrica		200 000,00	0,00	200 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Subst. de Redes de AA c/ vista a eficiência hídrica	07010407	200 000,00	0,00	200 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Captação e distribuição de água									
PPI2024.0031	2024.0031	Renovação de Rede de AA na Zona Histórica de Mação		200 000,00	0,00	200 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Renovação de Rede de AA na Zona Histórica de Mação	07010407	200 000,00	0,00	200 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Captação e distribuição de água									
PPI2024.0032	2024.0032	Reabilitação urbana do núcleo antigo da Vila de Cardigos		70 000,00	0,00	70 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabilitação urbana do núcleo antigo da Vila de Cardigos	07010407	70 000,00	0,00	70 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Captação e distribuição de água									
PPI2024.0033	2024.0033	Elaboração de estudos e proj. beneficiação do Sistema AA		141 754,88	0,00	141 754,88	38 067,02	38 067,02	0,00	26,85	26,85
		Elaboração de estudos e proj. beneficiação do Sistema AA	070113	141 754,88	0,00	141 754,88	38 067,02	38 067,02	0,00	26,85	26,85
		Investimentos incorpóreos									
PPI2025.0018	2025.0018	Construção Novo Ponto Entrega do Carrascal Envendos e 800 m conduta		30 000,00	0,00	30 000,00	1 770,34	1 770,34	0,00	5,90	5,90
		Construção Novo Ponto Entrega do Carrascal Envendos e 800 m conduta	07010407	30 000,00	0,00	30 000,00	1 770,34	1 770,34	0,00	5,90	5,90
		Captação e distribuição de água									
PPI2025.0019	2025.0019	Renovação da rede na localidade de Penhascoso		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Renovação da rede na localidade de Penhascoso	07010407	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Captação e distribuição de água									
PPI2025.0020	2025.0020	Renovação da rede e ramais na localidade de Aboboreira		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Renovação da rede e ramais na localidade de Aboboreira	07010407	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Captação e distribuição de água									
PPI2021.0072	2021.0072	Águas Residuais		795 812,87	39 615,93	835 428,80	34 187,91	33 550,41	8 786,59	4,30	4,22
		Construção / Substituição de ETAR's (14)		220 000,00	0,00	220 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Construção / Substituição de ETAR's (14)	07010403	220 000,00	0,00	220 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Estações de tratamento de águas residuais									
PPI2021.0073	2021.0073	Renovação e ampliação das redes AR		15 000,00	34 403,31	49 403,31	637,50	0,00	0,00	0,00	0,00
		Renovação e ampliação das redes AR	07010402	15 000,00	34 403,31	49 403,31	637,50	0,00	0,00	0,00	0,00
		Sistema de drenagem de águas residuais									

Número Projeto	Elemento PEP	Descrição	Económica	Montante Previsto			Montante Executado			Nível Exec. OBR. (%)	Nível Exec. PAG. (%)
				Dotação Corrigida	Anos Seguintes	Total	Obrigaçao	Pagamentos em N	Pagamentos Anos Anteriores		
PPL2021.0076		Substituição Equipamento Eletromecânico		36 900,00	5 212,62	42 112,62	340,41	340,41	8 786,59	0,92	17,93
	2021.0076	Substituição Equipamento Eletromecânico									
		Outro	07011002	36 900,00	5 212,62	42 112,62	340,41	340,41	8 786,59	0,92	17,93
PPL2024.0035		Constr. de EE e 500m de conduta elevat. p/ anular a ETAR da ZI		90 000,00	0,00	90 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2024.0035	Constr. de EE e 500m de conduta elevat. p/ anular a ETAR da ZI									
		Sistema de drenagem de águas residuais	07010402	90 000,00	0,00	90 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPL2024.0036		Ampliação da fossa comunitária do Castelo		15 000,00	0,00	15 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2024.0036	Ampliação da fossa comunitária do Castelo									
		Sistema de drenagem de águas residuais	07010402	15 000,00	0,00	15 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPL2024.0037		Reabilitação de entrada e arejamento da Etar de Aldeia de Eiras		20 000,00	0,00	20 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2024.0037	Reabilitação de entrada e arejamento da Etar de Aldeia de Eiras									
		Sistema de drenagem de águas residuais	07010102	20 000,00	0,00	20 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPL2024.0038		Elaboração de estudos e proj. beneficiação do sistema SAR		122 912,87	0,00	122 912,87	33 210,00	33 210,00	0,00	27,02	27,02
	2024.0038	Elaboração de estudos e proj. beneficiação do sistema SAR									
		Investimentos incorpóreos	070113	122 912,87	0,00	122 912,87	33 210,00	33 210,00	0,00	27,02	27,02
PPL2024.0039		Renovação de Rede de Saneamento na Zona Histórica de Mação		276 000,00	0,00	276 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2024.0039	Renovação de Rede de Saneamento na Zona Histórica de Mação									
		Sistema de drenagem de águas residuais	07010402	276 000,00	0,00	276 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Área Territorial Abrangência TA				4 782 252,98	29 533,20	4 811 786,18	#####	#####	2 839 654,85	24,06	26,60
		Abastecimento Água		1 020 165,66	0,00	1 020 165,66	686 908,31	689 348,63	128 752,71	67,33	67,57
PPL2023.0024		Instalação de VRP's		27 675,00	0,00	27 675,00	11 744,04	11 744,04	5 842,50	42,44	52,47
	2023.0024	Instalação de VRP's									
		Outro	07011002	27 675,00	0,00	27 675,00	11 744,04	11 744,04	5 842,50	42,44	52,47
PPL2024.0041		Aquis. Equipamentos p/ zonas de monitorização e controlo		186 037,50	0,00	186 037,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2024.0041	Aquis. Equipamentos p/ zonas de monitorização e controlo									
		Outro	07011002	186 037,50	0,00	186 037,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPL2024.0042		Telemetria		193 800,00	0,00	193 800,00	140 712,00	140 712,00	0,00	72,61	72,61
	2024.0042	Telemetria									
		Outro	07011002	193 800,00	0,00	193 800,00	140 712,00	140 712,00	0,00	72,61	72,61
PPL2024.0050		Aquis./subst.contadores de utiliz. de ZMC's do sistema AA		612 653,16	0,00	612 653,16	534 452,27	536 892,59	122 910,21	87,63	89,70
	2024.0050	Aquis./subst.contadores de utiliz. de ZMC's do sistema AA									
		Outro	07011002	612 653,16	0,00	612 653,16	534 452,27	536 892,59	122 910,21	87,63	89,70

Número Projeto	Elemento PEP	Descrição	Económica	Montante Previsto			Montante Executado			Nível Exec. OBR. (%)	Nível Exec. PAG. (%)
				Dotação Corrigida	Anos Seguintes	Total	Obrigaçao	Pagamentos em N	Pagamentos Anos Anteriores		
		Águas Residuais		2 465 275,18	0,00	2 465 275,18	20 807,78	170 497,24	1 907 749,22	0,84	6,92
PPL2021.0078		Reabilitação e Beneficiação da ETAR de Seix		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
	2021.0078	Reabilitação e Beneficiação da ETAR de Seix									
		Sistema de drenagem de águas residuais	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 907 749,22		
PPL2022.0031		Reabilitação e Beneficiação dos Emissários de Seix		50 000,00	0,00	50 000,00	15 915,31	20 264,59	0,00	40,53	40,53
	2022.0031	Reabilitação e Beneficiação dos Emissários de Seix									
		Sistema de drenagem de águas residuais	07010402	50 000,00	0,00	50 000,00	15 915,31	20 264,59	0,00	40,53	40,53
PPL2022.0032		Reabilitação e Beneficiação dos Emissários do Alto do Nabão		50 000,00	0,00	50 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2022.0032	Reabilitação e Beneficiação dos Emissários do Alto do Nabão									
		Sistema de drenagem de águas residuais	07010402	50 000,00	0,00	50 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPL2024.0043		Aquis. Equip. p/ medição de pontos entrega de saneamento		457 560,00	0,00	457 560,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2024.0043	Aquis. Equip. p/ medição de pontos entrega de saneamento									
		Outro	07011002	457 560,00	0,00	457 560,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPL2024.0044		Inst. medidores caudal nas estações elevatórias de saneamento		876 375,00	0,00	876 375,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2024.0044	Inst. medidores caudal nas estações elevatórias de saneamento									
		Outro	07011002	876 375,00	0,00	876 375,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPL2025.0021		Reabilitação da ETAR do Alto do Nabão		322 340,18	0,00	322 340,18	4 892,47	150 232,65	0,00	46,61	46,61
	2025.0021	Reabilitação da ETAR do Alto do Nabão									
		Estações de tratamento de águas residuais	07010403	322 340,18	0,00	322 340,18	4 892,47	150 232,65	0,00	46,61	46,61
PPL2025.0024		Aquisição de Vtatura Pesada de Despejo de Fossas		709 000,00	0,00	709 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2025.0024	Aquisição de Vtatura Pesada de Despejo de Fossas									
		Outro	07011002	709 000,00	0,00	709 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Resíduos Urbanos		300 424,38	0,00	300 424,38	0,00	0,00	162 941,42	0,00	0,00
PPL2023.0029		Recolha seletiva de Borrresíduos		35 174,38	0,00	35 174,38	0,00	0,00	162 941,42	0,00	82,25
	2023.0029	Recolha seletiva de Borrresíduos									
		Equipamento de recolha de resíduos	07011001	35 174,38	0,00	35 174,38	0,00	0,00	162 941,42	0,00	82,25
PPL2024.0046		Invest. e desenv. - Acessibilidade aos contentores		50 000,00	0,00	50 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2024.0046	Invest. e desenv. - Acessibilidade aos contentores									
		Investimentos incorpóreos	070113	50 000,00	0,00	50 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPL2025.0022		ITIs dos Municípios		215 250,00	0,00	215 250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2025.0022	ITIs dos Municípios									
		Outro	07011002	215 250,00	0,00	215 250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Número Projeto	Elemento PEP	Descrição	Económica	Montante Previsto			Montante Executado			Nível Exec. OBR. (%)	Nível Exec. PAG. (%)
				Dotação Corrigida	Anos Seguintes	Total	Obrigações	Pagamentos em N	Pagamentos Anos Anteriores		
PPI2021.0082		Invest. de Apoio à Gestão Integrada		996 387,76	29 533,20	1 025 920,96	442 897,87	412 200,27	640 211,50	44,45	43,37
	2021.0082.0	Equipamento informático		89 725,27	6 033,20	95 758,47	33 902,12	33 902,12	43 461,87	37,78	55,57
		Aquisição de computadores									
		Equipamento de informática	070107	89 725,27	6 033,20	95 758,47	33 902,12	33 902,12	43 461,87	37,78	55,57
PPI2021.0083		Software informático		85 657,49	5 000,00	90 657,49	66 824,31	66 824,31	99 305,05	78,01	78,01
	2021.0083.0	Aquisição de Software									
		Software informático	1	85 657,49	5 000,00	90 657,49	66 824,31	66 824,31	99 305,05	78,01	78,01
PPI2021.0084		Máquinas e equipamentos		30 000,00	15 000,00	45 000,00	10 842,36	10 842,36	147 567,83	36,14	82,26
	2021.0084	Máquinas e equipamentos									
		Outros	07011002	30 000,00	15 000,00	45 000,00	10 842,36	10 842,36	147 567,83	36,14	82,26
PPI2021.0085		Escritório, mobiliário e administrativo		6 000,00	1 500,00	7 500,00	3 380,83	3 380,83	32 908,97	56,35	89,81
	2021.0085	Escritório, mobiliário e administrativo									
		Equipamento administrativo	070109	6 000,00	1 500,00	7 500,00	3 380,83	3 380,83	32 908,97	56,35	89,81
PPI2021.0087		Outros investimentos		27 395,00	2 000,00	29 395,00	21 180,21	20 709,54	308 564,97	75,60	97,43
	2021.0087	Outros investimentos									
		Outros investimentos	070115	27 395,00	2 000,00	29 395,00	21 180,21	20 709,54	308 564,97	75,60	97,43
PPI2023.0028		Eficiência Energética		90 000,00	0,00	90 000,00	0,00	0,00	4 994,00	0,00	5,26
	2023.0028	Eficiência Energética									
		Outros investimentos	070115	90 000,00	0,00	90 000,00	0,00	0,00	4 994,00	0,00	5,26
PPI2024.0047		Outras Ferramentas e equipamentos		15 000,00	0,00	15 000,00	13 018,03	13 791,10	3 408,81	91,94	93,43
	2024.0047	Outras Ferramentas e equipamentos									
		Ferramentas e utensílios	070111	15 000,00	0,00	15 000,00	13 018,03	13 791,10	3 408,81	91,94	93,43
PPI2024.0048		Aquisição de imóvel para loja comercial		100 000,00	0,00	100 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2024.0048	Aquisição de imóvel para loja comercial									
		Edifícios	070103	100 000,00	0,00	100 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPI2024.0049		SST		8 610,00	0,00	8 610,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2024.0049	SST									
		Ferramentas e utensílios	070111	8 610,00	0,00	8 610,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPI2025.0025		Aquisição de viaturas ligeiras de caixa aberta usadas		294 000,00	0,00	294 000,00	293 750,01	262 750,01	0,00	89,37	89,37
	2025.0025	Aquisição de viaturas ligeiras de caixa aberta usadas									
		Outros	07010602	294 000,00	0,00	294 000,00	293 750,01	262 750,01	0,00	89,37	89,37
PPI2025.0026		Novo CET		250 000,00	0,00	250 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2025.0026	Novo CET									
		Edifícios	070103	250 000,00	0,00	250 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
				14 634 667,28	896 675,70	15 531 342,98	2 719 955,59	2 832 127,76	11 505 277,53	18,59	19,35




18. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

18.1 Balanço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (EURO)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-DEZ-25	31-DEZ-24
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	33 949 962,67	33 066 826,10
Ativos intangíveis	7	162 816,38	181 910,60
Créditos a receber	12	702 516,87	676 847,15
Ativos por impostos diferidos	8	32 056,31	385 194,54
		34 847 352,23	34 310 778,39
Ativo corrente			
Inventários	9	310 331,03	314 580,10
Clientes	10	3 395 115,15	3 206 954,42
Estado e outros entes públicos	11	1 379 218,44	1 512 670,38
Outros créditos a receber	12	3 452 365,33	2 608 835,54
Diferimentos	17	149 907,71	141 885,62
Caixa e depósitos bancários	4	1 667 871,12	1 264 787,06
		10 354 808,78	9 049 713,12
TOTAL DO ATIVO		45 202 161,01	43 360 491,51

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-DEZ-25	31-DEZ-24
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	13	600 000,00	600 000,00
Reservas legais	14	68 065,33	44 746,55
Resultados transitados		1 393 653,14	950 596,40
Ajustamentos/Outras variações no Cap.Próprio		13 434 626,35	11 643 003,96
		15 496 344,82	13 238 346,91
Resultado líquido do período	27	1 709 770,54	466 375,52
Total do Capital Próprio		17 206 115,36	13 704 722,43
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	787 082,13	675 007,13
Financiamentos obtidos	16	18 513 368,55	19 684 702,86
Outras dividas a pagar	12	4 032 275,79	4 536 952,81
		23 332 726,47	24 896 662,80
Passivo corrente			
Fornecedores	10	1 699 972,92	1 721 310,16
Estado e outros entes públicos	11	202 446,04	108 370,39
Financiamentos obtidos	16	1 176 259,48	1 067 075,06
Outras dividas a pagar	12	1 576 071,74	1 862 350,67
Diferimentos	17	8 569,00	0,00
		4 663 319,18	4 759 106,28
Total do Passivo		27 996 045,65	29 655 769,08
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		45 202 161,01	43 360 491,51

18.2 Demonstração de Resultados por Natureza

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (EURO)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	19	24 105 024,04	21 538 694,97
Subsídios à exploração		2 604,54	
Custo das mercad. vendidas e das matérias consumidas	9	4 339 284,82	3 933 737,88
Fornecimentos e serviços externos	20	12 652 184,35	11 816 504,26
Gastos com o pessoal	22	3 298 580,15	3 161 544,77
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	23	(27 652,12)	156 445,32
Provisões (aumentos / reduções)	24	112 075,00	129 180,00
Outros rendimentos	25	1 651 537,21	1 447 238,65
Outros gastos	25	1 308 194,99	1 144 743,37
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		4 076 498,60	2 643 778,02
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6, 7	1 132 332,22	838 477,14
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2 944 166,38	1 805 300,88
Juros e rendimentos similares obtidos	26	44 143,42	30 379,76
Juros e gastos similares suportados	26	750 978,71	1 128 164,06
Resultado antes de impostos		2 237 331,09	707 516,58
Imposto sobre o rendimento do período	27	527 560,55	241 141,06
Resultado Líquido do Período		1 709 770,54	466 375,52



18.3 Demonstração de Resultados por Atividade

	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR CENTRO DE CUSTO - ATIVIDADE			Total 2025
	Abastecimento Água	Saneamento e Resíduos	Resíduos Urbanos	
RENDIMENTOS E GASTOS				
Vendas e Serviços Prestados	10 219 550,88	8 300 935,06	5 584 538,10	24 105 024,04
Abastecimento de água	9 994 988,32			9 994 988,32
Saneamento de águas residuais		8 005 945,79		8 005 945,79
Recolha de resíduos sólidos			5 436 647,56	5 436 647,56
Outros serviços	224 562,56	294 989,27	147 890,55	667 442,37
Custo das mercad. vendidas e das matérias consumidas	4 297 148,82	41 317,80	818,20	4 339 284,82
Matérias-primas - Água	4 126 651,85			4 126 651,85
Materiais de Armazém	170 496,97	41 317,80	818,20	212 632,97
Fornecimentos e serviços externos	1 859 387,14	4 709 764,38	6 083 032,84	12 652 184,35
Recolha e tratamento de esgotos		2 711 544,65		2 711 544,65
Serviço de deposição de resíduos sólidos			2 677 851,03	2 677 851,03
Serviço de recolha de resíduos sólidos			2 956 481,27	2 956 481,27
Biorresíduos - Recolha Seletiva			274 684,73	274 684,73
Outros FSE	1 859 387,14	1 998 219,73	174 015,81	4 031 622,67
Gastos com o pessoal	1 820 315,71	1 268 640,56	209 623,88	3 298 580,15
Remunerações pessoas certas	1 320 712,54	922 068,98	164 712,94	2 407 494,47
Abonos variáveis ou eventuais	138 332,10	94 163,83	5 442,10	237 938,03
Outros	21 967,17	19 148,80	1 871,04	42 987,01
Encargos sobre remunerações	318 914,22	217 550,31	35 417,19	571 881,72
Seguros com o Pessoal	20 389,67	15 708,65	2 180,60	38 278,92
Imparidades de dívidas a receber (perdas / reversões)	-11 718,91	-9 529,33	-6 403,88	-27 652,12
Provisões (aumentos / reduções)	72 000,00	40 075,00	0,00	112 075,00
Outros rendimentos	337 357,54	417 088,57	899 702,64	1 654 148,75
Outros gastos	249 255,41	73 937,64	948 711,78	1 271 904,83
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	2 270 520,26	2 593 817,57	-751 542,07	4 112 795,76
Gastos / reversões de depreciação e de amortizações	392 752,94	689 661,99	49 917,29	1 132 332,22
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1 877 767,31	1 904 155,58	-801 459,35	2 980 463,54
Juros e gastos similares	259 069,42	493 408,34	-9 345,31	743 132,45
Resultado antes de impostos	1 618 697,89	1 410 747,24	-792 114,04	2 237 331,09
Imposto sobre o rendimento do período	281 010,71	216 496,74	30 053,09	527 560,55
Resultado Líquido do Período	1 337 687,18	1 194 250,50	-822 167,14	1 709 770,54
Rendimentos	10 556 908,41	8 718 023,63	6 484 240,75	25 759 172,79
Gastos	9 219 221,24	7 523 773,13	7 306 407,88	24 049 402,25

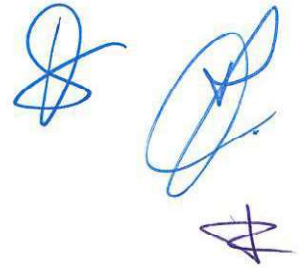
18.4 Demonstração das Alterações no Capital Próprio

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (EURO)

DESCRIÇÃO	Capital subscrito	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos / outras var. cap. próprio	Resultado líquido do período	TOTAL
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024 (1)	600 000,00	3 099,72	159 306,69	11 463 505,90	832 936,54	13 058 848,85
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Aplicação de resultados do exercício anterior		41 646,83	791 289,71		(832 936,54)	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos / em subsídios				138 320,73		138 320,73
Subsídios para investimentos				351 564,77		351 564,77
Imputação de subsídios para investimentos				(310 387,44)		(310 387,44)
(2)	0,00	41 646,83	791 289,71	179 498,06	(832 936,54)	179 498,06
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)					466 375,52	466 375,52
RESULTADO INTEGRAL (4)=2+3						645 873,58
OPERAÇÕES C/ DETENTORES CAPITAL NO PERÍODO						
(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2024 (6)=1+2+3+5	600 000,00	44 746,55	950 596,40	11 643 003,96	466 375,52	13 704 722,43

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (EURO)

DESCRIÇÃO	Capital subscrito	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos / outras var. cap. próprio	Resultado líquido do período	TOTAL
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024 (1)	600 000,00	44 746,55	950 596,40	11 643 003,96	466 375,52	13 704 722,43
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Aplicação de resultados do exercício anterior		23 318,78	443 056,74		(466 375,52)	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos / em subsídios				(263 680,81)		(263 680,81)
Subsídios para investimentos				2 454 982,75		2 454 982,75
Imputação de subsídios para investimentos				(399 679,55)		(399 679,55)
(2)	0,00	23 318,78	443 056,74	1 791 622,39	(466 375,52)	1 791 622,39
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)					1 709 770,54	1 709 770,54
RESULTADO INTEGRAL (4)=2+3						3 501 392,93
OPERAÇÕES C/ DETENTORES CAPITAL NO PERÍODO						
(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2025 (6)=1+2+3+5	600 000,00	68 065,33	1 393 653,14	13 434 626,35	1 709 770,54	17 206 115,36



18.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (EURO)

RUBRICAS	PERÍODOS	
	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	26 274 675,68	25 428 499,47
Pagamentos a fornecedores	19 784 252,95	19 234 591,91
Pagamentos ao pessoal	2 094 617,38	2 021 927,83
Caixa gerada pelas operações	4 395 805,35	4 171 979,73
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	42 131,08	122 203,80
Outros recebimentos / pagamentos	(1 018 541,30)	(270 046,35)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	3 335 132,97	3 779 729,58
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	2 418 428,60	3 523 033,87
Ativos intangíveis	86 910,12	109 913,63
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	10 374,54	1 882,25
Investimentos financeiros		14 717,00
Subsídios ao investimento	1 331 900,45	1 104 514,79
Juros e rendimentos similares	44 143,42	30 379,76
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(1 118 920,31)	(2 481 453,70)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	1 062 149,89	429 728,94
Juros e gastos similares	750 978,71	1 128 164,06
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	(1 813 128,60)	(1 557 893,00)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=1+2+3	403 084,06	(259 617,12)
Caixa e seus equivalentes no início do período	1 264 787,06	1 524 404,18
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1 667 871,12	1 264 787,06

18.6 Análise Económica

- O volume de negócios registou um acréscimo assinalável de 11,91% face ao ano anterior, perfazendo um montante de 24.105.024,04€;
- O resultado do exercício fixou-se em 1.709.770,54€, o qual representa uma rentabilidade líquida de 7,09% das vendas e serviços prestados;
- Os custos operacionais totalizaram 22.882.769,01€, o que corresponde a um aumento de 8,03%;
- O cash-flow operacional (EBITDA), no valor de 4.076.498,60€, registou um crescimento de 54,19%;
- Os gastos com o pessoal, no montante de 3.298.580,15€, representaram 14,42% dos custos operacionais. Registaram um crescimento de 137.035,38€ face a 2024, ou seja, mais 4,33%. Este registo, contudo, foi inferior ao aumento registado em 2025 no salário médio da função pública (mais 6,7%), apesar de ter sido ligeiramente superior ao verificado no setor privado (mais 3,2%);
- Também merece referência o decréscimo de 377.185,35€ (menos 33,43% que em 2024) observado nos Juros e Gastos Similares Suportados, em virtude da descida generalizada das EURIBOR registadas no ano de 2025 e cujo impacto se faz sentir, especialmente, quando o passivo financeiro tem algum significado.




Descrição	PERÍODOS		Variação Homóloga
	2025	2024	

Vendas e serviços prestados	24 105 024,04 €	21 538 694,97 €	11,91%
Valor acrescentado bruto (VAB)	7 116 159,41 €	5 788 452,83 €	22,94%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)	4 076 498,60 €	2 643 778,02 €	54,19%
Resultado operacional (EBIT)	2 944 166,38 €	1 805 300,88 €	63,08%
Meios libertos líquidos (cash flow)	2 926 525,64 €	1 590 477,98 €	84,00%
Resultado líquido do período	1 709 770,54 €	466 375,52 €	266,61%

Gastos com o pessoal	3 298 580,15 €	3 161 544,77 €	4,33%
Custos operacionais	22 882 769,01 €	21 182 068,18 €	8,03%
Gastos com o pessoal / Custos operacionais	14,42%	14,93%	---
Juros suportados	750 978,71 €	1 128 164,06 €	-33,43%
Gastos totais	23 633 747,72 €	22 310 232,24 €	5,93%
Juros suportados / Gastos totais	3,18%	5,06%	---

Rendibilidade líq. do volume de negócios	7,09%	2,17%
Margem bruta do volume de negócios	82,00%	81,74%
EBITDA / Volume de negócios	16,91%	12,27%
Rendibilidade líquida do ativo	3,78%	1,08%
EBITDA / Ativo	9,02%	6,10%
Rendibilidade líquida do capital próprio	9,94%	3,40%

18.7 Análise Financeira

- Na data de reporte, a autonomia financeira (Capital próprio / Ativo) fixou-se em 38,06%, destacando-se o reforço dos Capitais Próprios em 3.501.392,93€ (mais 25,55%);
- O grau de liquidez geral (Ativo corrente / Passivo corrente) atingiu um rácio de 2,22;
- O Passivo diminuiu 5,60% face a 2024, atingindo o valor de 27.996.045,65€;
- O rácio de Solvabilidade melhorou para 61,46%;
- O rácio do Endividamento foi de 61,94%; e
- A Dívida financeira líquida representa agora 4,42 vezes o valor do EBITDA.

Descrição	DATAS		Variação Homóloga
	31-12-2025	31-12-2024	
Ativo	45 202 161,01 €	43 360 491,51 €	4,25%
Capital próprio	17 206 115,36 €	13 704 722,43 €	25,55%
Passivo	27 996 045,65 €	29 655 769,08 €	-5,60%
Capitais permanentes	40 538 841,83 €	38 601 385,23 €	5,02%
Dívidas de terceiros (devedores)	8 929 215,79 €	8 005 307,49 €	11,54%
Dívidas a terceiros (credores)	27 200 394,52 €	28 980 761,95 €	-6,14%
Fundo de maneo	5 691 489,60 €	4 290 606,84 €	32,65%
Fluxo de caixa livre (free cash flow)	2 216 212,66	1 298 275,88	70,70%
Liquidez geral	2,22	1,90	16,77%
Liquidez imediata	0,36	0,27	34,58%
Índice de qualidade do volume de negócios	109,00%	118,06%	---
Índice de qualidade do resultado	81,81%	142,97%	---
Autonomia financeira	38,06%	31,61%	
Solvabilidade geral	61,46%	46,21%	
Endividamento	61,94%	68,39%	
Estrutura do endividamento	16,66%	16,05%	
Peso do passivo remunerado	70,33%	---	
Dívida financeira líq. / EBITDA (net debt ratio)	4,42	---	

18.8 Gestão dos Riscos e Incertezas

No desenvolvimento da sua atividade, a Empresa encontra-se exposta a uma variedade de riscos: risco de liquidez, risco de taxa de juro, risco cambial e risco de mercado. A gestão dos mesmos é essencialmente controlada pela Administração e decorre do acompanhamento muito próximo das principais operações da empresa e respetivos fluxos financeiros, e ainda pelo conhecimento que detém do mercado e do setor de atividade em que se insere.

As decisões tomadas pela Administração assentam em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas geram apenas riscos regularmente suportáveis pela Empresa.



19. PERSPETIVAS FUTURAS

O Conselho de Administração reconheceu que o resultado líquido apurado no exercício de 2025, evidencia que a operação da Tejo Ambiente está no caminho certo e em linha com os fundamentos que estiveram presentes na génese da sua constituição, dando boas perspetivas de garantia da sua sustentabilidade.

20. NEGÓCIO ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES

No exercício transato, não foram concedidas autorizações a negócios entre a sociedade e os seus administradores, nos termos do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais.

21. AÇÕES PRÓPRIAS

Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa não detinha ações próprias nem efetuou aquisições ou alienações de ações próprias no decurso do exercício.

22. SUCURSAIS

A sociedade não detém sucursais fora do território nacional.

23. SITUAÇÃO FISCAL E CONTRIBUTIVA

À data de encerramento das contas, a Empresa não apresentava quaisquer dívidas fiscais (Autoridade Tributária e Aduaneira) ou contributivas (Segurança Social) em mora.

24. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após a data do Balanço, não ocorreu qualquer facto relevante para a atividade da empresa.

25. IMPOSTO DIFERIDO SOBRE O RENDIMENTO

Nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro n.º 25 do SNC, o reporte de imposto decorrente do prejuízo fiscal é reconhecido como um ativo do período em que ocorre quando “é provável que o benefício fluirá para a entidade” nos períodos seguintes.

26. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe a seguinte aplicação do resultado líquido do exercício de 2025, no valor de 1.709.770,54€:

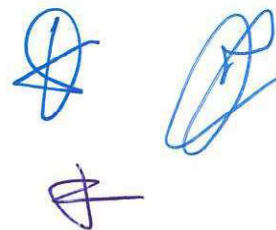
- 51.934,67€ para Reservas Legais; e
- 1.657.835,87€ para Resultados Transitados.

27. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração expressa o profundo agradecimento a todos os colaboradores que, com o seu profissionalismo e dedicação, contribuíram para a evolução deste projeto e desenvolvimento da atividade em mais um ano de difícil, mas bastante desafiante.

Aos nossos fornecedores, parceiros e entidades bancárias, que assumem connosco o risco do negócio e que nos honram com a sua consideração, estima e apoio financeiro, prestamos igualmente o nosso reconhecimento.

A todos os órgãos executivos e deliberativos dos Municípios constituintes, endereça-se também uma palavra de gratidão pelo apoio e contributo que têm dado para que este projeto, de natureza supramunicipal e de grande importância para a Região do Médio Tejo, se mantenha viável.



28. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

A TEJO AMBIENTE – EMPRESA INTERMUNICIPAL DE AMBIENTE DO MÉDIO TEJO, EIM, S.A., é uma sociedade anónima, titular do número de identificação fiscal 515545236 e com sede no Edifício Paço do Conde, Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, em Ourém, freguesia de Nossa Senhora da Piedade, concelho de Ourém e distrito de Santarém (código postal: 2490-548). Iniciou a sua atividade em 8 de agosto de 2019 e tem como principal objeto social a gestão de serviços municipais de abastecimento público de água (CAE 36002), de saneamento de águas residuais urbanas (CAE 37002) e de gestão dos resíduos urbanos (CAE 38112) no território dos municípios de Ferreira do Zêzere, Mação, Sardoal, Tomar e Vila Nova da Barquinha. No referente ao território do município de Ourém, o objeto social apenas abrange a gestão de serviços municipais de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos.

O presente Anexo das demonstrações financeiras refere-se ao exercício económico de 2025.

NOTA 2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Normativo Contabilístico

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilístico (SNC) publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, o qual integra a Estrutura Conceptual (EC), as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), os Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), o Código de Contas (CC), as diversas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas (NI). Na empresa supra, foi aplicado o conjunto das 28 NCRF vigentes (regime geral).

Em situações ou transações particulares que o SNC não enquadre contabilisticamente, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho,

as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) / Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e respetivas interpretações (SIC / IFRIC).

2.2. Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade da atividade económica no futuro previsível. A empresa não tem intenção, nem necessidade, de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

2.3. Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo (ou da periodização económica), no qual os efeitos das transações são reconhecidos no exercício em que ocorrem, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

2.4. Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data do reporte da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos e as provisões são classificados como ativos e passivos não correntes, respetivamente.

2.5. Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no Balanço e carecem de divulgação no Anexo sempre que a possibilidade de ocorrência não seja remota.



2.6. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumam.

2.7. Compensação

Os ativos e passivos, e os rendimentos e gastos são relatados separadamente no Balanço e Demonstração dos Resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo, assim como nenhum gasto por qualquer rendimento, e reciprocamente.

2.8. Comparabilidade

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os elementos do exercício anterior.

2.9. Eventos subsequentes

Os acontecimentos posteriores à data de reporte financeiro que proporcionem informação adicional sobre condições existentes nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras, assim como os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.10. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer situações excecionais que implicassem a derrogação de alguma disposição prevista no Sistema de Normalização Contabilística.

NOTA 3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Moeda funcional e de apresentação

Toda a informação de carácter financeiro está expressa em Euros.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. A Empresa utiliza o modelo do custo na mensuração subsequente dos seus ativos fixos tangíveis e o método da linha reta nas respetivas depreciações.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate.

3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos apenas são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela mesma e se possam identificar e mensurar com fiabilidade.

A Empresa utiliza o modelo do custo na mensuração subsequente dos seus ativos intangíveis e o método da linha reta nas respetivas amortizações.



3.4. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas subsidiárias e associadas, nas quais a Empresa detenha influência ou controlo significativos (geralmente com participação superior a 20% do capital social), são mensurados pelo método da equivalência patrimonial.

Os restantes investimentos financeiros são mensurados pelo método do custo.

3.5. Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou, se inferior, ao valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio como fórmula de custeio. É registada uma imparidade para reduzir inventários quando o valor destes bens é inferior ao menor do custo de aquisição ou de realização.

3.6. Clientes e créditos a receber

As dívidas de clientes e outros devedores não têm implícitos juros e estão registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, de modo que as mesmas reflitam o respetivo risco de cobrança.

3.7. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica Caixa e seus Equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos à ordem, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos em depósitos à ordem são incluídos na rubrica de financiamentos obtidos, expressa no passivo corrente.

3.8. Fornecedores e dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores e outros credores não vencem juros e estão registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.9. Financiamentos bancários

Os financiamentos bancários são reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são registados em perdas do exercício de acordo com o regime do acréscimo.

3.10. Rédito

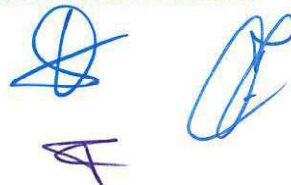
O reconhecimento do rédito proveniente da venda de bens ocorre quando transferidos para o comprador os principais riscos e vantagens da propriedade dos bens, a entidade não mantenha envolvimento continuado de gestão nem controlo efetivo sobre os bens vendidos, e o rédito e custos incorridos ou a incorrer com a transação sejam fiavelmente quantificados.

Os rendimentos resultantes da prestação de serviços são reconhecidos na data da execução do serviço. O reconhecimento do rédito depende da mensuração com fiabilidade da fase de acabamento e dos custos incorridos e a incorrer até ao desfecho da transação.

3.11. Subsídios

Os subsídios para investimentos (não reembolsáveis) estão registados no capital próprio, e são transferidos para resultados, numa base sistemática, proporcionalmente às depreciações dos ativos que financiaram.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos operacionais, e são reconhecidos em resultados quando os respetivos gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.



3.12. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das pessoas Coletivas (IRC) à taxa normal de 20%. À coleta de IRC, são deduzidos eventuais benefícios fiscais e acrescido derrama municipal e estadual incidentes sobre o lucro tributável registado, bem como tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal.

NOTA 4 - FLUXOS DE CAIXA

Apresentam-se nos quadros infra as quantias dos meios financeiros líquidos constantes no Balanço:

RUBRICAS	Saldo Inicial 2024	Débitos	Créditos	Saldo Final 2024
Caixa	4 629,15	20 439 001,00	20 438 802,76	4 827,39
Depósitos à ordem	1 519 775,03	30 924 055,83	31 183 871,19	1 259 959,67
TOTAL	1 524 404,18	51 363 056,83	51 622 673,95	1 264 787,06

RUBRICAS	Saldo Inicial 2025	Débitos	Créditos	Saldo Final 2025
Caixa	4 827,39	20 863 429,27	20 857 598,82	10 657,84
Depósitos à ordem	1 259 959,67	32 575 344,28	32 178 090,67	1 657 213,28
TOTAL	1 264 787,06	53 438 773,55	53 035 689,49	1 667 871,12

NOTA 5 - PARTES RELACIONADAS

Na data de reporte financeiro, a Empresa era participada pelas seguintes entidades:

- 35,63% do capital social, no valor nominal de 213.792,00€, pelo Município de Tomar com sede na Praça da República, 2300-550 Tomar e N.I.F. 506738914 (início da participação: 8 de agosto de 2019);

- 32,37% do capital social, no valor nominal de 194.237,00€, pelo Município de Ourém com sede na Praça Dona Maria II, 2490-499 Ourém e N.I.F. 501280740 (início da participação: 8 de agosto de 2019);
- 10,85% do capital social, no valor nominal de 65.128,00€, pelo Município de Mação com sede na Rua Padre António Pereira de Figueiredo, 6120-750 Mação e N.I.F. 506814343 (início da participação: 8 de agosto de 2019);
- 7,94% do capital social, no valor nominal de 47.610,00€, pelo Município de Ferreira do Zêzere com sede na Praça Dias Ferreira, N.º 38, 2240-350 Ferreira do Zêzere e N.I.F. 501216839 (início da participação: 8 de agosto de 2019);
- 7,63% do capital social, no valor nominal de 45.779,00€, pelo Município de Vila Nova da Barquinha com sede em Praça da República, 2260-411 Vila Nova da Barquinha e N.I.F. 506899250 (início da participação: 8 de agosto de 2019); e
- 5,58% do capital social, no valor nominal de 33.454,00€, pelo Município de Sardoal com sede em Praça da República, 2230-222 Sardoal e N.I.F. 501181857 (início da participação: 8 de agosto de 2019).

As transações e saldos com entidades relacionadas apresentam os seguintes montantes:



TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	Compras e aquisições de serviços		Vendas e prestações de serviços	
	2025	2024	2025	2024
<i>Sócios:</i>				
> Munic. de Ferreira do Zêzere	4 182,11	3 956,68	471 610,78	493 992,81
> Município de Mação	584,88	1 290,21	484 585,21	534 047,36
> Município de Ourém	47 429,46		124 001,63	39 547,50
> Município de Tomar	4 193,32	83 353,14	2 540 189,75	2 131 274,76
> Município de Sardoal	12 600,00		254 756,37	215 117,72
> Município de VN da Barquinha			277 875,49	158 208,93
TOTAL	68 989,77	88 600,03	4 153 019,23	3 572 189,08

SALDOS COM PARTES RELACIONADAS	Ativo		Passivo	
	2025	2024	2025	2024
Clientes				
<i>Sócios:</i>				
> Munic. de Ferreira do Zêzere	44 426,69	40 401,69	---	---
> Município de Mação	18 540,58	71 188,03	---	---
> Município de Ourém	5 136,49	23 714,81	---	---
> Município de Tomar	327 987,63	442 291,52	---	---
> Município de Sardoal	114 555,75	68 416,15	---	---
> Município de VN da Barquinha	120 621,03	97 875,40	---	---
Outros créditos a receber				
<i>Sócios:</i>				
> Município de VN da Barquinha	8 429,30	8 429,30	---	---
Fornecedores				
<i>Sócios:</i>				
> Munic. de Ferreira do Zêzere	---	---		
> Município de Ferreira do Zêzere	---	---	343,16	---
> Município de Ourém	---	---	---	---
> Município de Tomar	---	---	---	1 456,10
> Município de VN da Barquinha	---	---		
TOTAL	639 697,47	752 316,90	343,16	1 456,10

NOTA 6 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS EM ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS NO PERÍODO DE 2024

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Edifícios e outras constr.	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrat.	Outros ativos fixos tang.	AFT em curso	TOTAL
Quantia bruta escriturada inicial	10 652 734,80	1 531 931,27	436 565,48	230 631,08	32 162,01	18 461 196,06	31 345 220,70
Depreciações acumuladas iniciais	305 028,41	203 178,83	93 850,09	88 584,30	4 799,84		695 441,47
Quantia líquida escriturada inicial	10 347 706,39	1 328 752,44	342 715,39	142 046,78	27 362,17	18 461 196,06	30 649 779,23
Adições:							
Aquisições em primeira mão	1 020 805,25	272 639,54		24 403,48	5 893,96	2 547 240,03	3 870 982,26
Correções	66 742,24						66 742,24
TOTAL	1 087 547,49	272 639,54	0,00	24 403,48	5 893,96	2 547 240,03	3 937 724,50
Diminuições:							
Depreciações	530 576,64	179 612,24	47 709,59	30 565,26	2 769,12		791 232,85
Abates				761,02		244,80	1 005,82
Regularizações (IVA)	107 677,47					619 823,12	727 500,59
Correções	938,37						938,37
TOTAL	639 192,48	179 612,24	47 709,59	31 326,28	2 769,12	620 067,92	1 520 677,63
Transferências de AFT em curso	19 248 256,75	93 724,04				(19 341 980,79)	0,00
Quantia líquida escriturada final	30 044 318,15	1 515 503,78	295 005,80	135 123,98	30 487,01	1 046 387,38	33 066 826,10

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS EM ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS NO PERÍODO DE 2025

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Edifícios e outras constr.	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrat.	Outros ativos fixos tang.	AFT em curso	TOTAL
Quantia bruta escriturada inicial	30 879 923,20	1 898 294,85	436 565,48	253 553,09	38 055,97	1 046 387,38	34 552 779,97
Depreciações acumuladas iniciais	835 605,05	382 791,07	141 559,68	118 429,11	7 568,96		1 485 953,87
Quantia líquida escriturada inicial	30 044 318,15	1 515 503,78	295 005,80	135 123,98	30 487,01	1 046 387,38	33 066 826,10
Adições:							
Aquisições em primeira mão	463 179,67	542 896,87	269 585,03	34 421,14	20 347,17	1 021 382,84	2 351 812,72
Correções	-74 047,34					-507 294,14	(581 341,48)
TOTAL	389 132,33	542 896,87	269 585,03	34 421,14	20 347,17	514 088,70	1 770 471,24
Diminuições:							
Depreciações	771 935,83	210 394,98	58 942,26	32 041,03	3 208,89		1 076 522,99
Regularizações (IVA)						30 438,53	30 438,53
TOTAL	771 935,83	210 394,98	58 942,26	32 041,03	3 208,89	30 438,53	1 106 961,52
Transferências de AFT em curso	260 642,93	26 130,11				(286 773,04)	0,00
Transferências de ativos intangíveis						205 369,95	205 369,95
Outras transferências	9 613,12	1 527,20		2 988,92	127,66		14 256,90
Quantia líquida escriturada final	29 931 770,70	1 875 662,98	505 648,57	140 493,01	47 752,95	1 448 634,46	33 949 962,67

NOTA 7 - ATIVOS INTANGÍVEIS





QUANTIA ESCRIT. E MOVIMENTOS EM ATIVOS INTANGÍVEIS NO PERÍODO DE 2024

ATIVOS INTANGÍVEIS	Projetos de desenvolvim.	Programas de computador	TOTAL
Com vida útil finita:			
Quantia bruta escriturada inicial	22 845,00	231 748,70	254 593,70
Amortizações acumuladas iniciais	913,80	134 438,64	135 352,44
Quantia líquida escriturada inicial	21 931,20	97 310,06	119 241,26
Adições:			
Outras aquisições	51 629,25	58 284,38	109 913,63
TOTAL	51 629,25	58 284,38	109 913,63
Diminuições:			
Amortizações	1 662,59	45 581,70	47 244,29
TOTAL	1 662,59	45 581,70	47 244,29
Quantia líquida escriturada final	71 897,86	110 012,74	181 910,60

QUANTIA ESCRIT. E MOVIMENTOS EM ATIVOS INTANGÍVEIS NO PERÍODO DE 2025

ATIVOS INTANGÍVEIS	Projetos de desenvolvim.	Programas de computador	TOTAL
Com vida útil finita:			
Quantia bruta escriturada inicial	74 474,25	290 033,08	364 507,33
Amortizações acumuladas iniciais	2 576,39	180 020,34	182 596,73
Quantia líquida escriturada inicial	71 897,86	110 012,74	181 910,60
Adições:			
Outras aquisições		86 910,12	86 910,12
Correções	1 434,14		1 434,14
TOTAL	1 434,14	86 910,12	88 344,26
Diminuições:			
Amortizações	228,45	55 580,78	55 809,23
TOTAL	228,45	55 580,78	55 809,23
Transferência para ativos fixos tangíveis	(51 629,25)		(51 629,25)
Quantia líquida escriturada final	21 474,30	141 342,08	162 816,38

NOTA 8 - ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

	Ativos por impostos diferidos	
	2025	2024
Quantia escriturada final	32 056,31	385 194,54
Quantia escriturada inicial	385 194,54	570 485,52
Variação	(353 138,23)	(185 290,98)

Os ativos por impostos diferidos decorrem do reporte de prejuízos fiscais de anos anteriores.

NOTA 9 - INVENTÁRIOS

A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 detalham-se da seguinte forma:

	Mercadorias		Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
	2025	2024	2025	2024
Inventários iniciais	10 971,56	9 980,11	303 608,54	345 336,29
Compras	4 128 110,64	3 697 685,02	206 925,11	195 316,56
Inventários finais	12 430,35	10 971,56	297 900,68	303 608,54
Custo das mercad. vendidas e das matérias consumidas	4 126 651,85	3 696 693,57	212 632,97	237 044,31

NOTA 10 - CLIENTES E FORNECEDORES

As rubricas de clientes e fornecedores apresentam o seguinte detalhe:

RUBRICAS	Clientes		Fornecedores	
	2025	2024	2025	2024
Dívida em conta-corrente	3 395 115,15	3 206 954,42	1 699 972,92	1 721 310,16
Dívida de cobrança duvidosa	533 861,72	561 513,84	---	---
Perdas por imparidade acum.	(533 861,72)	(561 513,84)	---	---
TOTAL	3 395 115,15	3 206 954,42	1 699 972,92	1 721 310,16

NOTA 11 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Os saldos com o setor estatal distribuem-se conforme tabela infra:

RUBRICAS	Ativo		Passivo	
	2025	2024	2025	2024
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC)	---	---	132 953,32	662,08
Retenção de impostos sobre rendimentos (IR)	---	---	18 358,08	19 743,91
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	1 379 187,70	1 512 670,38	---	28 069,14
Contribuições para os sistemas de proteção social	30,74	---	51 134,64	59 895,26
TOTAL	1 379 218,44	1 512 670,38	202 446,04	108 370,39

O ativo referente ao IVA, no montante de 1.379.187,70€, resulta de uma reclamação graciosa junto da Autoridade Tributária com decisão favorável (deferimento) relativa à autoliquidação do



IVA à taxa de 6% nas empreitadas de saneamento em que a empresa é dono de obra, conforme verba 2.19 da Lista I anexa ao CIVA (correção da taxa de 23%).

NOTA 12 - OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

As referidas rubricas integram os seguintes montantes:

RUBRICAS	Ativo		Passivo	
	2025	2024	2025	2024
Depósitos de caução (ANC)	702 516,87	676 847,15	---	---
Fornecedores (PNC)	---	---	---	789 994,08
Cauções de Fornecedores (PNC)	---	---	673 619,24	651 982,99
Subsídios / Ajust. subsídios (PNC)	2 804 952,00	1 644 871,75	3 358 656,55	3 094 975,74
Fornecedores (saldos deved.)	8 998,10	8 998,10	---	---
Fornecedores de investimentos	---	---	39 051,20	173 928,12
Deved. e cred. por acréscimos	633 825,50	954 965,69	1 217 135,83	1 448 247,45
Outros devedores e credores	4 589,73	---	319 884,71	240 175,10
TOTAL	4 154 882,20	3 285 682,69	5 608 347,53	6 399 303,48

Os créditos a receber do ativo não corrente, no valor de 702.516,87€, correspondem aos depósitos de caução efetuados no pagamento de empreitadas, para efeitos de reforço da caução ao abrigo do previsto nos respetivos cadernos de encargos dos procedimentos de Contratação Pública.

A rubrica de Subsídios/Ajustamento de Subsídios corresponde a dívidas de subsídios para investimentos no âmbito de projetos POSEUR no montante de 2.804.952,00€ (ativo não corrente), assim como ajustamentos em subsídios de 3.358.656,55€ (passivo não corrente).

NOTA 13 - CAPITAL SUBSCRITO

O capital social da Empresa é representado por 600.000 ações nominativas, com valor nominal de 1€ cada, e encontra-se integralmente subscrito e realizado.

NOTA 14 - RESERVAS LEGAIS

As reservas legais decorrem da reserva mínima prevista no artigo 295.º do Código das Sociedades Comerciais no montante de 68.065,33€.

NOTA 15 - PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2025, as provisões constituídas decorrem de processos judiciais em curso no montante de 545.827,13€, assim como provisões com fins ambientais no valor de 232.075,00€.

NOTA 16 - FINANCIAMENTOS OBTIDOS

RUBRICAS	Capital em Dívida 2025		Capital em Dívida 2024	
	Curto Prazo	M/L Prazo	Curto Prazo	M/L Prazo
Empréstimos bancários	1 176 259,48	18 513 368,55	1 067 075,06	19 684 702,86
TOTAL	1 176 259,48	18 513 368,55	1 067 075,06	19 684 702,86

NOTA 17 - DIFERIMENTOS (ATIVO / PASSIVO)

Os gastos diferidos referem-se, essencialmente, a custos com seguros, trabalhos especializados e rendas no montante total de 149.907,71€.

Os rendimentos a reconhecer referem-se ao reporte de um subsídio à exploração resultante de Incentivo do IEFP no valor de 8.569,00€.

NOTA 18 - GARANTIAS PRESTADAS

A Empresa assume responsabilidades por garantias bancárias (obras) prestadas no valor de 267.546,00€.

NOTA 19 - RÉDITO

Os réditos dos exercícios de 2025 e 2024 repartem-se conforme tabela infra:

RUBRICAS	Períodos	
	2025	2024
Vendas de mercadorias:		
Mercado nacional	6 636 053,82	5 767 421,52
Prestações de serviços:		
Mercado nacional	17 468 970,22	15 771 273,45
TOTAL	24 105 024,04	21 538 694,97




NOTA 20 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

RUBRICAS	Períodos	
	2025	2024
Subcontratos	8 751 743,68	8 027 236,95
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	1 939 330,34	1 779 726,95
Publicidade e propaganda	28 942,60	14 311,41
Vigilância e segurança	3 911,25	791,21
Honorários	48 307,85	42 154,57
Conservação e reparação	220 534,92	244 654,64
Serviços bancários	5 906,93	6 172,48
Outros	0,00	161 395,22
Materiais:		
Ferramentas e utensílios	27 928,08	6 939,31
Livros e documentação técnica	567,19	1 392,94
Material de escritório	7 806,48	29 838,66
Artigos para oferta	5 166,21	1 662,41
Outros	10 226,98	20 877,14
Energia e fluidos:		
Eletricidade	325 162,57	327 947,25
Combustíveis	229 051,04	214 572,89
Água	6 763,34	5 836,51
Outros	4 114,20	3 049,27
Deslocações e transportes:		
Deslocações e estadas	3 283,73	4 745,43
Transportes de pessoal	530,00	
Transportes de mercadorias	21,04	4 250,51
Outros	581,86	277,59
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	324 974,16	311 642,30
Comunicação	379 792,27	345 358,06
Seguros	116 588,44	101 412,12
Contencioso e notariado	411,00	159,50
Despesas de representação	7 375,91	4 130,34
Limpeza, higiene e conforto	6 439,27	10 033,17
Outros	196 723,01	145 935,43
TOTAL	12 652 184,35	11 816 504,26

NOTA 21 - HONORÁRIOS DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

No exercício transato, os honorários totais faturados pelo Revisor Oficial de Contas ascendem a 5.775,00€ e referem-se na íntegra ao serviço de revisão legal das contas.

NOTA 22 - GASTOS COM O PESSOAL

Durante o exercício, a Empresa remunerou, em média, 122 colaboradores, e não remunerou administradores.

RUBRICAS	Períodos	
	2025	2024
Remunerações do pessoal	2 644 925,07	2 511 803,36
Indemnizações	0,00	8 335,17
Encargos sobre remunerações	571 881,72	554 422,02
Seguros de acid. no trabalho	38 278,92	43 906,86
Gastos de ação social	1 701,76	2 458,40
Outros Gastos com o pessoal	41 792,68	40 618,96
TOTAL	3 298 580,15	3 161 544,77

NOTA 23 - IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER

Perdas por imparidade		Reversões de perdas por imparidade	
2025	2024	2025	2024
40 117,48	157 880,76	67 769,60	1 435,44

NOTA 24 - PROVISÕES DO PERÍODO

As provisões do período decorrem de processos judiciais e matérias ambientais conforme Nota 15, e apresentam as seguintes variações:

Provisões do período		Reversões de provisões	
2025	2024	2025	2024
112 075,00	129 180,00		


NOTA 25 - OUTROS GASTOS E RENDIMENTOS

RUBRICAS	Períodos	
	2025	2024
Impostos	29 316,75	32 384,68
Taxas ambientais (TRH / TGR)	1 219 605,60	981 181,42
Gastos invest. não financeiros	0,00	761,02
Outras perdas	59 272,64	130 416,25
OUTROS GASTOS	1 308 194,99	1 144 743,37
Rendimentos suplementares	58 118,04	5 289,64
Rend. invest. não financeiros	10 374,54	1 882,25
Imputação subsídios p/ invest.	399 679,55	310 387,44
Taxas ambientais (TRH / TGR)	960 097,95	913 078,52
Outros ganhos	223 267,13	216 600,80
OUTROS RENDIMENTOS	1 651 537,21	1 447 238,65

As Outras perdas e ganhos decorrem maioritariamente de gastos / rendimentos com juros de acordos e correções relativas a períodos anteriores nos montantes de 36.015,60€ e 211.351,42€, respetivamente.

NOTA 26 - GASTOS DE FINANCIAMENTO (LÍQUIDOS)

RUBRICAS	Períodos	
	2025	2024
Juros suportados	722 094,90	1 087 106,67
Outras gastos de financiamento	28 883,81	41 057,39
Juros obtidos	44 136,42	30 379,76
Descontos de p/pag. obtidos	7,00	
TOTAL	706 835,29	1 097 784,30

NOTA 27 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento e resultado líquido do período repartem-se da seguinte forma:

RUBRICAS	Períodos	
	2025	2024
Resultado antes de impostos	2 237 331,09	707 516,58
IRC	143 340,39	43 650,62
Derrama	23 542,55	8 314,40
Tributações autónomas	7 539,38	3 885,06
Imposto corrente	174 422,32	55 850,08
Imposto diferido	353 138,23	185 290,98
Imposto sobre o rendimento	527 560,55	241 141,06
Resultado líquido do período	1 709 770,54	466 375,52
Taxa efetiva de imposto sobre o rendimento (IR/RAI)	23,58%	34,08%

No ano de 2025, a Empresa deduziu prejuízos fiscais gerados nos períodos de 2020 e 2021 no valor de 1.765.691,17€. De igual forma, dispõe nos períodos de tributação posteriores, do reporte de prejuízos fiscais no montante de 160.281,55€ (originando o ativo por imposto diferido divulgado na Nota 8).

NOTA 28 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe a seguinte aplicação do resultado líquido do período de 2025, no valor de 1.709.770,54€:

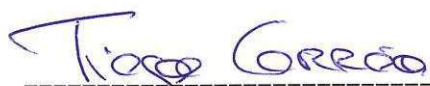
- 51.934,67€ para Reservas Legais; e
- 1.657.835,87€ para Resultados Transitados.

NOTA 29 - APROVAÇÃO DAS CONTAS

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo órgão de gestão nesta data.

Ourém, 26 de março de 2026.

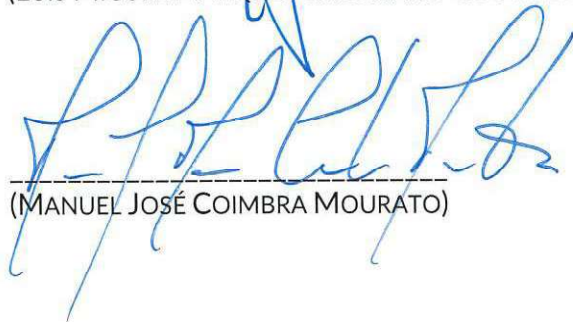
A Administração,



(TIAGO MANUEL HENRIQUES FERREIRA CARRÃO)



(LUÍS MIGUEL MARQUES GROSSINHO COUTINHO ALBUQUERQUE)



(MANUEL JOSÉ COIMBRA MOURATO)